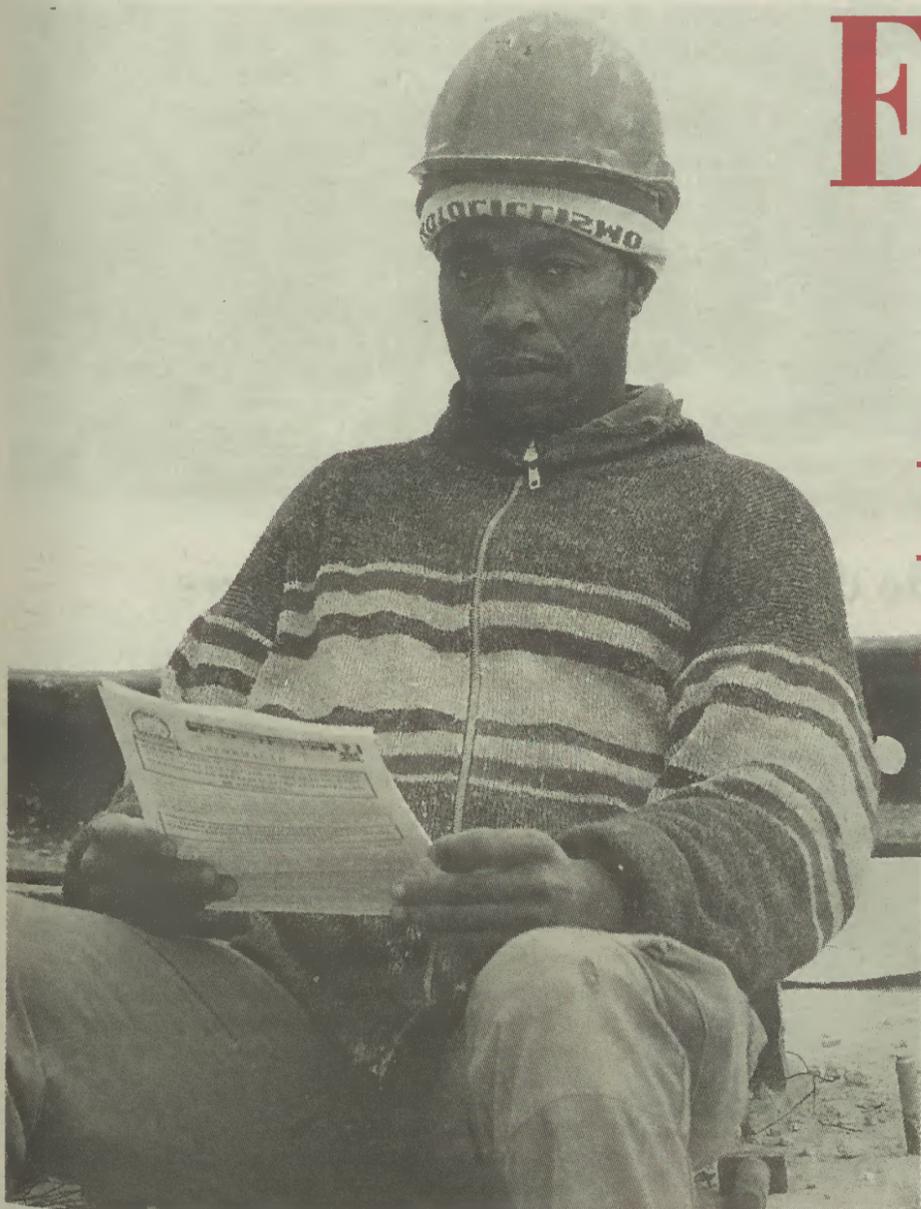


Avante!

Sindicatos combatem a imigração ilegal
e o trabalho clandestino na construção civil e obras públicas



Escravatura sem fronteiras

Há fornecedores de mão-de-obra que
pagam 150 escudos por hora.

Outros denunciam à polícia
os imigrantes ilegais para não terem
que lhes pagar os salários.

Um dirigente sindical
já recebeu ameaças de morte
para abandonar esta batalha.

Pág. 5

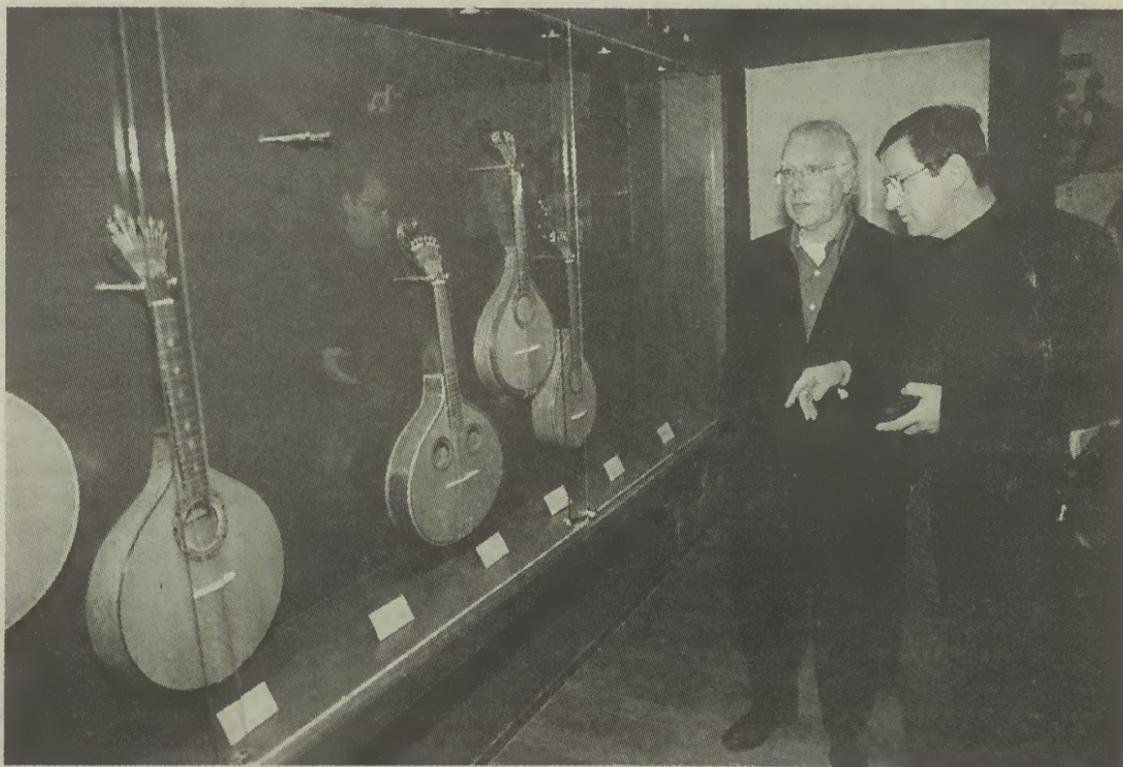
Uma visita guiada
à Casa do Fado
e da Guitarra Portuguesa

O Fado contado

por Carlos do Carmo

• Henrique Custódio

Centrais



No 75.º Aniversário
de Carlos Paredes
Uma mensagem
plena
de universalidade

Pág. 8



Pág. 7

A greve «deselegante»

Sindicatos da Administração Pública exigem
resposta do Governo aos elevados índices de
adesão. Não acabam nesta greve os protestos
dos trabalhadores.

Págs. 10 e 11

O «Avante!» remodelado

O nosso jornal apresentou-se remodelado numa
sessão pública, realizada no CT Vitória, em Lis-
boa. O secretário-geral do PCP e o director do
«Avante!» falaram a centenas de leitores e amigos.

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ªA, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matriculada: 47058.
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lúcia Calapez
Manuel Jorge Veloso
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Almirante Reis, 90,
7.ªA, - 1169-161 Lisboa
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11
Fax: 21 815 34 95

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 924 04 47
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Almirante Reis, 90,
7.ªA 1169-161 Lisboa
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11
Fax: 21 815 34 95

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Contínente e Regiões
Autónomas)
50 números: 8 100\$00
25 números: 4 200\$00

EUROPA
50 números: 21 850\$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 30 600\$00

GUINÉ-BISSAU,
S. TOMÉ E PRÍNCIPE
e MACAU
50 números: 23 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



A JCP em Santarém

Resumo

16 Quarta-feira

O Governo critica a greve da Função Pública marcada pela CGTP, afirmando que esta é «extemporânea e injustificada» ● Wolfgang Schauble, presidente do CDU, demite-se do seu cargo devido ao escândalo provocado pelo caso dos financiamentos ilegais do partido alemão ● A cadeia televisiva australiana SBS divulga que o governo indonésio usou os subsídios do Banco Mundial para pagar a formação das milícias pró-integração ● O Gabinete de Segurança israelita confia a três ministros o poder de decisão de atacar alvos civis no Líbano.

17 Quinta-feira

Carlos Carvalhas, na Assembleia da República, acusa o Governo de elaborar um Orçamento de Estado «a pensar no PP» ● A polícia angolana impede uma manifestação em Luanda organizada pelo Partido de Apoio Democrático e Progresso de Angola, que protestava contra o aumento dos preços dos combustíveis ● A comissão eleitoral russa rejeita a candidatura de Jirinovski para a presidenciais no mês que vem, acusando-o de não declarar parte dos seus bens pessoais ● Tem início o Crisex 2000, um programa de exercício militar que tem como objectivo testar a coordenação entre a União Europeia Ocidental (UEO) e a Aliança Atlântica (NATO).

18 Sexta-feira

É aprovado na Assembleia da República, com a abstenção do PP, o Orçamento de Estado para o ano de 2000 ● Realizam-se eleições no Irão, prevendo-se uma possível vitória dos reformistas ● Milhares de estudantes liceais austríacos manifestam-se em Viena contra o governo que integra elementos de extrema-direita ● Cuba reitera que os tribunais norte-americanos não têm competência para decidir sobre o caso do naufrago Elián e exige que o governo dos EUA cumpra a ordem dos Serviços de Imigração.

19 Sábado

Tem lugar o 5.º Encontro Regional de Santarém da JCP, que conta com a participação de Jorge Cordeiro, membro da Comissão Política do PCP ● Cerca de 200 mil pessoas manifestam-se em Viena contra o governo, uma das maiores manifestações de sempre na Áustria ● Registam-se conflitos junto à fronteira com Timor

Ocidental em território neutro, entre milícias do lado indonésio e timorenses de Timor livre, tendo o exército indonésio disparado tiros para o ar ● Cerca de mil pessoas manifestam-se em Moscovo contra a guerra na Tchecquia numa manifestação organizada por autodenominadas organizações humanitárias.

20 Domingo

Carlos Carvalhas participa na 4ª Assembleia de Organização do Alentejo do PCP ● É divulgada uma nova directiva da UE que obriga os advogados a denunciar os seus clientes caso seja detectada alguma suspeita de branqueamento de capitais, o que suscita uma forte oposição dos advogados que defendem o sigilo profissional ● O presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, nega que a Indonésia tenha financiado a formação das milícias com os subsídios atribuídos para programas de desenvolvimento ● Sérvios Kosovares envolvem-se em confrontos com soldados americanos e alemães.

21 Segunda-feira

João Amaral e Honório Novo, deputados do PCP eleitos pelo distrito do Porto, dão início ao «mandato aberto» nos concelhos do distrito, «uma iniciativa com sucesso que corresponde às expectativas» ● Um choque em cadeia na Autoestrada do Norte (A1), que envolve 105 viaturas, provoca quatro mortos e cerca de 70 feridos ● Cerca de 30 mil albaneses tentam atravessar a ponte que separa albaneses de sérvios, numa tentativa de os expulsar de Mitrovica ● A primeira volta das eleições no Irão dá uma grande maioria aos reformadores de esquerda que conseguem 81 por cento dos lugares no parlamento.

22 Terça-feira

Octávio Teixeira, presidente do grupo parlamentar do PCP, apresenta as propostas de alteração ao Orçamento de Estado, nas quais propõe um aumento de cinco mil escudos para a Função Pública ● Alberto Martins apresenta uma proposta de lei do Governo que prevê a possibilidade de os emigrantes votarem para a Presidência da República ● Um atentado com um carro armadilhado provoca a morte do secretário-geral do PSOE, atentado este atribuído de imediato à ETA ● O tribunal federal americano adia para dia 6 de Março a discussão do caso do naufrago Elián, alegadamente devido ao juiz responsável pelo caso ter sofrido um ataque cerebral.

Aconteceu

Choque em cadeia na auto-estrada do Norte

O denso nevoeiro, a velocidade excessiva e a falta de prudência de muitos automobilistas desembocou num choque em cadeia na auto-estrada que liga Lisboa ao Porto, provocando quatro mortos e 72 feridos em colisões sucessivas que envolveram perto de 170 viaturas. Foi o mais aparatoso acidente rodoviário de que há memória no nosso país. Tudo

terá começado com um acidente entre dois ligeiros ao quilómetro 75 da A1, no sentido Norte-Sul, o que originou choques em cadeia. Pouco depois, e no sentido contrário, ocorreram novos e

ainda mais graves choques em cadeia presumivelmente provocados pela «curiosidade» dos automobilistas, que resolveram abrandar para verem os acidentes do outro lado. Só mais de

seis horas depois é que o trânsito foi restabelecido e normalizado, enquanto os feridos erram transportados para os hospitais de Torres Novas, Abrantes e Santarém.



Estado despede 20 mil trabalhadores

Mais de 20 mil trabalhadores contratados a prazo pelo Estado - e pagos a recibo verde - vão ser

«dispensados» em Março, embora continuem a ser necessários, dado que uma nova leva de «temporários» os irá substituir imediatamente nas funções de que são compulsivamente despedidos. Esta espécie de «rotação» imposta pelo Estado aos trabalhadores a prazo deve-se ao facto de

o Governo não ter feito o descongelamento de vagas, apesar da gritante necessidade de toda esta mão de obra. A situação é particularmente grave nos Ministérios da Saúde e no da Educação, onde a precariedade atinge todos, desde médicos a enfermeiros e passando pelos auxiliares de

acção médica, enquanto no ensino os despedidos a recibó verde vão desde os professores aos funcionários. Esta situação está criada desde Setembro de 1996, altura em que acabou o prazo legal para a regularização destes trabalhadores de trabalho precário por conta do Estado.



Hugo Chavez quer maioria absoluta

O Movimento Quinta República (MVR), do presidente venezuelano Hugo Chavez, lançou a sua campanha eleitoral visando a reeleição do presidente e a conquista da maioria absoluta no Congresso e nos governos estaduais nas eleições de 28 de Maio próximo, no que será o primeiro acto eleitoral na Venezuela após 71% dos eleitores terem aprovado, esmagadoramente, num referendo em Dezembro último, a nova Constituição do país proposta por Hugo Chavez. A conquista da maioria absoluta é defendida por Chavez para a concretização da sua política, que assumidamente pretende afrontar as oligarquias terratenentes e travar a corrupção e a miséria no país.

Ilegalidades no Superior privado

Sai a público o relatório final do Grupo de Missão criado pelo próprio Governo de António Guterres para analisar, em profundidade, as condições em que funciona o ensino superior particular e cooperativo e a conclusão é arrasadora: segundo o relatório, uma «parte considerável» das universidades privadas «não satisfaz os requisitos que não de considerar-se indispensáveis num estabelecimento de ensino universitário», havendo para isso as mais variadas razões: «Desde as instalações impróprias aos cursos de



China ameaça Taiwan

Num livro publicado em Pequim com o título *O Princípio de uma China Única e a Questão de Taiwan*, as autoridades chinesas endureceram a sua posição sobre Taiwan,

ameaçando «usar a força» se as autoridades desta ilha, a que os descobridores portugueses chamaram Formosa, rejeitarem a «reunificação pacífica» através de negociações. O documento adverte igualmente as forças estrangeiras de que Taiwan «é um assunto interno», especificando, para os EUA, que «nenhum país com relações diplomáticas com a República Popular da China deve fornecer armas ou estabelecer qualquer tipo de aliança com Taiwan».



Crónica Internacional

● Albano Nunes

O alerta austríaco

Muita da nossa atenção tem convergido nestes dias para a Áustria. A participação do partido de Haider no governo suscita legítima indignação, soa como campanha de alarme em relação ao perigoso avanço da extrema-direita populista, racista e fascizante. O povo e as forças democráticas e antifascistas da Áustria convocam a nossa solidariedade; a sua poderosa manifestação de 19 de Fevereiro em Viena constituiu uma magnífica contribuição para barrar o caminho ao avanço da extrema-direita na Europa e no mundo.

Mas é necessário que nos entendamos. O nacionalismo reaccionário, o racismo e a xenofobia, o populismo fascizante não se combatem com posições inspiradas por pretensões de índole supranacional de tutela de decisões soberanas de cada povo ou país. Bem pelo contrário. Há muito que o PCP vem alertando para os perigos de uma «construção europeia» que atente sobre as soberanias dos Estados e ofenda as dignidades nacionais. É por isso inquietante que o caso de Áustria esteja a ser invocado para reforçar o carácter federalista supranacional da U.E., no momento em que se inicia uma nova Conferência Intergovernamental para a revisão dos Tratados. É tanto mais inquietante quanto a participação dos «neofascistas» da «Aliança Nacional» no governo de Itália, em 1994, não tinha suscitado qualquer reacção dos círculos governamentais e precisamente quando a U.E. acaba de passar um atestado de credibilidade ao governo turco, onde participa gente ligada ao bando militarizado fascista «Lobos Cinzentos», prossegue a guerra contra o povo curdo e mantém nas cadeias mais de 10.000 presos políticos.

O caso da Áustria está a ser invocado para reforçar o carácter federalista da UE

O combate ao avanço da extrema-direita nas suas diferentes variantes nacionais passa necessariamente pelo combate às políticas que a alimentam, de desmantelamento de conquistas democráticas e sociais dos trabalhadores, de concentração de capital e de riqueza, de

aprofundamento das injustiças e desigualdades sociais, de imposições supranacionais. É passa também pela frontal responsabilização da generalidade dos partidos socialistas e sociais democratas que, rendidos à ideologia e às opções do liberalismo, têm fornecido ao grande capital a base de apoio indispensável para manter (e mesmo acelerar) o nefasto rumo da sua política. Na Áustria, aliados durante décadas, socialistas e conservadores estiveram juntos para forçar a entrada na U.E., impor os critérios de convergência para a moeda única, desmantelar importantes conquistas do «estado social», golpear o estatuto de neutralidade austríaco e envolver cada vez mais o país nas teias da militarização e da expansão imperialista para o Leste da Europa. Soçobrando nas dificuldades e contradições inerentes a um tal processo, a coligação liderada pelos sociais-democratas acabou por abrir caminho a uma coligação de direita sem disfarces.

O populismo de extrema-direita não pode combater-se iludindo as causas socioeconómicas, as políticas de classe e as alianças espúrias que facilitaram o seu avanço. Lição que obviamente é também válida para Portugal. Quando o eng.º António Guterres, ao mesmo tempo que se indigna com a entrada da extrema-direita no governo da Áustria, não desdenha vergonhosas combinatas com o partido de extrema-direita do espectro partidário português está a prestar um inestimável serviço ao patronato mas um péssimo serviço à democracia.

Editorial

UMA OUTRA IDEIA PARA PORTUGAL

Numa das últimas etapas da corrida à liderança do seu partido, o actual presidente do PSD procedeu ao lançamento de um livro de sua autoria, arrojadamente intitulado «Uma ideia para Portugal». Trata-se de uma colectânea de discursos nos quais, presume-se pelo alarido feito, está contida a «ideia» que há-de levar Portugal à glória.

Por seu lado, o ministro da Economia e das Finanças, em entrevista ao «Expresso/Revista», mostrou e demonstrou que o Governo do PS também tem «uma ideia para Portugal», cuja tem como objectivo conduzir Portugal a igual destino. É parece claro que entre a «ideia» do primeiro e a que o segundo explicitou não há diferenças substanciais. Pelo contrário: pode mesmo dizer-se que estamos perante uma «ideia» única, uma espécie de ideia para um dueto e que, possuindo o mesmo tronco e os mesmos membros, se apresenta encimada por duas cabeças, assim difundindo, como convém para iludir os incautos, uma visibilidade plural.

“Então não é evidente que, com uma «esquerda» como esta, não é preciso haver direita?”

Aliás, não é necessária grande memória para recordar o que foi a «ideia» posta em prática pelos governos do PSD e a continuidade que a essa «ideia» foi dada pelos governos do PS. E a quem não queira puxar pela memória aconselha-se a leitura da entrevista acima referida, na qual essa continuidade é não só exibida como valorizada.

Reconhecendo que «os governos do professor Cavaco Silva tiveram e cumpriram um papel na vida nacional» - o de «gerar estabilidade política» e de, a partir daí, pôr na ordem as «situações económicas muito difíceis para Portugal» criadas pela Revolução de Abril - o ministro de António Guterres destapa uma parte do véu por detrás do qual se esconde a sua «ideia para Portugal» em serviço combinado com o PSD. E explica-se assim: «a esquerda ou um partido de esquerda como é o PS tem obrigação de lutar e de usar o poder ao serviço de uma certa ideia para Portugal», coisa que passa inevitavelmente, segundo diz, por «soluções políticas» que só podem ter «credibilidade» se forem «feitas com interlocutores credíveis» - neste caso «os agentes reais do progresso e do desenvolvimento económico» que são, ensina o ministro, os grandes grupos económicos.

A «ideia» do Governo do PS identifica-se, assim, no essencial, com a dos passados governos do PSD. É parece evidente até que, aquilo a que o ministro de António Guterres, em linguagem carregada de modernidade, chama «uma

relação adulta de credibilidade com os agentes criadores de riqueza», isto é, com os grandes grupos económicos, constitui uma «ideia» bastante mais «avançada» do que a do PSD...

Aos que, no próprio PS, criticam e recebem que tal «avanço» para a submissão total do poder político ao poder do grande capital conduza à «perda de identidade», responde o ministro - saltando de dentro de um romance de Eça de Queiroz - que essa crítica e esses receios resultam de «uma visão ultrapassada de qual é o papel da esquerda na vida política nacional e internacional». E, com o «descarado heroísmo de afirmar» de que falava Eça, explica que o dito «avanço» só foi possível porque o PS deu gigantescos passos em frente «na aprendizagem da cultura política da esquerda». Acusando os hereges de «falta de segurança nas próprias convicções» proclama, finalmente, que «a nossa identidade» é «absolutamente clara no que respeita ao domínio do pensamento da esquerda, ao domínio da solidariedade e da justiça social». Quem há aí que duvide do conteúdo de esquerda de tal pensamento, de tal solidariedade, de tal justiça social? Então não é evidente que, com uma «esquerda» como esta, não é preciso haver direita?; e que o facto de o ministro, em toda a longa, longa entrevista, não ter utilizado uma só vez a palavra «trabalhadores» é elucidativo sobre a sua «justiça social»?; e que a «solidariedade» guterrista é claramente inspirada na caritativa máxima que diz que «é preciso que os ricos sejam cada vez mais ricos para poderem dar maiores esmolas aos pobres»?

É esta, então, a «ideia do PS para Portugal»: uma «ideia» que, apesar de posicionada na mesma linha de partida da do PSD, seguindo os mesmos caminhos e tendo como objectivo a mesma meta de chegada, se diz situada espectacularmente... à esquerda - assim pretendendo preencher todo o espaço político que vai da direita até à esquerda e impor-se, de facto, como ideia única.

Acontece que, para além dessa ideia comum aos dois - «moderna» diz o ministro, certamente sabendo que ela existe desde que existe a exploração do homem pelo homem... - há outra ideia para Portugal, uma ideia que, precisamente porque se situa nos antípodas da do ministro, transporta o sonho de uma sociedade nova e moderna de facto porque livre de todas as formas de exploração e opressão. E há quem lute por essa ideia: sabendo que essa luta é extremamente difícil, mas mesmo assim lutando; sabendo que essa luta se faz de muitas pequenas, médias e grandes batalhas no dia a dia e, por isso mesmo, travando essas batalhas; sabendo, enfim, que, como afirmou Carlos Carvalhas em Beja, «são cada vez mais os portugueses que entendem e que querem que se reforce este Partido, Partido Comunista Português, que não vira as costas às dificuldades, que está e estará sempre com os trabalhadores e com as populações, que apresenta propostas alternativas tendo como um dos traços mais salientes da sua intervenção o de dar resposta aos problemas do povo e do País».

Actual O coelho e as lebres

• Jorge Cordeiro

Parece ter chegado ao fim, pelo menos em tempos mais próximos, aquela fita que o PS ciclicamente decide levar à cena sempre que as autárquicas se perfilam no horizonte. Com os produtores do costume, o mesmo e estafado argumento e pequenos arranjos no elenco.

A história é conhecida e o objectivo invariável. Aquele aceno de longe a novos e hipotéticos acordos com o PCP para as eleições autárquicas sempre na esperança de que alguém menos avisado ou mais crente, deslumbrado perante tanta generosidade, se perca na ilusão e se deixe enredar naquele atentismo que a manobra tem em vista gerar.

Assim foi mais uma vez. Com uns quantos, no papel de lebres lançadas para o efeito, multiplicando-se em declarações de aparente, mas bem pouco inocente, namoro aos comunistas até que alguém desse por concluído o

que à partida uns e outros sabiam ser o desfecho. Durante meses, Assis, Alegres e outros foram discorrendo, esclarecedoramente verdade se diga, sobre o que entendiam quanto à matéria até que, posteriormente, Coelho viesse dar por encerrada a cena.

E para que se eliminem dúvidas quanto às razões que inspiraram estes súbitos assomos de convergência democrática por que alguns dirigentes do PS pareceram ter sido tomados, aqui se deixam três comentários que mais esclarecedoramente revelam, lendo o que cada um disse ou escreveu, o que sob tanto enlevo se escondia. A saber:

Uma indisfarçável visão instrumentalizadora ao sabor de táticas e conveniências partidárias com o único objectivo de garantir mais facilmente situações de poder absoluto de que é exemplo a confessada intenção de por este modo o PS poder alcançar a hegemonia

numa ou noutra região do País; Uma intolerável sobrançeria manifestada nos repetidos e cínicos conselhos ao PCP quanto à sua conduta e rumo político apresentados como condições para um outro relacionamento futuro;

Uma deplorável arrogância traduzida naquele poder de atestagem de bom comportamento político, de que o PS divinamente se considera investido, alegadamente necessários à viabilização de uns acordos que, é bom que se diga, ninguém outros que não o PS sugeriu ou propôs.

Agora que a poeira assentou e para que não haja injustiças no juízo final sobre esta história, a verdade manda que se diga que entre o veneno e as intenções dos que faziam o papel dos bons e os que em sentença final assumiram o papel de maus venha o diabo e escolha. E que se registre, como que a atestar o que agora se disse, que esta fábula de umas lebres simpáticas e do Coelho mau tenha chegado ao fim sem grandes alaridos e sem que se conheçam entre os protagonistas desentendimentos de monta.



Lénine

• Edgar Correia

O recente aparecimento nas livrarias de uma obra sobre Lénine da autoria de uma conhecida historiadora e académica francesa (*) confronta-nos com uma elaborada tentativa de «reinterpretação e de reconceptualização» e do estabelecimento de um «novo olhar sobre o homem e sobre o significado da sua experiência» a partir de um ponto de vista marcadamente conservador e de direita.

Deixando para outros espaços e condições a desmontagem crítica deste trabalho importa, mesmo assim, chamar a atenção para as evidentes e interesseiras razões que levam os ideólogos do capitalismo a afirmarem que o «comunismo está posto de parte e a luta abandonada». E para os esforços que desenvolvem, quer no plano político quer no ideológico, para apresentarem o paradigma estalinista – o «modelo» de sociedade e de partido que conduziu à degenerescência da primeira revolução socialista, à implosão do socialismo na URSS e em outros países do Leste, e à perda de poder atractivo dos comunistas – como uma inevitável decorrência do pensamento de Lénine.



Parece pois particularmente necessário chamar a atenção de quantos se reclamam do marxismo para a importância da divulgação, valorização e análise aprofundada da obra de Lénine – o mais eminente continuador do pensamento de Karl Marx – e da Revolução de Outubro, à qual o seu nome está indissolivelmente ligado.

Esforço que não é separável do aprofundamento corajoso das causas que determinaram a degenerescência e a perda dessa grande revolução e que evidencie os aspectos em que se verificou um profundo divórcio em relação às teorias de Marx e de Lénine e aos ideais que animavam o seu projecto emancipador e libertador.

E que é também parte integrante da indispensável e rigorosa análise das contradições do nosso tempo, e do aprofundamento do projecto comunista hoje, que sustentem a apresentação credível do socialismo como grande causa, alternativa ao capitalismo, para o século XXI.

(*) Lénine, Hélène Carrère d'Encausse, Editorial Inquérito

A qualidade de morte

• Leandro Martins

Ao cruzar um acidente na estrada, é comum os carros abrandarem para deitar uma vista de olhos. A curiosidade manda mais do que a prudência e há quem espreite pelos intervalos dos dedos o sangue e o destroço do desastre. Não há nada como uma catástrofe para abalar os nervos, tanger as emoções, aguçar sentimentos, suscitar, pelo menos, uma desmedida atenção.

Por isso, mortal como toda a gente, me impressionei com a morte de quatro pessoas na auto-estrada, a centena de feridos e a muita sucata para remover.

Pela mesma altura, nos Alpes, mais a Leste deste descontentamento, um grupo de turistas foi devorado por uma avalanche. Não deixei de comparar estes dois géneros de catástrofes e, logo depois, de lembrar mais outras que são sempre notícia. Não foi há muito que, a Ocidente, na Venezuela, derrocadas de lama sepultaram nas suas casas muitos habitantes.

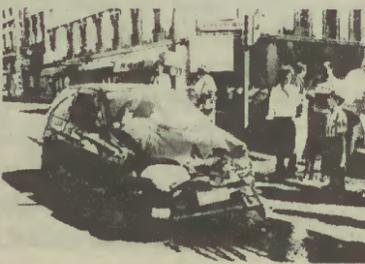
Dei-me conta de que acabava por fazer comparações entre a qualidade da morte e a qualidade de vida. De um extremo ao outro. Das favelas onde a

vida miserável assenta fragilmente na lama sempre prestes a devorar os moradores aos píncaros do turismo, onde uma finíssima neve sepulta os ricos amantes das emoções fortes. Aí no meio da escala, numa estrada à beira-mar plantada, os portugueses morrem a caminho do trabalho, entre destroços eriçados de ferro. Vítimas provavelmente da falta de condições e do pouco caso que se faz da segurança do cidadão e certamente do espírito de «ultrapassagem» que perdura e parece confirmar que um certo «cavacismo» não morreu na Ponte, apenas anda por aí, desorientado.

Esta ligação, talvez forçada, entre qualidades, não deixa de contar com as «quantidades» de que qualidade se alimenta. E há dias, à conversa com emigrantes portugueses em Paris, comparavam eles as quantidades de lá e as de cá. Perguntaram-me sobre o salário mínimo; sobre o subsídio de desemprego; sobre o trabalho precário. E, por fim, deitaram fora as esperanças de um regresso rápido. Contrariando as contas do beatíssimo Guterres que desta vez se revelou excelente manipulador de números. Anunci-

ando elevações «50 por cento» maiores do que no resto da Europa, Guterres pretendeu fazer-nos aceitar que quem cresce um centímetro quando mede metro e meio, está a caminho de tornar-se um gigante comparando com meio centímetro ganho por quem já vai nos dois metros...

As quantidades assim não vêm em abono da qualidade de vida. Se o Estado, por exemplo e como foi anunciado, despedir 20 mil trabalhadores a recibo verde e os voltar a contratar mais adiante, vai gabar-se de que o emprego cresceu com mais 20 mil postos de trabalho, fazendo entrar nas contas os despedidos e os contratados. Porque «ambos» trabalharam...



Frases

“Sucedem que a dimensão de massas, a acutilância política e revolucionária, a dimensão histórica do nível de concretização atingidas neste século pelas propostas marxistas não podem, em nome do rigor histórico e cultural, ser separadas do contributo de Lénine, não apenas na reflexão sobre as novas realidades de então como na teorização sobre a prática política requerida pelo marxismo.”

(Ruben de Carvalho – «Diário de Notícias», 18.02.00)

“Paulo Portas foi entronizado patrono dos camponeses e o padrinho foi António Guterres. Esta é, no entanto, uma história pouco católica.”

(Ferreira Fernandes – «Focus», 20.02.00)

“No pequeno teatro da política nacional, o negócio entre o PS e o PP tornou-se definitivamente um clássico que ameaça repetir-se todas as estações.”

(Vicente Jorge Silva – «Diário de Notícias», 18.02.00)

“O CDS/PP reconhece que o OE consagra um aumento exagerado das despesas do Estado e não serve o país. Mas o interesse geral representa pouco, desde que o PP possa pedir a conta, em votos, a uns tantos milhares de reformados.”

(Fernando Madrinha – «Expresso», 19.02.00)

“O Orçamento lá passou, pela mão dos socialistas, que não sabem se o documento é de direita ou de esquerda. Pelo menos, na generalidade. O debate na especialidade também não deve dar para perceber o sexo do monstro. Ficamos, assim, com um animal mitológico a pairar sobre as contas do Estado.”

(Carlos Magno – «Diário de Notícias», 19.02.00)

“Tornou-se um paradoxo, mas a verdade é que a garantia deste Governo de esquerda é a direita. O PP de Paulo Portas transformou-se no interlocutor privilegiado do PS.”

(José Augusto Fernandes – «Euronotícias», 18.02.00)

“Não somos nem muleta do PS nem partido anexo ao PSD.”

(Basílio Horta, CDS/PP – «Diário Económico», 21.02.00)

“O Estado pode, tem e deve gastar dinheiro com a educação da sua sociedade. Não pode é desperdiçá-lo, como tem feito, por não ser competente a fiscalizar e eficiente a agir e rápido a julgar. Cavaco Silva permitiu a irresponsabilidade no ensino superior. António Guterres limita-se a atirar dinheiro para cima dos problemas.”

(Sérgio Figueiredo – «Diário Económico», 21.02.00)

“O maior problema desta corrida à liderança do PSD é parecer um concurso de órfãos. Santana assume-se como o verdadeiro herdeiro de Sá Carneiro, ao mesmo tempo que reivindica ter sido o único a matar o padrasto, Cavaco Silva, o que Durão não conseguiu fazer. Quanto a Marques Mendes, é o herdeiro do tio, Marcelo, pois claro.”

(Miguel Gaspar – «Diário de Notícias», 22.02.00)

“Hoje, a TVI é a grande esperança do audiovisual português.”

(José Eduardo Moniz – «TV Guia», 16.02.00)

Sindicatos combatem a imigração ilegal e o trabalho clandestino na construção civil e obras públicas

Escravatura sem fronteiras

● Domingos Mealha (texto) e Jorge Caria (fotos)

Há fornecedores de mão-de-obra que pagam 150 escudos por hora. Outros, denunciam à polícia os imigrantes ilegais, para não terem de lhes pagar os salários. Um dirigente sindical já recebeu ameaças de morte para abandonar esta batalha.

Grandes lucros

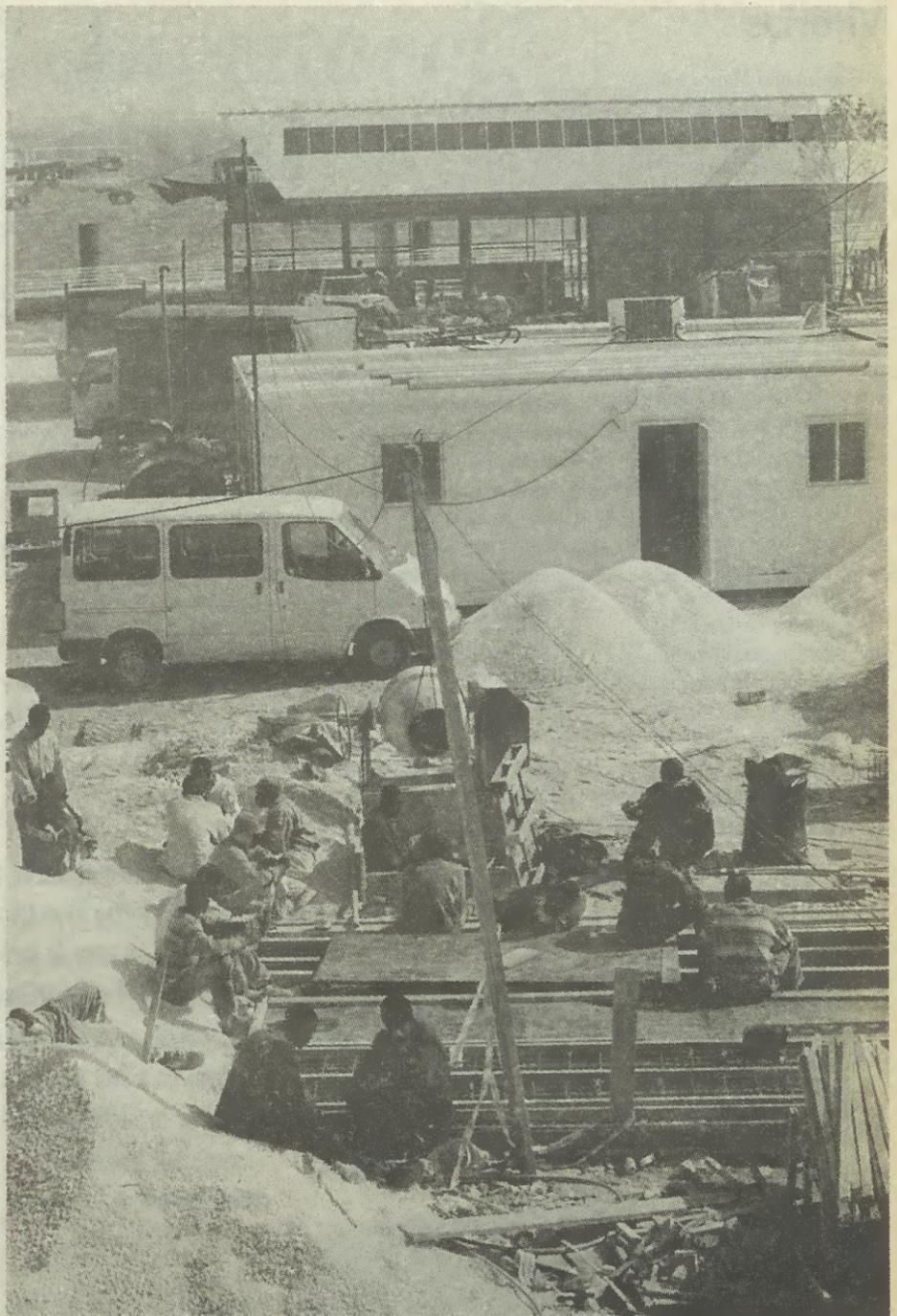
Este é um negócio «bastante lucrativo para a pseudo-empresa e para o intermediário», diz o sindicato. E apresenta alguns cálculos: para além dos 600 contos que cobra no país de origem, o intermediário ainda lucra por passar o operário à pseudo-empresa; esta, por seu turno, «lucra desmedidamente», funcionando geralmente como fornecedora de mão-de-obra, que recebe da empresa-cliente 1100 escudos por hora e por trabalhador, mas apenas paga, nalguns casos, 150 escudos.

Com estes dados, o sindicato estima que um destes empregadores de mão-de-obra, com 10 trabalhadores ao serviço, pode arrecadar por mês 1900 contos, livres de quaisquer taxas e impostos.

Mas todas estas contas podem não ter qualquer correspondência com a realidade, ressalva o sindicato, que tem conhecimento de situações em que, pouco antes de terminar o mês de trabalho, há patrões que pura e simplesmente denunciam os trabalhadores ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, que os detém e repatria como

imigrantes ilegais. Em resultado, o operário laborou durante um mês, mas não recebe nada por isso, enquanto a pseudo-empresa que o cedeu arrecada a totalidade do valor acordado com a empresa-cliente, cerca de 2200 contos, considerando os mesmos 10 trabalhadores. A diferença mostra a medida da exploração: os ordenados descem até aos 30 contos por mês!

«Há responsáveis de grandes empresas que colaboram» e algumas importantes firmas do sector «alimentam esta situação», admite o presidente do sindicato. Albano Ribeiro salientou ao «Avante!» os enormes interesses económicos que se cruzam nas redes da imigração ilegal e do traba-



A exploração dos trabalhadores imigrantes é feita em condições que os sindicatos classificam como autêntica escravatura

lho clandestino e revelou que sofreu pressões para deixar morrer o assunto, depois de ter apontado publicamente um caso, numa obra da Praia da

Granja. «Ameaçaram-me de morte, mas também me quiseram oferecer um carro de alta gama», contou o sindicalista, que, contudo, continua a con-

siderar que o sindicato e ele próprio não podem ter outra atitude que não seja prosseguir o combate contra o trabalho clandestino e ilegal.

Soluções e obstáculos

Para além da denúncia do problema e da reclamação, junto das empresas e junto do poder político, de medidas para atacar o trabalho clandestino e a exploração dos imigrantes, a CGTP e as estruturas sindicais do sector da construção civil e obras públicas avançam com propostas e acções concretas. A justiça dos objectivos não evita, no entanto, que surjam obstáculos, por vezes de onde menos se poderia esperar.

No Norte foi iniciada na segunda-feira uma campanha de informação aos trabalhadores, onde o trabalho clandestino é apontado como «causa directa da sinistralidade e da má qualidade da construção». Logo nessa noite, a Câmara Municipal do Porto retirou material de propaganda que o sindicato havia afixado na cidade. «Estranhámos tanta prontidão da autarquia portuense em retirar informação importante, quando

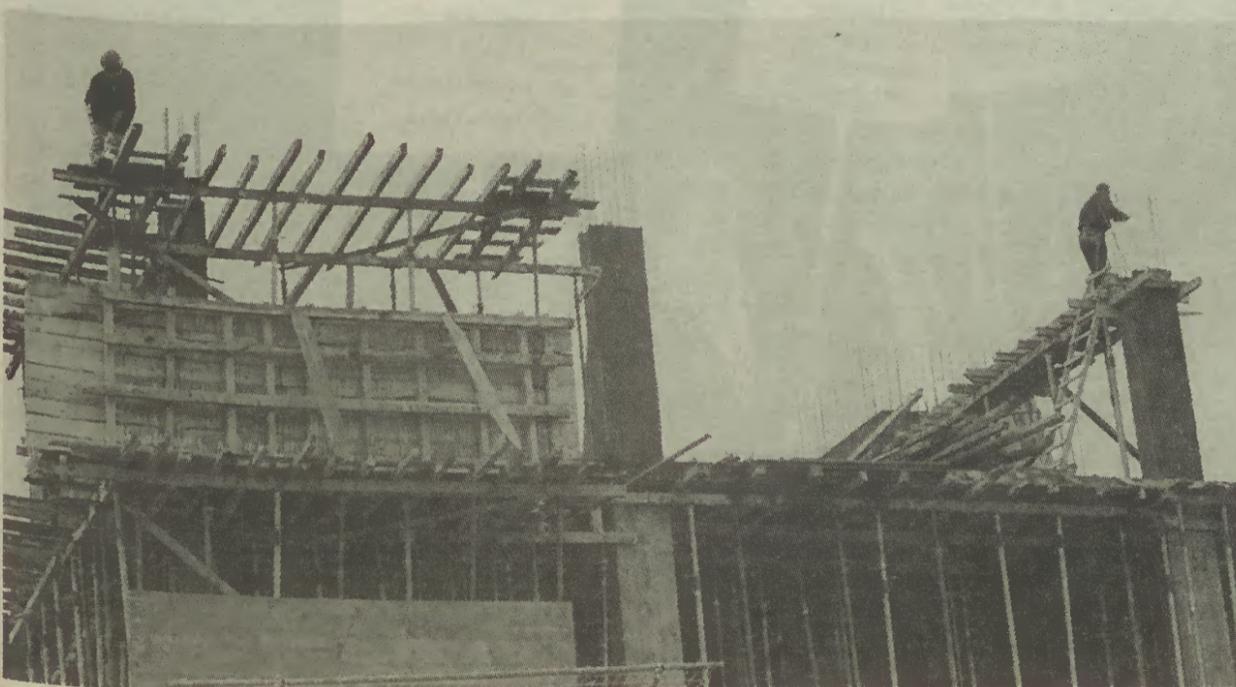
verificamos que, por exemplo, na recolha do lixo ou na limpeza das fachadas da cidade não actua com a mesma rapidez», comentou anteontem o sindicato, reafirmando que «não será esta atitude prepotente que nos fará baixar os braços na luta em defesa da vida humana e da dignidade humana».

Também o sindicato do Norte, Viseu e Guarda estabeleceu uma parceria inédita com a AICOPN. O sucesso do programa fica dependente dos organismos oficiais, que ainda não expressaram o seu compromisso. Ficou acordado que o sindicato, quando for contactado por imigrantes clandestinos, tratará do seu processo de legalização junto das autoridades competentes; ao mesmo tempo, a AICOPN será chamada a colaborar para que esses trabalhadores sejam contratados por empresas idóneas e disfrutem de condições iguais aos trabalhadores portugueses.

Os responsáveis pelas maiores obras da região vão ser contactados pelo sindicato, para que não permitam trabalho clandestino nas empreitadas da Capital da Cultura, do Euro 2004 ou da Ponte do Infante. Dos ministros do Trabalho e da Administração Interna são reclamados mecanismos para proteger os trabalhadores estrangeiros e facilitar a legalização.

«Aqui, infelizmente, as associações patronais não querem fazer como a AICOPN e dizem que este é um problema das autoridades e das empresas», lamenta o coordenador do Sindicato da Construção do Sul. João Serpa recorda que, nos trabalhos da Expo'98, houve compromissos tripartidos (Governo, patronato e sindicatos) e uma forte vigilância sindical, o que, no entanto, acabou por não ser suficiente para impedir graves abusos: «Até já havia buracos na vedação, por onde os subempregueiros faziam entrar os trabalhadores clandestinos.»

João Serpa reafirma a exigência, aprovada no último congresso da CGTP e dirigida ao Governo, de abertura de um novo processo extraordinário de legalização de imigrantes. E salienta que, nos próximos anos, vai continuar a ser necessária muita mão-de-obra na construção civil e obras públicas. Também no Sul as portas do sindicato estão abertas para prestar todo o apoio à legalização dos trabalhadores estrangeiros, que «não devem ser marginalizados» pelo facto de estarem a residir em Portugal em situação irregular.



A proliferação do trabalho clandestino tem responsabilidade nos elevados números da sinistralidade na construção civil

Vitórias

A Continental Mabor está obrigada, por acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, proferido na semana passada, a reintegrar Domingos Peixoto e indemnizar este trabalhador em todos os seus salários, subsídios e direitos, desde a data em que o despediu. Na altura, Outubro de 1995, Domingos Peixoto era coordenador da Comissão de Trabalhadores da empresa de Lousado (Famalicão). A notícia foi dada pela União dos Sindicatos de Braga, que vê na sentença «um grande motivo de satisfação e um triunfo da justiça sobre a violação dos direitos». A empresa já comunicou que o trabalhador deve apresentar-se ao serviço na próxima segunda-feira. Também a Têxtil Manuel Gonçalves foi recentemente condenada a pagar uma multa de 817,5 contos, pela forma como procedeu à marcação das férias de 1999, com períodos interpolados, apesar de 109 trabalhadores terem recusado, em abaixo-assinado, a sua concordância (que é exigida por lei).

Portucel

Os despedimentos «por acordo» já terão atingido seis dezenas de trabalhadores da Portucel Florestal, vítimas de pressões para aceitarem a rescisão dos contratos, após o Grupo Portucel e a Soporcel terem constituído uma empresa para a gestão comum do património florestal, denunciou o Sindicato das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa, apontando casos de desactivação de serviços, desocupação de pessoal e deslocações injustificadas para mais de 300 quilómetros do posto de trabalho. O sindicato refere que a empresa comum, denominada Aliança Florestal, passa a gerir um património que representa cerca de dois por cento do território nacional, seis por cento da área florestal e 20 por cento da área de eucalipto; este património é detido em parte significativa pela Portucel Florestal, empresa do grupo público que detém igualmente a titularidade dos arrendamentos e possui uma estrutura com cerca de 160 trabalhadores, em vários pontos do País.

Setúbal

Amanhã à tarde, no Jardim do Quebedo, reúnem os trabalhadores da ex-Sociedade Mecânica Setubalense, para analisar as acções a desenvolver, depois de, na semana passada, o presidente da sub-região da Segurança Social não ter atendido a exigência de parar com os sucessivos recursos para tribunal, que impedem o pagamento dos salários, em atraso desde 1984.

Lista unitária promove abaixo-assinado entre os bancários

Imposto anti-social

O Governo quer que os trabalhadores da banca passem a pagar IRS sobre empréstimos destinados a habitação e saúde, para os quais conquistaram taxas mais favoráveis.

Esta pretensão está incluída no Orçamento do Estado de António Guterres e Pina Moura, o mesmo OE que propõe alargar os benefícios fiscais às empresas, contemplando com largos milhões de contos os banqueiros.

A **Lista A**, unitária, candidata aos corpos gerentes do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas nas eleições marcadas para 12 de Abril, expressou o seu veemente repúdio contra «mais este atentado do Governo do PS aos trabalhadores» e lançou um abaixo-assinado, dirigido ao primeiro-ministro, ao ministro das Finanças e aos grupos parlamentares, reclamando que intertenham para eliminar aquela proposta. «No sector bancário, cuja principal actividade é conceder crédito, os trabalhadores conquistaram empréstimos a taxas mais favoráveis, até para compensar as baixas actualizações salariais e a estagnação das suas carreiras profissionais», recorda-se no texto que circula nos diversos serviços e locais de

trabalho dos bancos.

Numa nota de imprensa, que a lista encabeçada por Fátima Amaral distribuiu na semana passada, é criticada «a hipocrisia dos TSD e do seu presidente, que vêm criticar esta medida, mas estão aliados, para as próximas eleições, com a tendência socialista, que tudo faz para facilitar o desenvolvimento da política de direita do PS». Por outro lado, «não deixa de ser caricato que a tendência socialista, utili-

zando os sindicatos dos bancários – que “reflicta o descontentamento” daquelas organizações, junto do Governo», comenta a lista unitária, que vê tal atitude como uma tentativa de *tapar o sol com a peneira*.

Salários e lucros

A tendência unitária criticou fortemente o acordo dado pelos dirigentes sindicais do PS e do PSD aos aumentos salariais de 3,25 por cento, propostos pela Associação Portuguesa de Bancos. Os representantes patronais tinham começado por responder com 1,2 por cento, a uma proposta sindical aprovada pelos três sindicatos e que reclamava o 15.º mês para todos os bancários e um aumento de 5,72 por cento na tabela.

Afinal, «enquanto os banqueiros continuam a encher-se com muitos milhões de contos e lucros de 20, 50 e até mais de cem por cento, as tendências socialista e social-democrata acham que os bancários se devem contentar com 3,25 por cento», acusa-se num comunicado, notando que «mesmo esta percentagem seria inferior, não fora a persistência dos unitários,

“Fica o Governo autorizado a estabelecer um critério objectivo para a determinação da taxa de juro de referência, aplicável aos rendimentos do IRS resultantes de empréstimos sem juros ou a taxa reduzida, concedidos ou suportados pela entidade patronal.”

(Alínea 5 do artigo 8.º da proposta de OE para 2000)

zando os sindicatos dos bancários, venha solicitar à UGT – que também tudo tem feito para facilitar o desenvolvimento da política de direita do PS, contra os inte-



Fátima Amaral é a primeira mulher candidata à presidência do SBSI

na Direcção do sindicato e na acção junto dos trabalhadores».

Sobre a matéria, a tendência socialista recusou convocar uma reunião geral de delegados sindicais e assumiu, com os seus novos aliados dos TSD, «uma vergonhosa atitude de fuga e de abandono dos bancários», tratando a proposta-base dos sindicatos como «mero expediente demagógico para enganar» a classe.

A lista unitária afirma que, mesmo que a proposta

sindical fosse contemplada na íntegra, os salários continuariam a ser baixos e persistiriam grandes discriminações e arbitrariedades. E, acrescenta-se no comunicado, já há bancos que praticam tabelas superiores à que resultaria da proposta sindical e atribuem o 15.º mês, enquanto outros pagam, mas só a alguns funcionários, complementos que chegam a triplicar os valores que figuram na tabela do acordo colectivo de trabalho do sector.

Ferida de morte na baixa lisboeta

Patrões e Estado feriram de morte a Lanalgo, cujos 109 trabalhadores lutam pela manutenção do emprego e para que sobreviva o último dos grandes armazéns do comércio tradicional da baixa lisboeta. Na passada sexta-feira, trouxeram a indignação, as lágrimas e o protesto para a rua, junto ao edifício onde trabalham e que as Finanças decidiram vender «sem cuidar das consequências sociais decorrentes dos seus actos», como refere um comunicado do Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal.

Os trabalhadores e o CESP recordam que a actual situação culmina «um processo que teve início numa gestão ruínosa por parte da gerência, que nos últimos anos acumulou dívidas superiores a dois milhões de contos». Tiveram destacadas responsabilidades, na gerência, as famílias de Manuel Martins Fernandes e Martins Pereira, pois «privilegiaram o endividamento bancário como forma de financiamento das actividades comerciais, levaram à penhora de parte do edifício da sede da empresa e, de seguida, ao pedido de falência apresentado pelo BNU».

Este pedido tem o processo a correr no tribunal, e os trabalhadores esperam que seja aprovado um plano de viabilização.

A venda do edifício, efectuada a 20 de Janeiro pela 3.ª Repartição de Finanças, vem mostrar uma ânsia do Estado de recuperar uma dívida de 277 mil contos, de tal forma que decide alienar por 90 mil contos um prédio que antes avaliara em 800 mil.

Preocupação

A situação social no sector do comércio e serviços, no **distrito de Lisboa**, contém «fortes

razões de preocupação quanto ao presente e futuro de milhares de postos de trabalho», afirma a direcção regional do CESP, que decidiu apresentar ontem, em conferência de imprensa, um levantamento que lhe permitiu detectar salários em atrasos, violações reiteradas dos direitos dos trabalhadores, processos de falência e encerramento. O estudo abrangeu mais de 50 empresas e os seus resultados vão ser levados ao Governo e às confederações patronais, exigindo soluções.



Os trabalhadores trouxeram para a rua a indignação, as lágrimas e o protesto (foto de Jorge Caria)



O Governo ignorou a dimensão do descontentamento, já bem patente na manifestação nacional de 27 de Janeiro (foto de João Aboim)

Sindicatos exigem resposta do Governo

A greve «deselegante»

A atitude do Governo, que em três reuniões negociais evoluiu de 2,25 para 2,4 por cento na contraproposta de aumentos salariais, é que merece o adjectivo usado pelo secretário de Estado para criticar a oportunidade da luta de dia 18.

Fernando Rosa, que no Governo tem a Secretaria da Administração Pública, suscitou uma onda de indignação nas organizações sindicais que promoveram a greve da passada sexta-feira e, ao dizer publicamente que a paralisação era «deselegante», terá contribuído até para engrossar os números dos que responderam ao apelo da Frente Comum e das estruturas mais importantes da Função Pública da Administração

Não acabam nesta greve os protestos dos trabalhadores da Administração Pública

ção Local, dos professores, dos médicos, dos enfermeiros, dos técnicos paramédicos, dos trabalhadores civis das Forças Armadas, dos funcionários do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e dos inspectores de Ensino.

O pré-aviso de greve, como salientou o Secretariado da Frente Comum de Sindicatos, foi apresentado por um número recorde de organizações sindicais, o que já fazia prever uma forte adesão. Compreende-se o esforço do secretário de Estado e de outras figuras, com outras altas responsabilidades, para contrariarem a expressão do descontentamento. Ao devolver ao Governo a «deselegância», a Frente Comum

reafirmou que a greve «tem toda a justificação, não só em função da indecorosa proposta de aumentos, mas também pela falta de resposta a outras questões fundamentais para os trabalhadores», como a proliferação do emprego precário, a «privatização» do vínculo laboral, a falta de correcção das injustiças criadas com o novo regime de carreiras, o adiamento da aplicação da legislação sobre risco, penosidade e insalubridade.

Forte adesão

Ao início da tarde de sexta-feira, a Frente Comum estimava em 70 por cento a adesão global à greve, salientando que aquele nível «corresponde por inteiro às expectativas criadas, transmite o profundo descontentamento dos trabalhadores perante as contrapropostas governamentais e a exigência de apresentação de valores credíveis para negociação». Registaram-se elevados níveis de adesão por parte dos trabalhadores administrativos da Educação, da Saúde e da Justiça.

Na mesma altura, o STAL afirmava «com segurança» que

cerca de 80 por cento dos trabalhadores das autarquias aderiram à greve, mantendo-se o muito alto índice de participação nas zonas urbanas e em sectores operários, de recolha de lixo, limpeza urbana, saneamento, jardins e abastecimento de água, a par de uma adesão mais forte que em lutas anteriores, em sectores administrativos e técnicos e em zonas do interior do País, das regiões autónomas e do «eixo» Oeiras-Cascais-Sintra.

Entre os médicos, a participação na greve situou-se, a nível nacional, na faixa dos 85 a 90 por cento, segundo a FNAM.

O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses divulgou uma lista detalhada sobre os índices de adesão à greve em vários centros de saúde e hospitais, considerando que «são claramente demonstrativos do descontentamento sentido» pelos profissionais de enfermagem. Várias dezenas de escolas preparatórias e secundárias encerraram, bem como centenas de jardins de infância, segundo informações dos sindicatos dos Professores da Região Centro e da Grande Lisboa.

«Perante a realidade inquestionável do descontentamento dos trabalhadores face à postura negocial do Governo, ou este apresenta para negociação propostas sérias ou, por parte dos trabalhadores, a «deselegância» será mais dura», preveniu o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, glossando as palavras do secretário de Estado.

Propostas claras

As propostas sindicais estão expressas na Plataforma Reivindicativa para 2000, à qual o Governo respondeu tarde e mal, tanto na actualização salarial, como ao deixar sem resposta importantes questões.

A Frente Comum reafirmou, no dia da greve, que aumentos salariais de 2,4 por cento, como propõe o Governo, são inaceitáveis, já

que iria aprofundar-se o fosso entre os valores do índice 100 e do salário mínimo nacional (que subiu 4,1 por cento). Além da eliminação da diferença entre as remunerações mínimas, que poderá ser faseada, os sindicatos querem que nenhum trabalhador do Estado seja aumentado em menos de 5 contos.

Se o Governo aceitar estes

princípios, a Frente Comum de Sindicatos admite «equacionar» a apresentação de uma contraproposta de actualização salarial, salientando assim que não tem «uma posição fechada, do estilo “6 por cento ou nada”», mas refutando que daqui se conclua que poderia aceitar uma actualização em percentagem igual à do salário mínimo nacional.

Inevitável!

● Hugo Basto

Um quarto de século está passado sobre a constituição da Petrogal. São 25 anos de estória de uma empresa que pela sua actividade desempenhou e desempenha um papel determinante no desenvolvimento da economia nacional, cujo contributo no domínio energético lhe confere também posição significativa a nível estratégico do País e, conseqüentemente, com envolvimento diverso no quadro da soberania e da independência nacionais.

A Petrogal EP levou a cabo um autêntico plano social de que se destacam:

- a criação de emprego directo e indirecto, envolvendo milhares de postos de trabalho (só a nível interno ultrapassou em muito os 7000 trabalhadores);

- a institucionalização de negociações sindicais com a

definição de um Acordo Colectivo de Trabalho Vertical, envolvendo todos os trabalhadores sem excepção, garantindo um conjunto de direitos e de regalias sociais que muito poucos até à data usufruíam e abrangendo tanto os do activo como os dos reformados;

- a extinção de categorias profissionais que a exploração desenfreada do regime fascista fazia perdurar «ad infinitum», como era o caso de «serventes», «serventes especializados», «capatazes», «aspirantes» (anos e anos), «subchefes de secção», «aspirantes» ou «escriturários com + de 2 anos» (toda a vida), etc.;

- o nivelamento, por cima, dos salários correspondentes às funções iguais ou semelhantes. Naquela altura, aos governos e aos seus gestores (cuja base essencial era a dos sociais-democratas que continuamente vêm estando no poder) não interessava o aproveitamento das sinergias, antes apostavam e manobravam para o definhamento do Sector Empresarial do Estado, as privatizações, em suma, a recuperação capitalista, a entrega dos sectores-chave da economia às velhas e novas famílias do grande capital, a subordinação do poder político ao poder económico.

Novos golpes

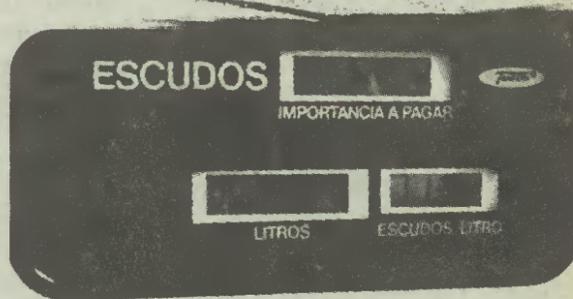
Foi dentro de tal caminho de claro retrocesso que a Petrogal passou a trilhar o percurso que visa o seu domínio pelo grande capital sem pátria.

Este percurso foi desde logo acompanhado por uma ofensiva mais ou menos nítida contra os direitos dos trabalhadores.

Particular relevo na ofensiva contra os direitos dos trabalhadores vem

assumindo a política salarial de a cada um o seu diferente salário, para além de consentir a coexistência de técnicas de gestão de pessoal com as velhas práticas de *amiguismo* e *compadrio*.

Obviamente que esta prática vem assentando no consentimento do accionista maioritário que, no caso da Petrogal, é representado não pelo Dr. Pina Moura, mas sim pelo Governo do Senhor Eng. Guterres. Governo que define uma inflação que a Administração da Petrogal segue religiosamente no caso dos valores pretendidos impor nos aumentos salariais. Valor, claro, só a aplicar aos trabalhadores, pois segundo declarações tornadas públicas (aquando do regabofe das remunerações dos gestores de nomeada), o Senhor Presidente da Petrogal e de muitas outras empresas teve a recair sobre o seu modesto salário, em 1997, 98 e 99,



respectivamente, 4,4 e 4,5% de aumento – enquanto para os trabalhadores a imposição se situa na ordem dos pouco mais de 2%. Contra situações desta natureza já os trabalhadores da Petrogal se levantaram, incluindo com a realização das últimas greves gerais que levaram a cabo em Maio de 98 e Janeiro de 99, impondo a consagração de importantes decisões, umas de carácter histórico (horário máximo de trabalho 38 horas/semana), outras de alcance salarial como foi o caso de aumento mínimo dos salários de 1999 no valor de 9000\$00.

Mas hoje, outra vez, os trabalhadores estão a ser provocados com nova posição inqualificável da Administração da Petrogal ainda em exercício: a recusa de negociar a revisão do Acordo de Empresa e a decisão totalitária de um aumento salarial de 2,4%.

Ao mesmo tempo o avanço da privatização – certamente indissociável de nova intensificação da ofensiva contra os direitos dos trabalhadores – é acompanhado de ordenados chorudos para os que fazem singrar os interesses dos grandes grupos económicos e a subordinação ao deus lucro todo poderoso das transnacionais e da globalização capitalista. Para se defender os direitos e as legítimas aspirações dos trabalhadores no activo e reformados, na Petrogal/Galp, a luta é inevitável.



Carlos Paredes

• Carlos Brito

A homenagem que foi a homenagem que falta

Os 75 anos de Carlos Paredes constituíram um acontecimento marcante da vida nacional, na passada semana.

Não foi ainda a homenagem que é devida ao grande criador musical de genuína inspiração popular, ao maior intérprete da guitarra portuguesa, ao cidadão exemplarmente participante, ao homem bom e generoso sempre atento aos problemas dos que sofrem. Foi, contudo, uma muito ampla manifestação de reconhecimento do valor da obra e da invulgar estatura humana do artista da parte de vários órgãos de comunicação, em especial das rádios, da crítica da especialidade e de personalidades das mais destacadas na vida cultural e política do País.

A iniciativa «Palavras para Carlos Paredes», preparada com grande antecedência por Luísa Amaro e a «Mínima Ideia», que levou à reunião no Alcântara Café dos amigos do compositor, transmitida em directo pela TSF, salientou-se no conjunto das homenagens e deve ter ajudado a que fosse sublinhado, na agenda do dia 16 de Fevereiro, o 75.º aniversário do autor de «Mudar de Vida». Mas a expressão e a latitude, um tanto inesperada, que as homenagens assumiram é prova sobretudo da audiência e do prestígio crescentes que a obra musical de Paredes tem conquistado, incluindo entre as gerações mais novas, apesar de imobilizado pela doença e afastado há já seis anos de qualquer intervenção pública.

Depois das palavras proferidas nestas cerimónias, entre outros, pelo Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, e por um ex-Presidente, General Ramalho Eanes, sobre a dívida do país a Carlos Paredes, sobre a importância cultural ímpar da sua obra de compositor, a que especialistas não regateiam os atributos da genialidade, a par do exemplo de cidadania que é toda a sua vida, há que esperar que se organize, quanto antes, por parte das instituições da República, uma verdadeira homenagem nacional ao grande músico, com os actos e as distinções que são próprias, onde o

reconhecimento e agradecimento do país lhe sejam formalmente expressos com o destaque de que é merecedor. Não tenho dúvidas de que entre as «Palavras» que Carlos Paredes mais gostou de ouvir no dia dos seus 75 anos, e que mais gosta de ouvir sempre, se contam as dos seus camaradas do PCP. Foi importante que, desta vez, ficasse bem clara a sua militância comunista, iniciada na juventude e mantida firmemente até ficar impossibilitado pela doença. Recordo que o conheci, há quase cinquenta anos, num grupo jovens, que se propunham organizar, e organizámos, uma biblioteca colectiva clandestina de livros marxistas. No fundo, procurávamos o Partido que tinha então uma orientação muito especial para a juventude, entendendo que era no MUD Juvenil que ela se devia organizar. A biblioteca chamou, no entanto, a atenção do Partido e passado, não muito tempo, já militávamos ambos e muitos dos amigos da biblioteca nas suas fileiras. Julgo que esta militância comunista contribuiu muito para temperar e enriquecer de conteúdo humano do seu génio de artista. É sabido que Paredes sempre quis reflectir na sua criação as dores, as angústias, as decepções, as aspirações e as esperanças, mesmo as mais ténues, do nosso tempo e do nosso povo, especialmente nos pesados anos da ditadura fascista. Acho que o conseguiu como ninguém através dos acordes, de incomparável sonoridade, da sua guitarra.

A sua própria postura de executante musical é um acto de sacrifício e de prazer, de onde se liberta um permanente movimento dialéctico em que o dramatismo mais intenso vem sempre acompanhado de alguma esperança e a subversão propositada dá lugar à redenção desejada. Devotado aos trabalhadores e a todo o povo, sempre disponível para as causas da justiça social, adverso ao dogmatismo e desprovido de sectarismo, Carlos Paredes, a par do músico genial que está a ser reconhecido, é um inspirador exemplo de militante intelectual comunista que importa invocar nos dias de luta que atravessamos.

No 75.º aniversário de Carlos Paredes

Uma mensagem plena de universalidade

«Carlos Paredes revolucionou a guitarra por dentro da guitarra e cantou valores que a projectariam inevitavelmente no futuro.» Palavras que se inscrevem na homenagem da Câmara de Lisboa e que, de formas diversas, reflectem o espírito presente nas múltiplas homenagens que, no seu 75.º aniversário, têm vindo a decorrer pelo país.

Em moção aprovada por unanimidade, a Câmara de Lisboa saudou o músico e o homem de cultura, destacando, quer a sua dimensão artística quer humana.

«Se a sua música é eminentemente portuguesa, é-o muito mais pela combinação muito pessoal de todos os elementos directos às convenções próprias de qualquer das tradições e géneros específicos que absorveu. Esta autenticidade faz dela uma mensagem plena de universalidade.»

O elogio ao músico, «eterno discípulo feito Mestre», a que se junta a saudação ao homem, de que a modéstia «transparece na energia vital da sua actividade criadora, na generosidade das suas interpretações, na sua entrega física e emocional completa como intérprete, na autenticidade de um estilo que parece transpor todas as barreiras socioculturais» e ao comunista que, «pelos seus ideais e militância», foi perseguido e privado de liberdade.

Um voto de saudação foi também aprovado em reunião da Câmara de Loures que, no texto da deliberação, homenageia o «músico capaz de aliar

uma dimensão afectiva ao virtuosismo da guitarra» e lembra as palavras do próprio Carlos Paredes quando diz que uma vida dedicada à música estaria justificada *se alguém ouvisse um disco meu daqui a muitos anos e pensasse que eu tinha conseguido retratar, de algum modo, este tempo.*

Breve nota biográfica

Carlos Paredes nasceu em Coimbra a 16 de Fevereiro de 1925. Em 1934 passou a viver em Lisboa, onde concluiu a instrução primária no jardim-escola João de Deus, fez o ensino secundário no Passos Manuel e frequentou o Instituto Superior Técnico.

Em Janeiro de 1994 é atingido por uma grave doença que

o impede de continuar o seu percurso como guitarrista.

Já aos quatro anos tinha aprendido a tocar guitarra com o pai, Artur Paredes.

A sua música fez incursões em vários domínios da arte, do teatro ao cinema e bailado.

No teatro trabalhou com Carlos Avilez e com o Grupo de Teatro de Camplide. No cinema faz nomeadamente as bandas sonoras de *Verdes Anos* e de *Mudar de Vida*, de Paulo Rocha e de uma série de curtas-metragens. Em 1982, Vasco Wellenkamp criou o bailado Danças para uma Guitarra, com música de Carlos Paredes.

Da sua ampla discografia destacam-se títulos como *Carlos Paredes, Verdes Anos, Guitarra Portuguesa, Porto Santo, Divertimento, Variações em Ré Menor, Movimento Perpétuo, Mudar de Vida, António Marinheiro, Balada de Coimbra, Concerto em Frankfurt, Invenções Livres, Espelho de Sons e Dialog.*

Militante do Partido Comunista Português desde muito jovem, Carlos Paredes esteve preso vários anos.

Verdes anos

Era uma adolescência cercada. A guerra no horizonte como um sol de breu.

Por Coimbra passavam as águas correndo, vigiadas, rumo ao sul - onde a fome e a terra sonogada erguiam os homens do chão.

Mas a guitarra subia pelo frio, movimento perpétuo e esmeril dos dias. De longe, de muito longe, chegava esse frémito de terra acordada, dor de existir e usina de incêndios.

• João Pedro Méseder



Impedir que prossiga a destruição do Parque Natural Sintra-Cascais é uma das preocupações de «Os Verdes» e da CDU

Crimes ecológicos em Sintra-Cascais

Os «crimes ecológicos permitidos na Área Protegida de Sintra-Cascais» foi o tema de uma conferência de imprensa ontem promovida por «Os Verdes» e testemunha as preocupações, que persistem, em relação à defesa deste Parque Natural.

Num primeiro comentário às declarações do ministro do Ambiente sobre os escândalos e atentados no Parque Natural Sintra-Cascais, nomeadamente no Abano e Raso, «Os Verdes» sublinharam o carácter tardio dessas declarações e reclamaram do Governo «clareza e medidas concretas».

Em comunicado de imprensa então divulgado, o Par-

tido Ecologista lembra a audição parlamentar que teve lugar há dois anos por sua iniciativa e sublinham que, na sequência dessa audição, o Governo nada fez.

Por isso, consideram que é tempo de ver esclarecido o exacto sentido do inquérito a realizar no Parque, tempo de clareza política, tempo de «travar a vergonhosa betonização dos nossos Parques Naturais e tentar salvar estes valiosos patrimónios».

Também a CDU afirma que as medidas anunciadas pelo ministro do Ambiente vêm ao encontro das posições que sempre assumiu.

Considera, entretanto, que tais medidas - indeferir o projecto urbanístico do Raso, suspender o plano de ordenamento da área protegida Sintra-Cascais, ordenar uma inspecção aos empreendimentos urbanísticos entretanto licenciados e construídos - pecam por tardias e têm uma eficácia duvidosa.

A CDU/Cascais defende a suspensão, até à conclusão das inspecções, dos alvarás de loteamento e de construção já emitidos, e a publicação, em Diário da República, das medidas de salvaguarda que o Ministério do Ambiente pretende ver aprovadas em Conselho de Ministros.



O Algarve tem uma sensível população flutuante em ligação com o turismo

Encontro da CDU/Algarve A região do quatro por cento

O Poder Local, a centralização e governamentalização que se mantém aos vários níveis e diferentes áreas e as tentativas de privatização de serviços públicos, foram algumas das questões abordadas no Encontro Regional de eleitos e activistas da CDU/Algarve, realizado sábado passado.

Os participantes no Encontro começaram por manifestar a sua profunda discordância quanto ao prosseguimento da centralização e governamentalização na atribuição e gestão de fundos comunitários e lembram que «mais de 90% do investimento total previsto na ordem dos 497 milhões de contos será determinado e decidido pelo Governo enquanto o Poder Local terá uma intervenção directa inferior a 10%».

O Algarve continua assim a ser «a região do 4%», denuncia-se em comunicado de imprensa sobre o Encontro, continuando o governo a considerar apenas a população residente e a ignorar a flutuante. Pelo que a região continua relegada para uma «mera posição marginal» e não se tem em conta «o elevado contributo da economia algarvia para o todo nacional

em termos de recitas de turismo».

Na análise dos projectos de descentralização anunciados pelo governo, a CDU denuncia que «a confusão e as contradições estão instaladas. Ora se ouve falar em *altos comissários*, reformulação das CCR's, ou em *gestores* para coordenação regional de serviços de fundos comunitários, ora se fala no reforço dos Governadores Cívicos ou no renovado interesse das Assembleias Distritais».

Neste quadro o Encontro lembrou a posição assumida pelo PCP, que avançou na AR com um projecto de lei para a criação dos Institutos Regionais, visando garantir uma maior participação das câmaras e estruturas com representatividade regional na aprovação e decisão das respectivas verbas.

Pela democracia, contra privatizações

A Lei-Quadro de Competências e Regime Jurídico de Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias, assim como o Estatuto da Oposição, foi outro tema em debate.

O Encontro concluiu que os eleitos da CDU tudo farão para que a sua aplicação seja no sentido «da democraticidade e transparência na gestão dos

órgãos autárquicos e de uma maior informação e participação dos trabalhadores e das populações».

A esta preocupação de defesa e aprofundamento da democracia junta-se a de lutar contra as privatizações dos serviços públicos.

A CDU considera necessário «fazer o balanço dos custos e qualidade dos serviços prestados bem como renegociar os preços dos respectivos serviços» e reafirma que «é essencial preservar a natureza pública destes serviços e combater as tentativas de privatizações assentes na filosofia neoliberal de *socializar os prejuízos e privatizar os lucros*».

É essencial preservar a natureza pública dos serviços

A Quinta da Memória está salva

A Quinta da Memória, em Odivelas, está salva. «O bom senso e as propostas da CDU acabaram por prevalecer», afirma a CDU/Odivelas em comunicado profusamente distribuído pela população de Odivelas e outras freguesias. A freguesia ganhou assim «um amplo espaço verde, dedicado ao lazer de todos; preservando a sua memória, agora livre das agressões do cimento». Espaço anteriormente posto em causa por propostas em torno da localização das futuras instalações da Câmara Municipal de Odivelas.

Relativamente a esta questão, a CDU/Odivelas sempre norteou a sua posição - como é sublinhado em declaração de voto dos vogais representantes da Coligação na Comissão Instaladora do Município - por dois objectivos fundamentais: defender a construção de um grande jardim e parque verde na Quinta da Memória e defender a localização do futuro centro administrativo na área prevista pelo PDM, tendo em vista a sua centralidade e a rede viária existente e prevista.

Uma posição que a análise e

a proposta técnica efectuada pelo grupo de técnicos municipais veio agora confirmar como «a que melhor defendia os interesses da população do concelho».

No comunicado dirigido à população lembra-se que «as propostas da CDU, apoiadas pelas justas pressões da população e por todos os estudos técnicos, foram decisivas». O que demonstra, uma vez mais, que «decisões tão importantes não podem ficar entregues às ânsias de mesquinhos interesses político-partidários».

Outra ideia ainda ficou provada, sublinha a CDU, que «é fundamental a participação de todos na construção do Concelho de Odivelas».

CDU debate problemas da Pontinha

O debate em torno dos problemas da população, numa perspectiva de desenvolvimento, da freguesia da Pontinha e do novo concelho de Odivelas, tem vindo a mobilizar a acção e intervenção da CDU. Em comunicado de

imprensa, a CDU lembra que tem mantido uma intervenção constante em torno dos problemas concretos da população e refere alguns exemplos, como a recolha de cerca de 2000 postais exigindo ao Ministério da Administração Interna mais e melhores condições de segurança, a exigência junto do Ministério da Saúde, de construção de um novo Centro de Saúde e a realização de diversas Assembleias de Freguesia em torno de problemas locais.

De entre as acções desenvolvidas no âmbito dos pelouros da responsabilidade da CDU na Comissão Instaladora, destacam-se, nomeadamente, as obras de beneficiação do Jardim de Infância Popular da Pontinha e a conclusão de projectos no âmbito da Habitação Social.

Um novo Centro de Saúde e um novo mercado, um pavilhão gimnodesportivo e algumas necessidades mais sentidas em termos de acessibilidades são, neste momento, exigências das populações das freguesias que contam com uma activa intervenção da CDU.

Os Congressos do Partido PCP prepara resistência ao fascismo

Continuamos a dar aqui alguns apontamentos da história dos comunistas portugueses e do seu Partido. Congresso a Congresso, ao longo da já longa vida do PCP. Recordamos hoje o II Congresso, quando o golpe militar do 28 de Maio instaurou uma ditadura que iria durar 48 anos.

Os primeiros anos de actividade organizada do PCP coincidem com o ascenso, na Europa, de regimes fascistas. Em 1921, na Itália, Mussolini sobe ao poder; em 1923 é a vez de Primo de Rivera, em Espanha. Estes movimentos e as suas primeiras vitórias encorajam a grande burguesia portuguesa e surgem as primeiras organizações de cariz fascista - a Confederação Patronal que se propõe combater as greves com o terrorismo; a Cruzada Nun'Álvares, a União dos Interesses Econó-

dada a fragilidade do movimento operário, ainda em grande parte dominado pelas ideias anarco-sindicalistas e pela sua prática oportunista. A CGT não se mostra à altura das tarefas político-sindicalistas do momento, enquanto a sua influência e organização decaem. O PCP e os núcleos da ISV, por seu lado, ainda não se encon-

tram em condições de dirigir eficazmente a classe operária, apesar do esforço de organização levado a cabo e das numerosas publicações que edita, num grande esforço de propaganda.

O crescimento das lutas e o desenvolvimento do movimento operário e da sua consciência metem medo ao poder dos grandes capitalistas e agrários. Esmagar a oposição aos seus desígnios e sobre tudo dominar os trabalhadores é o objectivo da grande burguesia, que organiza e faz executar o golpe militar do 28 de Maio de 1926. É neste contexto que se realiza o II Congresso do PCP.

O desenvolvimento do movimento operário e da sua consciência metem medo aos grandes capitalistas e agrários



O golpe militar conduziu ao fascismo

O II Congresso

Convocado para 29 de Maio de 1926, em Lisboa, o II Congresso do PCP, que reúne com

mais de uma centena de delegados, culmina um intenso labor político de todo o Partido, tanto nas acções de massas como a nível de organização e propaganda. Edita-se *O Comunista*, *O Jovem Comunista*, *O Trabalhador Rural*, entre outras publicações. Em 1924, o Partido tenta estabelecer com a CGT uma frente de unidade sindical contra o fascismo que aponta no horizonte, e defende uma a unidade de acção dos trabalhadores contra esta ameaça. Mas a unidade da classe operária está longe de se concretizar.

Os trabalhos do II Congresso têm início no dia seguinte ao do golpe militar que vai instaurar a ditadura fascista. Por isso mesmo, os trabalhos são interrompidos. E começa então a longa resistência, num momento em que, dada a debilidade da sua organização e dos quadros e a influência reduzida que o PCP possui mais difícil torna o combate contra o fascismo. A repressão e a caça aos comunistas começa. A sede do PCP é definitivamente encerrada em 1927. Não morrem, porém, nem os ideais nem a determinação de prosseguir a luta.

micos. Os sucessivos governos enveredam pelos caminhos da repressão.

Por seu lado, os trabalhadores resistem a essa política e nesses anos de 23 e 24 desencadeiam greves. Em Lisboa, a 13 de Fevereiro de 1923, o proletariado de Lisboa entra em greve contra a União dos Interesses Económicos, num movimento dirigido pelo PCP e pela Internacional Sindical Vermelha. Em 1924, desencadeia-se a greve dos trabalhadores dos Correios e dos Telefones, que se prolonga por 20 dias.

A luta é, porém, desigual,



«Isto vai, meus amigos, isto vai!»

Para José Casanova, a iniciativa realizada no C.T. Vitória teve um triplo objectivo: «comemorar o aniversário do “Avante!”», apresentar o primeiro número remodelado e lançar a campanha de promoção e difusão», estando-se, portanto, ali, por um jornal que «comemora o seu 69.º aniversário e que, pela sua história, constitui uma referência singular no conjunto da imprensa escrita portuguesa».

O dirigente comunista fez, em seguida um breve historial sobre o «Avante!» e valorizou o papel que nele desempenham os colaboradores.

Porém, em matéria de colaborações, fez uma menção especial à de José Saramago que «não podendo ter, infelizmente, continuidade regular» pode talvez, «felizmente, repetir-se de quando em quando», o que «nos dá imensa alegria e constitui para nós um estímulo».

Quanto à terceira razão do encontro - a campanha de promoção e difusão do «Avante!» - José Casanova considerou que «ela está lançada e o seu êxito depende, essencialmente, do empenhamento das organizações e dos militantes do Partido». Assim, como sublinhou, seria bom que «cada leitor do “Avante!” fosse um divulgador do jornal e também um crítico atento e activo da cada exemplar - tendo em conta que nenhuma edição do jornal é um ponto de chegada e todas são, sempre, pontos de partida» e «porque queremos sempre melhorar o jornal, queremos sempre que ele chegue mais longe, que atraia novos leitores, que cresça, que tenha maior expansão. E estamos convictos de que assim sucederá».

Uma gota que resiste

Depois, aludindo ao que alguns comentadores escrevem sobre o PCP e o seu órgão central, lembrou aquilo que, há tempos, um deles, «enfeitando», como outros, a imagem «pluralista» da comunicação social dominante, dizia, irritado: «que o “Avante!” não era nada, que já deveria ter deixado de existir e que não iria durar muito mais tempo.»

Enganou-se, afirmou Casanova, ainda que nunca o reconheça, pois, «poderá dizer-se que o “Avante!” é uma pequena gota de água face à vaga forte, poderosa da nova ordem comunicacional» mas «tem a particularidade de ser uma gota de água que resiste: que resiste à mentira contrapondo-lhe a verdade; que resiste à desinformação contrapondo-lhe a informação; que resiste à ausência de rigor contrapondo-lhe o rigor; que resiste ao vale tudo contrapondo-lhe a seriedade; que resiste à manipulação de consciências contrapondo-lhe o respeito pela inteligência e pela sensibilidade dos cidadãos - e que resiste fazendo futuro, fazendo dos caminhos da resistência por que optou e que assume, caminhos do futuro».

Por fim, José Casanova terminou com uma palavra de confiança: «Com isto tudo, quero eu dizer que, em relação ao nosso Partido, em relação à nossa luta, em relação ao nosso “Avante!”, “isto vai, meus amigos, isto vai”».

Com nova arrumação e fisionomia, o «Avante» mantém as suas características... mas pretende ser mais lido

Um jornal ligado à vida

Dois dias depois de ter completado 69 anos, o «Avante!» surge diferente no aspecto mas igual a si mesmo nos objectivos: dar «voz aos que não têm voz», informar o que outros calam.

A apresentação do primeiro número remodelado foi feita na quarta-feira da semana passada, no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, ainda as suas páginas estavam a ser dadas à estampa nas máquinas da tipografia onde é reproduzido. A exposição de fotocópias de algumas delas em placards colocados ao redor da sala onde a sessão se realizava, porém, aos participantes uma ideia da sua nova fisionomia.

Entre as pessoas que enchiam completamente o rés-do-chão do Vitória, destacavam-se muitos dirigentes históricos do PCP - alguns dos quais foram, eles próprios, directores, redactores e distribuidores do «Avante!» na clandestinidade -, dirigentes actuais do Partido, a equipa que assegura hoje a feitura

do nosso jornal e numerosas personalidades ligadas à vida política, social e cultural do país. Dentre estas, podiam ver-se José Saramago, Pilar del Rio, Manuel Freire, Vasco Gonçalves, Morais e Castro, Luís Filipe Costa, Mário de Carvalho, Orlando da Costa, Mário Alberto, José Quitério.

A maioria dos presentes comentava positivamente a nova arrumação das páginas, a facilidade de leitura que o actual grafismo permite e, principalmente, o facto de o «Avante!» se manter um jornal onde a prioridade é dada «aos problemas, anseios, aspirações e lutas dos trabalhadores», como o

director do «Avante!», José Casanova, teve oportunidade de sublinhar. Um jornal que está «com os explorados e contra os exploradores, com os oprimidos e contra os opressores, com o socialismo e o comunismo e contra o capitalismo e o imperialismo».

Melhor «Avante!»

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, por sua vez, apresentou como factor determinante da nova remodelação o facto de os

comunistas pretenderem um melhor «Avante!», um «Avante!» mais lido já que se conhece bem «a contradição entre a realidade do País, as aspirações e os problemas dos trabalhadores, da juventude, das populações e o modo como

essa realidade é apresentada, seleccionada e fragmentada nos *media*».

Assim, apesar «das dificuldades e da escassez de recursos financeiros», o PCP vai trabalhar para que o seu órgão central esteja «cada vez mais ligado à vida e aos problemas dos trabalhadores» e a sua divulgação e leitura seja uma tarefa assumida por todo o «colectivo partidário».

Antes de terminar, Carlos Carvalhas fez uma saudação especial, muito ovacionada, ao grande artista e militante comunista Carlos Paredes que nesse dia completou 75 anos. Considerando Carlos Paredes como uma «referência incontornável da cultura e da música portuguesa contemporâneas», Carlos Carvalhas dirigiu-lhe uma palavra de agradecimento dos comunistas «pelo seu contributo para uma democracia enriquecida pela beleza da arte e para uma arte identificada com a democracia e o povo».

No «Avante!», a prioridade é dada aos problemas e lutas dos trabalhadores

Campanha de promoção faz aumentar vendas do «Avante!»

Publicado desde 15 de Fevereiro de 1931, o órgão central do PCP, que dá nome à maior realização político-cultural do país - a Festa do Avante! -, venceu 43 anos de clandestinidade, sempre impresso dentro das fronteiras portuguesas, quantas vezes ao preço de prisões, tortura e morte. No panorama da imprensa clandestina mundial, é o único que nunca deixou de se editar ininterruptamente (desde 41 a 74). E foi o único que em Portugal, durante a ditadura de Salazar e Caetano, não conheceu a censura, algo de que os comunistas muito se orgulham.

Hoje, como outrora, ainda que por razões diferentes, o «Avante!» continua a ser uma voz necessária. O meio através do qual a mensagem e as propostas do PCP, tantas vezes ignoradas pela comunicação social, chegam sem deturpações aos trabalhadores e ao povo.

No âmbito da campanha de promoção e divulgação do «Avante!», agora remodelado, as várias organizações do

Partido têm realizado um conjunto de iniciativas em que se inserem debates, bancas de rua ou vendas em mercados, cujo principal objectivo tem sido o reforço das suas vendas. E, apesar de não existir ainda o balanço total destas acções, sabe-se que algumas organizações duplicaram e até triplicaram o número habitual de vendas, esgotado todos os exemplares que haviam pedido.

Em Setúbal, por exemplo, o primeiro número do «Avante!» remodelado foi pretexto para a realização, em várias localidades do distrito, de bancas de rua para venda do jornal. O saldo foi altamente positivo: a venda no «Avante!» no distrito cresceu, esta semana, mais de um milhar de exemplares.

Este resultado, obtido na sequência dos aumentos de vendas verificadas nos últimos tempos, reforça o optimismo das organizações do Partido no que respeita ao êxito da campanha de promoção em curso.

Paris

O «Avante!» remodelado voltou a ser distribuído no mercado de Villiers, numa iniciativa da organização de Paris do PCP em que participou uma dezena de camaradas. O camarada Leandro Martins, membro do Comité Central e Chefe de Redacção do nosso jornal, deslocou-se à região parisiense e participou nesta iniciativa na manhã do passado domingo, tendo, nesse fim-de-semana, dado entrevistas sobre o «Avante!» e a remodelação em alguns

canais de rádio que transmitem em Português e visitado a Associação de Villejuif. Na tarde de domingo, após um encontro-debate sobre cidadania, promovido pelos camaradas portugueses - ver notícia -, muitos leitores quiseram falar do órgão central do PCP, das modificações introduzidas pela remodelação, sobre as características fundamentais que deve manter um jornal comunista e sobre a necessidade de uma maior divulgação do «Avante!».





Carlos Carvalho na remodelação do «Avante!» Combater o culto da superficialidade

Carlos Carvalho começou por se referir ao aniversário do «Avante!», afirmando-o como um jornal «estritamente ligado à corajosa, determinada e abnegada luta do PCP, às lutas dos trabalhadores e do povo, à luta pelo pão, pela liberdade, pela democracia e o socialismo. A voz que na ditadura fascista foi esperança, impulso e informação sobre a luta, a resistência, sobre a vida e a realidade que nos era ocultada.

A voz dos explorados, dos injustiçados, dos ofendidos, a voz dos que ontem como hoje lutam pela transformação

social e por uma sociedade em que «o homem deixe de ser o lobo do próprio homem».

«Remodelação para quê?», perguntou o secretário-geral do PCP. «Para deixar de ser o órgão oficial do nosso Partido, para deixar de ser um jornal para o povo, para os trabalhadores, para os democratas, para deixar de ser um jornal de esquerda, um jornal comunista?»

«Evidentemente que não», disse imediatamente a seguir, prosseguindo: «Remodelação sim, porque o Avante! quer ser mais atraente, porque quer ser mais difundido, pois

como já foi afirmado “um jornal só o é quando é lido – não quando é escrito”».

Remodelação para estarmos mais presentes e com mais eficácia na batalha das ideias, para combater a expressão do chamado “pensamento único”, para dar a conhecer a realidade do mundo do trabalho, para combater a pedagogia da renúncia e do compromisso e os que procuram sepultar o comunismo, ou erradicá-lo da consciência, das aspirações e do horizonte da acção dos homens.

lações e o modo como essa realidade é representada, seleccionada e fragmentada nos *media*».

Queremos um melhor veículo para comunicar para que cada vez mais trabalhadoras e trabalhadores, mais portuguesas e portugueses conheçam com verdade, o que somos, o que defendemos, o que criticamos e combatemos, o que desejamos para o nosso povo e país. E isto por-

que, há infelizmente, quem se pautou não por critérios de rigor, comprovados na fonte e considere

“Um jornal só o é quando é lido – não quando é escrito”

Setúbal

Com a presença do director do nosso jornal, José Casanova, realizou-se, na sexta-feira, no salão do Centro de Trabalho do PCP em Setúbal, um vivo e interessado debate sobre «A imprensa em Portugal e o papel do “Avante!”», em que participaram várias dezenas de pessoas, incluindo representantes da comunicação social local.

No sábado, no Auditório do Pavilhão do Alto do Moinho, em Corroios, realizou-se uma sessão sobre o aniversário do «Avante!» que contou com a presença de cerca de setenta camaradas e amigos. Durante duas

horas e meia, a remodelação do «Avante!», a sua difusão e a necessidade de, enquanto órgão central do PCP, fazer chegar o mais longe possível a opinião, a actividade e as propostas do Partido, foram temas debatidos pelos presentes. No debate, muito participado e rico de conteúdo, foram igualmente abordadas questões relacionadas com a situação política, bem como sobre os critérios adoptados pela generalidade da comunicação social dominante quando trata assuntos relacionados com o PCP.

Também em Alhos Vedros, enquadrado no 69.º

aniversário do jornal «Avante!», se realizou, no passado sábado, no auditório do Centro de Trabalho do PCP, um debate com a presença de mais de 50 camaradas e amigos e a participação da camarada Dias Lourenço.

No debate, que foi animado por diversas questões colocadas por alguns camaradas, Dias Lourenço falou sobre a importância e o papel da imprensa do Partido no passado e no presente, quer a nível nacional quer internacional.

Seguiu-se uma pequena festa, onde se partiu um bolo de aniversário e se cantou os «Parabéns a você».

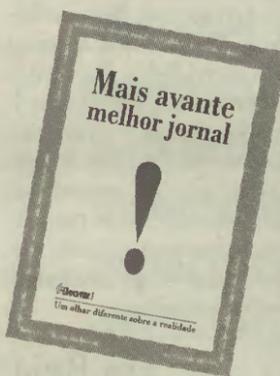
Faro

A organização concelhia de Faro do Partido propõe-se aumentar as vendas do «Avante!», a breve prazo, de modo a acabar com os cerca de 40 por cento de sobras, que actualmente se registam. Depois de conseguido este objectivo – que passará também pelo alargamento da distribuição às organizações do PCP em mais duas importantes freguesias e a muitos activistas e eleitos da CDU que não são militantes do Partido –, o trabalho prosseguirá, para que suba o número

de exemplares vendidos semanalmente no concelho.

Estas metas foram apontadas pela camarada Bernardina Sebastião, na passada quinta-feira, no jantar que assinalou o aniversário do órgão central do Partido e que reuniu, no centro de trabalho do PCP na capital algarvia, cerca de meia centena de militantes comunistas e leitores do «Avante!». Bernardina Sebastião falou igualmente sobre as decisões do Comité Central e o trabalho de preparação do 16.º Congresso no concelho.

Na iniciativa participou também Domingos Mealha, jornalista do «Avante!», que apontou alguns aspectos da remodelação do jornal, iniciada no número que naquele mesmo dia fora colocado em distribuição, chamando a atenção para a importância do órgão central do PCP como fonte indispensável de informação rigorosa e verdadeira e veículo de opinião de esquerda, em defesa dos trabalhadores e do povo, pelo socialismo e o comunismo.



Aveiro

O «Avante!» - a sua remodelação e a campanha de promoção e difusão em curso – foi o tema da reunião da Direcção da Organização Regional de Aveiro, aberta a outros quadros do Partido, e na qual participou o director do nosso jornal.

Tratando-se de uma reunião realizada no dia 17, a discussão centrou-se, naturalmente, no primeiro «Avante!» remodelado. O «novo» jornal agradou, no essencial, aos camaradas que já o haviam lido, os quais, no entanto, avançaram com algumas ideias susceptíveis de tornar mais atractiva a leitura do «Avante!».

No distrito, a campanha de promoção está em marcha e tem como referências os bons índices de venda já verificados nalguns concelhos – nomeadamente Ovar onde, no sábado, no mercado, se realizou uma banca de divulgação do «Avante!».

Melhorar intervenção

Remodelação para que o Avante! seja um melhor veículo na intensa e imaginosa intervenção do Partido, para vencer as ideias feitas e bloqueamentos à compreensão da nossa mensagem.

Remodelação para elevar a consciência crítica e política das massas, contra o culto da superficialidade, do efémero, da perda de memória e para desempenhar um mais intenso e reforçado papel na luta contra as políticas de direita e os mecanismos de exploração e dominação na luta pelo progresso e a justiça social.

Queremos um melhor Avante! e um Avante! mais lido, pois conhecemos bem «a contradição entre a realidade do País, as aspirações e os problemas dos trabalhadores, da juventude, das popu-

como verdade o que lhe chega por qualquer informação não verificada ou o que simplesmente é repetido nos vários meios de comunicação social.»

Caracterizando, de seguida, a «chamada sociedade de informação global», Carlos Carvalho lembrou: «Precisamos de vencer muitas dificuldades. Os nossos recursos financeiros são escassos. Mas trabalharemos, reafirmo, para que o Avante! esteja cada vez mais ligado à vida, aos problemas dos trabalhadores, à sociedade e para que a sua difusão, circulação, leitura, crítica e debate seja tarefa assumida pelo colectivo partidário.»

Por fim, o secretário-geral do PCP congratulou-se com a presença de José Saramago e dirigiu a Carlos Paredes uma saudação pela passagem do seu 75.º aniversário.



4.ª Assembleia de Beja aprova propostas para o desenvolvimento do Alentejo

Reforçar a intervenção política para alargar a influência do PCP

No final dos trabalhos da 4.ª Assembleia da Organização de Beja do PCP, que teve a participação do secretário-geral, cerca de 300 delegados de todo o distrito elegeram no domingo, em Beja, uma nova Direcção da ORBE.

A 4.ª Assembleia da Organização de Beja do PCP, realizada no domingo, no Instituto Politécnico de Beja, constituiu um "importante contributo para reforçar a nossa intervenção política e alargar a influência do PCP na sociedade", afirmou o secretário-geral do Partido, Carlos Carvalhas, no final dos trabalhos da reunião, perante mais de

três centenas de delegados e convidados.

Carlos Carvalhas, fez o balanço da assembleia, muito participada, criticou a política de direita do Governo do PS e falou da preparação do 16.º Congresso do PCP.

Sob o lema "Com o PCP, rumo ao futuro", a assembleia dos comunistas do distrito de Beja - um debate aberto e

participado sobre as grandes questões da sociedade alentejana e da vida do Partido - aprovou uma resolução política com propostas para o desenvolvimento e com medidas para renovar a organização partidária. O documento, que no decorrer da reunião acolheu diversas alterações propostas pelos delegados, tinha estado já em discussão, entre os militantes, durante um mês.

Prosegue a desertificação

Na resolução aprovada, os comunistas do distrito de Beja consideram que a situação económica e social na região continua a ser grave - prosseguem a desertificação, o envelhecimento da população, as elevadas taxas de desemprego e trabalho precário - e que a governação do PS nos últimos cinco anos em nada alterou o estado de coisas. Assim, foram apresentadas propostas concretas exigindo mais verbas no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio, uma política de desconcentração e descentralização administrativa, o cumprimento do calendário de Alqueva e uma nova política agrícola, o avanço do projecto do Aeroporto de Beja, melhores acessibilidades, a retoma das actividades das Pirites Alentejanas, em Aljustrel, melhor saúde e educação, uma melhor política de protecção social, acções nas áreas da cultura, do património, do turismo, do ambiente, do desporto, do combate à toxicoddependência.



A Assembleia alertou para a grave situação económica e social do Alentejo

Para concretizar o verdadeiro programa de desenvolvimento proposto, os comunistas manifestaram

disponibilidade para, com outros democratas e outras forças políticas, "encontrarem as convergências

necessárias" visando o bem-estar das populações e o desenvolvimento do Alentejo.

Dinamizar e renovar a organização partidária

A par das propostas para o desenvolvimento económico e social da região, a 4.ª Assembleia da Organização de Beja debateu e aprovou um conjunto de medidas para dinamizar e renovar a organização do Partido.

O funcionamento regular das comissões concelhias, comissões de freguesia e células nas empresas e serviços, o acompanhamento da actividade dos eleitos comunistas no Poder Local "de forma a que as autarquias prossigam a grande e diversificada obra realizada em prol da melhoria da qualidade de vida das populações e do desenvolvimento local e regional", o recrutamento prioritário de um ainda maior número de jovens para o Partido, a distribuição do renovado "Avante!" e demais publicações e materiais partidários - são, entre outras, as medidas preconizadas para dinami-

zar o Partido no distrito de Beja.

Para 2000, ano do 16.º Congresso, a ORBE estabeleceu como metas que todas as organizações de base efectuem a sua assembleia de organização e elejam o respectivo organismo de direcção, que seja promovida uma campanha de actualização de dados de todos os membros do Partido e que sejam recrutados 200 novos militantes, dos quais "pelo menos 50 com menos de 30 anos".

O plenário dos comunistas debateu também e elegeu a nova Direcção da Organização de Beja, que passa de 24 para 38 membros, à qual caberá, agora, a tarefa de trabalhar para implementar as resoluções aprovadas e dinamizar a intervenção política do Partido, tendo em vista o reforço da influência do PCP na sociedade.



PCP no Patriarcado

Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, Edgar Correia, da Comissão Política, e o deputado António Filipe à saída do Patriarcado, onde se deslocaram, na semana passada, no âmbito dos contactos que o PCP está a ter com responsáveis das principais confissões religiosas que actuam em Portugal.

Mais rapidez na justiça

A decisão voluntária do Procurador-geral da República de não o cumprir seu mandato até ao fim não merece do PCP qualquer comentário especial.

Como Vítor Dias lembrou, o PCP «nunca usou a actuação ou a figura do Procurador-geral da República como arma de arremesso político» e está longe de considerar «que seja nessa actuação que estão concentrados todos os problemas e males da justiça portuguesa».

Para este membro da Comissão Política do PVCP, o que importa é «concentrar atenções nas medidas de fundo», indispensáveis para ultrapassar a situação de crise que abala a justiça em Portugal, de forma a garantir «uma justiça mais acessível, mais rápida e mais moderna».

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Cremilde Martins Lopes

Com 88 anos de idade, faleceu, no dia 3 de Fevereiro, a camarada Cremilde Martins Lopes, natural de Vila Marmeleira, Rio Maior. Reformada da Função Pública, era militante do Partido desde 1974. Estava organizada na freguesia de Campo de Ourique.

Idalina Rosa Carrasco

Faleceu no dia 8 de Fevereiro a camarada Idalina Rosa Carrasco, organizada na freguesia de Campo Grande. Realizava tarefas de recolha de Fundos e distribuição do «Avante!».

Joaquina Filipa Charrua

No passado dia 11 de Fevereiro faleceu, com 72 anos de idade, a camarada Joaquina Filipa Charrua. Era natural e residente no Couço, onde estava organizada.

Manuel Procópio Teixeira da Silva

Com 71 anos de idade, faleceu, no dia 11 de Fevereiro, o camarada Manuel Procópio Teixeira da Silva, membro do Partido desde 1975 e elemento destacado da célula da Marconi. Deu sempre uma contribuição militante na Festa do «Avante!», nomeadamente no Sector Público, onde a «sopa do Procópio» ficou famosa.

Venâncio Esteves Lopes

Faleceu, com 64 anos de idade, o camarada Venâncio Esteves Lopes, residente no Barreiro. Estava organizado no Bairro 4 da Freguesia do Barreiro.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Em Beja, Carlos Carvalhas reafirma identidade do PCP

Um Partido de causas e valores

Na intervenção de encerramento, Carlos Carvalhas, referindo-se à Resolução Política aprovada na Assembleia de Beja, reiterou a necessidade de sublinhada de imprimir uma nova dinâmica à organização, nomeadamente através da existência de mais quadros a tempo inteiro, sobretudo jovens, de uma maior regularidade no funcionamento dos organismos, do estímulo à criação de células e de uma maior participação dos jovens nas actividades do PCP, encontrando para isso formas atraentes de trazer a juventude «aos ideais e às lutas dos comunistas».

O recrutamento de novos militantes é uma outra direcção que o secretário-geral do PCP considera prioritária, sendo igualmente importante dar uma maior atenção e ajuda à difusão do «Avante!», agora remodelado.

De seguida, Carlos Carvalhas abordou as manobras de divisão que tentam condicionar o debate do PCP na preparação do XVI Congresso, a realizar em Dezembro. «As técnicas dos nossos adversários são velhas e os objectivos também», disse. «São os processos de intriga», as «distorções dos discursos», as «interpretações unilaterais», as «catalo-

gações», tudo sempre com o mesmo objectivo: «dividir para reinar».

Uma barreira às injustiças

Tudo isto não pode, porém, «condicionar ou paralisar» o debate dos comunistas que «devem, sim, debater com seriedade a preparação do Congresso a par de uma grande actividade e iniciativa política».

«Com a sua identidade, com a sua matriz ideológica revolucionária, com as suas regras de funcionamento, com a sua natureza de classe, com as suas raízes, luta e intervenção, com a sua coerência», o PCP é de facto «um grande obstáculo à política de direita, à concentração da riqueza, às injustiças sociais, ao reino do capital financeiro». E vai continuar a sê-lo, «por muito desgosto» que isso cause...

Aliás, «são cada vez mais os portugueses que entendem e que querem que se reforce este Partido, Partido Comunista Português, que não vira as costas às dificuldades, que está e estará sempre com os trabalhadores e com as populações, que apresenta propostas alternativas» procurando dar resposta aos problemas do povo e do País.

«Com firmeza, com determinação, com as suas convicções comunistas, com os olhos postos no futuro», o PCP - «Partido de causas, valores e princípios» -, continuará, pois, a sua luta «com confiança pela transformação social, por um Portugal de progresso e justiça, tendo por horizonte o socialismo».



6.ª Assembleia de Benavente

Eleita nova concelhia

O intervenção e reforço do PCP foram os temas mais debatidos na 6.ª Assembleia da Organização Concelhia de Benavente, recentemente reunida, com a participação de Jorge Cordeiro, membro da Comissão Política.

Cerca de quatro dezenas de militantes e amigos do Partido assistiram aos trabalhos da Assembleia que analisou o relatório de actividades da organização, definiu linhas de orientação para o trabalho a desenvolver e elegeu por maioria a nova Comissão Concelhia, apenas com uma abstenção.

Do relatório de actividades destaca-se o trabalho desenvolvido para as campanhas para os referendos sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez e sobre a Regionalização, assim como para as eleições autárquicas, europeias e legislativas. Um intenso trabalho de distribuição de propaganda e de contactos porta-a-porta que decorreu sempre com grande empenhamento dos militantes.

No que respeita à organização, o relatório destacou o recrutamento de novos militantes, a reorganização do ficheiro e a remodelação do novo Centro de Trabalho, cujo

projecto, elaborado em conjunto com o sector de Património do Partido, em breve será iniciado, prevendo-se a sua conclusão para o primeiro semestre do próximo ano.

Esta remodelação, na opinião dos participantes, vai certamente ajudar a dinamizar o trabalho para o reforço e a intervenção do Partido na zona.

Do Plano de Trabalho para os anos 2000 e 2001, aprovado por unanimidade, destaca-se a acção do Partido em três pontos fundamentais: reforço da organização, reforço da intervenção/iniciativa e reforço do trabalho autárquico.

Prosseguir a luta

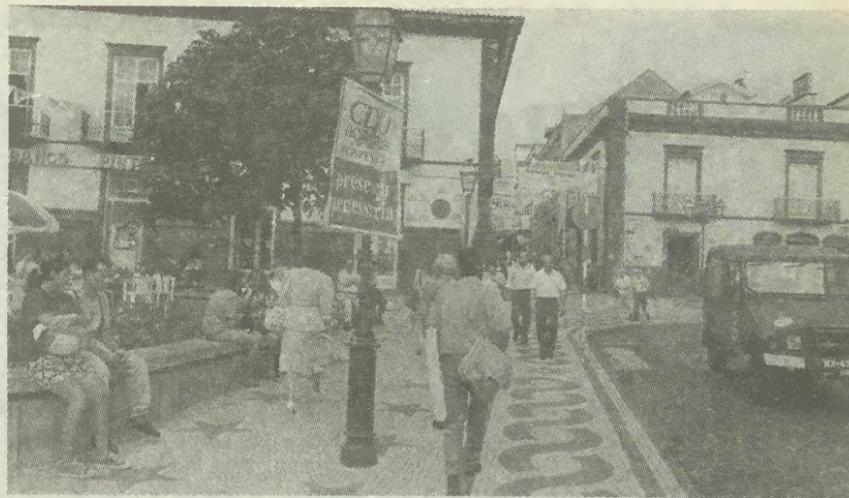
No decurso do debate, concluiu-se, ainda, pela necessidade de a Organização Concelhia prosseguir uma acção eficaz junto dos trabalhadores e das populações e a luta pela resolução

dos problemas de saúde no concelho, pela construção da Ponte-Viaduto de Benavente - há tanto tempo prometida - e, sem prejuízo para os moradores das freguesias que abrange, pela construção da A13.

Jorge Cordeiro, na sua intervenção, abordou a situação política actual, realçando o facto de a eleição da nova concelhia dar-se num ano particularmente importante para a vida do Partido, nomeadamente pela realização da Assembleia de Organização Regional e do XVI Congresso.

O dirigente comunista sublinhou ainda a ideia de que «o nosso povo e os trabalhadores portugueses precisam do Partido», pelo que se torna necessário uma cada vez maior intervenção dos comunistas na sociedade e contra a ofensiva de direita, traduzida de forma significativa no Orçamento de Estado para 2000, aprovado com o apoio do PP.

Um Orçamento que «deixa claro ser um instrumento dum política de direita, de uma política de classe que favorece os grandes grupos económicos e acentua a desigualdade entre a distribuição dos rendimentos do trabalho e os rendimentos do capital, diminuindo o sector público existente».



Açores 2000

■ José Decq Mota

Ano de eleições regionais

As eleições para a Assembleia Legislativa Regional são, nesta Região, aquelas que motivam maior empenhamento das populações e campanhas eleitorais mais activas, extensas e preparadas.

O acto de estar em causa a composição da Assembleia Legislativa Regional e depender dessa composição a constituição do Governo Regional e sabendo-se que os Órgãos de Governo Próprio da Região Autónoma tem amplos poderes político-administrativos em relação a quase todas as áreas da Administração Pública, justifica plenamente esse interesse acrescido que tais eleições motivam. O presente ano é ano de eleições para a Assembleia Legislativa Regional o que

“As próximas eleições são importantes para a definição da orientações específicas necessárias ao desenvolvimento adequado da região”

quer dizer que a actividade política específica regional está especialmente intensa, mesmo da parte daqueles que se esquecem da actividade política pública fora dos períodos eleitorais. O que é, porém, certo é que as próximas eleições para a Assembleia Legislativa Regional serão importantes para a evolução da situação desta Região Autónoma e para a definição das orientações específicas que esta região ultraperiférica e distante precisa para que possa trilhar, de facto, um processo de desenvolvimento adequado.

As eleições regionais de 2000 são as primeiras que se realizam sem que o PSD/Açores esteja a exercer o poder regional e terão lugar quatro anos depois do PS/Açores ser responsável pelo Governo Regional. Em 1996, ganhou expressão político-eleitoral o descontentamento social que o poder regional opaco e dominador do PSD/A foi motivando e a luta democrática foi alicerçando e transformando em força de mudança.

Entretanto passaram 3 anos e 4 meses e os novos titulares do poder regional

«cafram na tentação» de deixarem muito do que criticavam à porta do Palácio de Santana. De facto o estilo governativo administrativo e imperativo manteve-se em larga escala, e a tendência clientelar e discriminatória que era muito usada pelo PSD faz agora parte da prática do PS.

Evitar maioria absoluta do PS

Mas sendo verdade que a forma de exercer o poder regional não teve grandes alterações é principalmente verdade que as orientações governamentais regionais ditadas pelo PS não tiveram alterações significativas para melhor, em relação ao que vinha de trás.

Facto positivo, que entretanto deve ser realçado, é o do actual poder regional não assentar numa maioria absoluta parlamentar.

Situação igualmente positiva, mas claramente resultante do facto de nos últimos anos não haver maiorias absolutas nem na Assembleia da República, nem na Assembleia Legislativa Regional, prende-se com a melhor resolução que alguns problemas açorianos dependentes dos órgãos de soberania têm tido.

De 96 para cá temos assim uma má governação regional, sem projecto nem objectivos sólidos, temos uma melhor resolução de problemas regionais no plano nacional (Lei das Finanças Regionais e custo do transporte aéreo, por exemplo) e temos uma vida política específica mais viva e participada porque não está sufocada por uma maioria absoluta, como aquela que existiu nos Açores durante 20 anos.

Sem me preocupar, hoje, com análises mais profundas ou detalhadas, convém dizer que uma das questões essenciais que estão em jogo nas eleições deste ano é o de evitar que este poder regional do PS venha a atingir a maioria absoluta na Assembleia Legislativa Regional, pois se isso acontecesse seria um rude golpe nas transformações sociais e políticas que estão, para além da vontade do poder, em curso nesta sociedade insular.

É também evidente que a forma democrática e útil de evitar essa maioria absoluta é fazer com que haja na sociedade e na Assembleia Legislativa Regional mais CDU.

Estas e outras questões destas nove ilhas dos Açores irão ter presença nestas notas a que chamei «Açores 2000» e que vão aparecer com alguma regularidade neste nosso «Avante!».

acores
REGIONAIS 2000

Em Paris

Debate sobre cidadania

Cerca de quatro dezenas de pessoas, na maior parte militantes do PCP e de outras organizações de esquerda, participaram na Maison Por Tous Jules Vallès, em Villejuif, na região de Paris, num debate sobre cidadania. Promovido pela organização do PCP, esta iniciativa integra-se na preparação das eleições municipais em França, nas quais os membros da comunidade portuguesa, tal como as outras originárias de países da União Europeia, podem participar como eleitores e também como candidatos a lugares elegíveis nas listas a serem apresentadas pelos partidos.

Mas visou particularmente dinamizar o exercício da cidadania activa por parte dos portugueses «participando e lutando pelos seus direitos enquanto trabalhadores e enquanto cidadãos, assumindo responsabilidades sociais e cívicas e, designadamente, exercendo o direito conquistado de voto e de candidatura nas eleições locais».

O Encontro-debate foi orientado pelo camarada António Topa, que sublinhou os perigos que existem nas tentativas, por parte sobretudo de partidos de direita, de levarem ao chamado «voto étnico», procurando servir-se dos emi-

grantes com a inclusão destes em listas em troca de «facilidades». António Topa, que se encontrava na mesa acompanhado por Leandro Martins, do Comité Central e chefe de Redacção do «Avante!», e pelo jovem comunista Marco Alves, salientou que este combate de participação cívica não é só de agora mas tem sido, por parte do PCP, uma das suas batalhas de há longos anos pelos direitos dos emigrantes. No final, um vivo debate demonstrou a atenção que os emigrantes activistas dão ao tema e o empenhamento que os move na participação desta batalha política.



O debate visou dinamizar o exercício da cidadania pelos portugueses

• Lino de Carvalho

25 anos depois ainda a questão da terra

Comemoram-se este ano 25 anos do arranque do processo da Reforma Agrária, bem no calor de Abril. Foi em 9 de Fevereiro de 1975 que o PCP organizou a 1.ª Conferência dos Trabalhadores Agrícolas do Sul onde a palavra de ordem "A terra a quem a trabalha" se assumiu como bandeira de um profundo rasgão na dominação latifundiária e de um marcante movimento de transformação social e política. Como foi em 15 de Abril de 1975 que foi publicado o Decreto-lei n.º 203-C/75 seguido em 29 de Julho dos Decretos-lei 406-A/75 e 407-A/75 relativos, respectivamente, à definição de um programa de Reforma Agrária e à expropriação e nacionalização das terras do latifúndio e que deram enquadramento legal ao processo de ocupação de terras que se tinha iniciado em finais do ano anterior. A liquidação do latifúndio e das relações sociais de produção e de poder que gerava e a consequente entrega da terra aos despossuídos dela, o proletariado agrícola, deu lugar em todo o Alentejo e no Sul do Ribatejo ao aumento da produção agrícola e início de uma alteração dos sistemas agrícolas, à criação de emprego, ao direito a um salário certo e a regalias sociais até aí desconhecidas, à dignificação e valorização social do trabalho e dos trabalhadores rurais, à evidente melhoria da sua qualidade de vida, ao desenvolvimento dos montes e das aldeias do Alentejo. Foi uma transformação radical da vida que nada nem ninguém apagará da História e da memória colectiva do povo alentejano. E de que ainda hoje, apesar de tudo, se mantêm resultados visíveis. Um exemplo, sobre uma questão tão falada nas últimas semanas: se hoje os trabalhadores rurais têm direito a pensões de reforma, infelizmente de valor muito baixo, foi porque com as cooperativas iniciaram, pela primeira vez, uma carreira contributiva para o Sistema de Segurança Social. A Reforma Agrária foi destruída no decurso de uma contra-revolução liderada institucionalmente pelo PS, pelo PSD e pelo CDS. Mas 25 anos depois a questão da terra continua a estar – ou volta a estar – em aberto. A grande propriedade de dimensão latifundiária e os sistemas extensivos de produção voltaram ao Alentejo. Como afirmam as próprias análises oficiais "a dimensão das explorações" e a "estrutura de posse e uso da terra... não têm contribuído para a criação de uma base económica e social, dinâmica e sustentável na região". (Programa Operacional para o Alentejo/III QCA e Estudo para a Definição de uma Base Económica para o Alentejo/CCRA.) É por isso que o Alentejo mantém a mais alta taxa de desemprego do País, a migração voltou, a desertificação cresceu e tem o menor produto e rendimento *per capita*.

A questão da terra está, pois, de novo (se é que alguma vez deixou de estar) na ordem do dia. É por isso que comemorar os 25 anos da Reforma Agrária não é só – não pode ser só – uma viagem nostálgica a um passado que nos marca e nos emociona, mas é também reflectir sobre o presente e sobre as soluções de hoje no Portugal e, sobretudo, no Alentejo de hoje. Porque quando falamos na necessidade de uma "nova Reforma Agrária" temos de dar resposta a uma outra questão: Com quem? Em que condições? Com que fundamentos? É que há 25 anos a população activa na agricultura representava 63,4% em Beja, 50,1% em Évora e 57,8% em Portalegre. E os assalariados rurais representavam, nestes três distritos, 82,2% dessa população activa. Hoje, a acreditar nos dados oficiais, a população activa agrícola representa 11,8% do total. O índice de envelhecimento da população é quase o dobro do País. E não vivemos um processo revolucionário. Enfrentar o problema da concentração fundiária e dos sistemas agrícolas parasitários que gera com as respectivas consequências negativas em toda a estrutura e dinâmica produtiva e social da região é uma necessidade. Alqueva com a irrigação de 110.000 hectares à custa de mais de 350 milhões de contos de dinheiros públicos tem de implicar, numa sociedade democrática, que as mais valias desse vultoso investimento revertam para a comunidade através de um processo de reestruturação



fundundiária que obrigue a uma alteração dos sistemas culturais permitindo, além do mais, injectar no sector novas e mais dinâmicas gerações de agricultores e trabalhadores agrícolas. O que implica definir uma dimensão-limite para as explorações com base em critérios de racionalidade e eficácia económica e justiça social. Mas para isto tudo é preciso dinamizar, com argumentos sólidos, um vasto debate no Alentejo e no País que mobilize uma nova e alargada base de apoio a esta "nova Reforma Agrária" combatendo e vencendo preconceitos e interesses instalados, designadamente no Governo.

PCP apresenta dezenas de propostas em sede de especialidade

Por mais justiça fiscal

Tratar os rendimentos dos trabalhadores sujeitos a «recibo verde» por imposição da entidade empregadora de forma idêntica à conferida ao trabalho dependente, eis uma das propostas com incidência fiscal preconizadas pelo Grupo Parlamentar do PCP. A apresentar em sede de discussão na especialidade do Orçamento, esta proposta integra um lote de largas dezenas de outras em matéria de fiscalidade abrangendo áreas que vão do código de IRS aos benefícios fiscais, passando pelo código de IRC, reforma fiscal, imposto do selo ou imposto automóvel.

De acordo com Octávio Teixeira, que divulgou o conteúdo destas propostas em conferência de imprensa realizada terça-feira, os deputa-

dos comunistas têm igualmente preparadas propostas de alteração nas mais variadas áreas sociais, com relevo para o capítulo da saúde e da segurança social.

Em relação a esta última o destaque vai para as propostas de aumento para 36.300\$00 da pensão mínima dos beneficiários dos regimes geral com menos de 15 anos de contribuição, e de 26.700\$00 para a pensão social.

No tocante à saúde, importa sublinhar a proposta de aumento das comparticipações do regime geral do SNS para as próteses, ortóteses e ajudas técnicas, em ordem a aproximá-las às comparticipações da ADFSE.

Relevo merece igualmente a proposta de aumento sala-

rial mínimo de 5.000\$00 para os trabalhadores da administração central e local. Para o PCP, como referiu o líder parlamentar comunista, é inadmissível que o Governo queira impor uma actualização salarial a estes trabalhadores em não mais que 2,5 por cento, o que na prática significa um congelamento das suas remunerações reais, lesando-os gravemente e, de modo particular, os que auferem menos rendimentos.

Por vontade do PCP, ainda em matéria fiscal, será eliminado um largo conjunto de benefícios fiscais ilegítimos, por si considerados «política e socialmente escandalosos», sobretudo se vistos em contraponto à pesada carga que recai sobre os rendimentos do trabalho.

Inércia do Governo estimula violações laborais

O Grupo Parlamentar do PCP pretende que o ministro do Trabalho e Solidariedade vá ao Parlamento para esclarecer o comportamento do Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT). Em causa está a inoperância deste organismo face às constantes violações dos direitos dos trabalhadores ocorridas em várias regiões, designadamente no distrito de Braga.

O não cumprimento da legislação de trabalho, bem como o aumento da precariedade das relações laborais constituem exemplos da situação que caracteriza o mundo laboral, assinalam Odete Santos e Vicente Merendas na carta em que solicitam a realização da audição parlamentar, para a qual requerem igualmente a

presença do responsável do IDICT e da União dos Sindicatos de Braga.

Reportando-se a factos chegados ao seu conhecimento no decurso das Jornadas Parlamentares do PCP realizadas em Guimarães, os deputados comunistas lembram concretamente que a liberdade de contratação colectiva é condicionada, quando não mesmo aniquilada, pela inércia da Inspeção de Trabalho, que, deixando impune as violações de direitos, enfraquece o poder negocial dos trabalhadores.

Vicente Merendas, Em declarações ao «Avante!», assinala ainda que no sector da construção «quase não há obra em que não existam trabalhadores ao dia e à hora». Por outro lado, observa, é frequente nas grandes

obras a existência de várias equipas de subempreiteiros onde a relação de trabalhadores que apresentam à empresa contratante não corresponde à identidade dos trabalhadores presentes na obra. Acresce que mais de 60 por cento deste trabalho ao serviço dos subempreiteiros não estão inscritos na Segurança Social nem dispõem de qualquer seguro.

Escandalosa, no entender de Vicente Merendas, é ainda a impunidade com que agem os patrões, afirmando mesmo que a «cumplicidade é tanta que as empresas clandestinas são conhecidas e identificadas», mas a Inspeção Geral de Trabalho não actua. «Aqui – acusa –, o Governo tem grandes responsabilidades.»

Frigocom falha plano de viabilização

O deputado comunista Vicente Merendas denunciou a «completa impunidade» em que continua a agir a empresa Frigocom. Em causa está, perante a complacência do Governo, o não cumprimento do plano de viabilização a que aquela empresa se comprometeu para recuperar a H. R. Metalomacânica Teixeira e Ramalho. Esta foi até 1996 o maior fabricante nacional de frigoríficos e arcas congeladoras. A história remonta àquela data, altura em que a empresa, sediada em Pinhal Novo, viu a sua laboração interrompida por ruptura financeira, deixando de pagar salários aos seus 240 trabalhadores. Foi

então que por intervenção do Ministério da Economia, com a concordância de credores e de trabalhadores, foi estabelecido um plano de viabilização, reconfirmado em 1998, através do qual a Frigocom retomaria a laboração. O plano previa a admissão numa fase inicial de 55 trabalhadores, a que se seguiria, faseadamente, a integração dos restantes. Como contrapartida, a Frigocom beneficiou de apoios do IAPMEI na ordem dos 700 mil contos.

Sucedeu porém que nenhum dos compromissos por si assumidos foi respeitado. Isto é, não incrementou nenhuma das medidas previstas no plano de viabi-

lização: retomar a laboração da fábrica, integrar os trabalhadores, pagar a estes os créditos devidos, proceder às amortizações aos credores.

Esta escandalosa situação levou já o deputado comunista Vicente Merendas a questionar o Governo, em requerimento dirigido ao Ministério da Economia, instando-o a pronunciar-se sobre as medidas que pensa adoptar para levar a Frigocom a cumprir o plano por ela própria apresentado. Perguntado é ainda se a Frigocom já repôs os 700 mil contos de apoios e incentivos de que beneficiou, face ao desrespeito pelas suas obrigações.

PS e PP viabilizam OE 2000

Tudo pelo capital

A previsibilidade foi total. Carlos Carvalho chamou-lhe a «história de uma viabilização anunciada». O Orçamento de Estado para 2000 passou, na generalidade, com os votos dos deputados socialistas e o beneplácito posicionamento do CDS/PP, que se absteve. Todas as restantes bancadas votaram contra.

Com o seu desfecho antecipadamente conhecido, face à anunciada viabilização dos populares, este foi um debate do qual pouco ou nada havia a esperar. Perante um inegável «mau orçamento para o País e para os trabalhadores», como o classificou a bancada comunista, só por absurdo seria de admitir que por maiores que fossem as alterações se conseguiria mudar a sua natureza.

Descontada a retórica social que enxameou os discursos do Governo, com efeito, o que

sobreveio de modo claro do debate foi a conclusão de que as opções e prioridades da acção governativa continuam a ser determinadas por uma orientação neoliberal e por uma marca de classe. A demonstração, numa crítica cerrada, fê-la a bancada do PCP, pela voz de Octávio Teixeira. Desde logo em matéria de política fiscal que considerou ser a questão central deste Orçamento, seja do ponto de vista ideológico, político ou social.

Mais do que nunca, segundo o líder da bancada comu-

nista, está presente a «opção por uma política fiscal de classe». No plano ideológico, justificou, porque assume a vontade inequívoca não só de manter os principais factores de desigualdade e de injustiça do sistema fiscal como até de os agravar concedendo um tratamento de privilégio aos rendimentos do capital.

No domínio político, porque no âmbito da justiça fiscal o Orçamento «consubstancia um retrocesso evidente» relativamente ao anterior. Invertendo o sentido de maior justiça fiscal entre os contribuintes que pagam IRS, introduzido no orçamento de 1999 por acção do PCP, o Governo arrepiou caminho, sendo por isso legítimo concluir que aquele interregno se deveu exclusivamente ao facto de ser ano de eleições.

Mas é ainda na perspectiva social que a política fiscal se assume como questão nuclear. «Porque, demonstradamente, a política social mais urgente para o País é a reforma fiscal», sustentou o presidente do Grupo Parlamentar do PCP, para quem essa reforma é essencial para que possam ser posse-

guidas e melhoradas as restantes políticas sociais, da Saúde à Educação, da Habitação à Segurança Social.

Manobra de diversão

A estas evidências ripostou o Primeiro-Ministro, num tentativa de mascarar a

realidade, erigindo como questão ideológica central do debate o que designou por combate ao despesismo orçamental. «Os que entendem que o Orçamento de Estado é despesista deverão querer, seguramente, fazer cortes», afirmou

Guterres, depois de ter considerada injusta esta ideia lançada por políticos e analistas de direita.

Não resultou, porém, esta tentativa de contornar o essencial e deslocar o centro do debate. A resposta deu-a ainda Octávio Teixeira ao fazer notar que «um dos partidos que mais gritou contra o despesismo deste Orçamento» acabou por ser exactamente aquele que o viabilizou.

Neste jogo de simulações não deixa, a propósito, de ser curiosa a explicação dada por Basílio Horta no



O fardo vai sempre para as mesmas costas

final do debate para a viabilização do Orçamento. Não escondeu, designadamente, o receio de eleições antecipadas, para as quais o centro e a direita não estariam preparados. Um «momento inoportuno», deixou escapar no seu discurso, desmentindo assim de uma penada a formulação tantas vezes repetida por outros dirigentes do seu partido de que a

viabilização ao Orçamento era uma resultante da aceitação pelo Governo de propostas suas.

A afirmação do Governo de que o Orçamento desagrava os contribuintes, por outro lado, foi considerada uma «fraude política» pela bancada do PCP, que, a este respeito, assinalou haver desagramento, e significativo, mas para os lucros.

Basta de privilégios

Reiterada pelos deputados comunistas no decorrer do debate foi a determinação em prosseguir a luta por objectivos constantes nas suas propostas, como sejam, entre outros, aumentos salariais bem acima da inflação para as camadas da população com mais baixos rendimentos, subida das pensões (que não apenas dos trabalhadores agrícolas) e reformas, desagravamento dos escalões mais baixos em sede de IRS.

Tais medidas, exequíveis e necessárias, seriam compensadas com um corte de vários benefícios fiscais concedidos a grandes empresas, e por um verdadeiro pacote de medidas de combate à evasão fiscal, designada-

mente através do levantamento do sigilo bancário.

Um dos paradigmas desta escandalosa situação de privilégio é a banca que, como lembrou Carlos Carvalho, deveria ter pago em 1998 105 milhões de contos de IRC (34 por cento sobre 338 milhões de contos de lucro) mas que só pagou 68,2 milhões de contos.

Daf a acusação ao Governo de que privilegia as actividades financeiras e especulativas em detrimento da actividade produtiva, de que resultam, segundo o Secretário-Geral do PCP, «significativos reflexos na agricultura, nas pescas, em importantes sectores industriais e no já preocupante défice externo».

Áreas sociais esquecidas

Desenganem-se quantos chegaram a admitir que o Orçamento poderia reflectir ou vir a acolher, nas áreas sociais, preocupações de esquerda. Este mais ou menos o sentido das palavras da deputada comunista Luísa Mesquita quando aludiu à inevitável «desilusão» que decorre da leitura do Orçamento, mesmo entre aqueles que «teimam em balbuciar que a Educação, a Ciência ou a Cultura têm alguns matizes de esquerda».

Por si sublinhado foi concretamente o facto de as verbas previstas estarem muito longe das necessidades do país real. Os testemunhos da sua exiguidade, lembrou, vieram de Norte a Sul, veiculados por estudantes, professores, reitores, investigadores, responsáveis dos institutos e dos laboratórios do Estado, sindicatos.

Um dos muitos exemplos elencados foi o que designou por «autêntico roubo» do Governo aos pais dos estudantes, ao não inscrever no Orçamento as verbas necessárias para financiar o Ensino Superior.

Para Luísa Mesquita, o Orçamento aí está a demonstrar o «não cumprimento da fórmula de financiamento que determina o cálculo das verbas a atribuir às escolas de ensino superior». O que vem confirmar a razão do PCP quando denunciou na Legislatura anterior que a lei do financiamento foi reduzida ao pagamento de propinas, representando estas a desresponsabilização do Estado, uma vez que os «alunos pagam às instituições e o Estado fica a dever aos alunos, às instituições e ao País».

Carlos Carvalho

História de uma viabilização anunciada

Explicadas pelo PCP, ainda antes do debate na generalidade, haviam sido as razões que o levam a considerar estar-se em presença de um Orçamento de direita. A sua viabilização, nesta circunstância, só poderia ser operada «por um partido de direita, qualquer que seja o pretexto», sublinhara na passada semana, em declarações ao «Avante!», Octávio Teixeira.

Dessa «história de uma viabilização anunciada» falou com detalhe no decorrer do debate o Secretário-Geral do PCP. Personagens reais de um filme onde o enredo não é pura ficção. E onde só por mera coincidência os diálogos poderiam ser outros que não aqueles que com ironia e imaginação Carlos Carvalho construiu na sua intervenção de encerramento. Marcada ainda pela crítica a um documento atravessado pela visão de Portugal como o «paraíso lusitano», numa versão actualizada do «oásis cavaquista».

A história gira em torno das conversas entre o primeiro-ministro e o ministro do Trabalho, Ferro Rodrigues, para conseguirem viabilizar o Orçamento no Parlamento e obterem um entendimento com o CDS-PP.

«Há uns meses o Sr. primeiro-ministro disse a Ferro Rodrigues: no aumento anual das reformas retira uma parte do previsto para os rurais para servir de troca ao voto favorável do partido que queira deixar passar o Orçamento», desvendou Carvalho.

«Ferro Rodrigues achou a ideia brilhante», chegando mesmo a ficar convencido que seriam os comunistas a dar luz verde ao Orçamento, tanto mais que essa era uma insistente reivindicação sua. Mas Guterres depressa lhe «tirou as ilusões»: «Sabes, os comunistas, apesar de estarem de acordo com o aumento das reformas, não aceitarão que mantenhamos os privilégios à banca, que aumentemos os benefícios fiscais, que no fundamental vão para as operações financeiras e especulativas, que baixemos os impostos às

grandes empresas e que os mantenhamos para os trabalhadores. Além disto, querem aumentar as outras pensões degradadas e não estão de acordo com a nossa proposta de aumentos para a função pública.» E contundente, rematou: «Eles querem um orçamento de esquerda... e nós não estamos nessa.»

Ainda segundo Carvalho, o primeiro-ministro, «em tom de reflexão», teve então esta tirada: «Este orçamento, pelo seu conteúdo, só pode ser viabilizado pelo PSD ou pelo PP.»

Prosseguindo o relato das conversas entre o chefe do Governo e Ferro Rodrigues, o líder comunista revelou depois que Guterres terá chamado a atenção para o facto de o PSD, face às disputas internas, não estar em condições de viabilizar o orçamento, só podendo, por isso, contar com o PP. «Com dupla vantagem, aliás: criamos dificuldades ao PSD pois promovemos o Portas. E o Portas e o seu populismo, com as pensões aos rurais, fará a demagogia suficiente para esconder os privilégios aos grandes senhores do dinheiro.»

«E o engenheiro Guterres se bem o disse melhor o fez», salientou Carvalho, concluindo: «Chamou o PP e com duas conversas acordou o negócio e a encenação. E desta vez, ao que se sabe, nem foi

necessário ir para uma suite de hotel com a companhia do presidente da CIP. Dizem que umas férias na neve bastou», afirmou o dirigente do PCP, numa alusão ao acordo entre PS e PP no orçamento de 1996 e ao alegado encontro de Celeste Cardona com Jorge Coelho numa férias em Janeiro.

«Esta, a história breve de uma viabilização anunciada. Mas esta também tem uma moral: um orçamento injusto e iníquo não deixa de o ser por avançar com uma ou duas medidas justas e um orçamento de direita só poderia ser viabilizado por um partido de direita», rematou Carvalho, afirmando que, com este desfecho, «o PS ganhou um orçamento mas o país que trabalha perde e não perde pouco».



• Henrique Custódio (textos)
e Jorge Caria (fotos)

O Museu do Fado, por Carlos do Carmo A Casa do canto aberto

Visitar a Casa do Fado e da Guitarra Portuguesa em Lisboa, no Largo Chafariz de Dentro, é descobrir como a canção popular de uma cidade pode substanciar um povo. Ali, os amantes do Fado redescobrem na sua quase inesperada profundidade, os leigos são deslumbrados pela sua riqueza cultural. Carlos do Carmo, um homem do Fado que dispensa apresentações, decifrou-nos, pessoalmente, o sortilégio deste Museu.

Com pontualidade britânica, Carlos do Carmo encontrou-se connosco à porta do Museu. É um conversador nato e, tratando-se do Fado, o seu verbo, sempre fluente, ilumina-se com paixão e saber multidisciplinar. Ainda dávamos os primeiros passos na nossa jornada e já esclarecia: «Tudo o que eu disser são opiniões pessoais, porque o fado é um canto aberto e vale por todas as leituras. Esta é só a minha.» Posto isto, observou: «Este espaço, para mim, só tem um defeito: foi aberto 30 anos depois. Não apanhou a geração de ouro ainda a funcionar, com quem se faria uma recolha muito mais exaustiva do que aconteceu para trás.» Que recolha? Carlos do Carmo explica, no quadro do seu próprio envolvimento neste projecto. «Estou ligado a isto como está muita gente do fado. Fazia-me muita pena que, sendo o fado uma tradição oral, não existisse em Lisboa um espaço que o cuidasse, como acontece na Argentina com o tango. E, que diabo, quem somos nós para nos darmos ao luxo de termos uma canção de uma cidade e não a preservarmos? Bati-me por isso e, de repente, fiquei feliz quando comeci a sentir que se juntaram ideias e boas vontades no

sentido de que o Museu fosse para a frente.» Um juntar de ideias e boas vontades que desembocou em trabalho concreto. Organizou-se um grupo de consultores integrando gente do fado e da museologia - que Carlos do Carmo integra - e, no confluente de conhecimentos e talentos, reuniu-se um vasto e diversificado espólio que se expôs em sequência temática, resultando numa viagem apaixonante pelo Fado, desde as suas origens lendárias à actualidade.

Da tasca ao salão

A primeira paragem da jornada assinala o «berço do fado» através da reprodução de uma viola lisboeta, numa maqueta mostrando a calçada secular, os pregões e a rua, como elemento fundador de uma canção que nasceu livre e popular. Dali transita-se para uma taberna feita a partir de uma gravura de Rafael Bordalo Pinheiro, de 1873, onde figuras humanas reproduzidas em tamanho natural impressionam pelo seu realismo. Lá está o taberneiro entre tonéis e barricas, por trás de um balcão onde dormita um gato. De pé, canta o «Faia» - bóémio fadista do século passado -, escutado atentamente por um espectador sentado à mesa de copo na mão, como se impõe. Em fundo - e accionado pelo próprio visitante - pode ouvir-se uma guitarrada do célebre Armandinho, que Carlos do Carmo destaca. «Ele foi o grande impulsor do fado, o homem que rompeu em sonoridades e no modo de acompanhar nos anos 30, de tal sorte que grande parte dos fados ditos clássicos, foi o Armandinho que, ao ouvir os seus criadores, os passou para música. Não falo de música de pauta, digo música executada, porque até aí os fados ou eram trauteados ou assobiados. Ele

apanhava o rigor da melodia e depois, daí para diante, passaram a fados de estilo. Grande parte deles deve-se a este homem, que morreu em 1948.» O quadro seguinte reproduz um salão fidalgo, onde uma jovem aristocrata canta um fado ao piano. «Não é por acaso que o D. Carlos manda pedir ao José Maria dos Anjos que o vá ensinar a tocar guitarra», afirma o nosso cicérone, acrescentando, irónico: «A genuína aristocracia gostava do povo, ouvia-o e bebia-o, enquanto a burguesia queria era fugir...»

A mentira do «fado-desgraça»

A questão dos géneros do fado é-nos amidiada no painel seguinte, com Carlos do Carmo a tomar uma posição clara: «Esta coisa que se instituiu de que o fado canta a desgraça, a tristeza, etc., é mentira, porque o fado tem estas três vertentes aqui expostas: o Fado Menor, que é triste, o Fado Mouraria, que é afirmativo, e o Fado Corrido, que é alegre, foi mesmo dançável e dançado. Portanto, depende do atrador. Por exemplo, grande parte do meu repertório é alegre e positivista, características que fui buscar às componentes do fado. Também canto fados tristes, já não aguento é ouvir dizer a vida inteira que o fado é decadente, triste e choradinho. Não é. Está aqui o exemplo, com estes três tipos de melodia que cada fadista constrói. Depois, é uma questão de escolha dos repertórios.» Nem de propósito: no quadro seguinte surgem as «cegadas», com uma preciosa documentação fotográfica desta manifestação popular típica de Lisboa dos anos 20 e 30, onde se cantava e dançava o fado na rua e que acabou por sucumbir à censura. «Há bocado falava do fado corrido e dançável. Cá está. Nas «cegadas», o balanço do fado existia e era

dançado», sorriu-nos o nosso anfitrião, que aproveitou para mergulhar nas raízes populares da canção de Lisboa: «O fado é intrinsecamente uma canção do povo e todas as suas componentes criativas, desde o traje ao que quer que seja, são eminentemente populares.»

Seis quadros de uma exposição

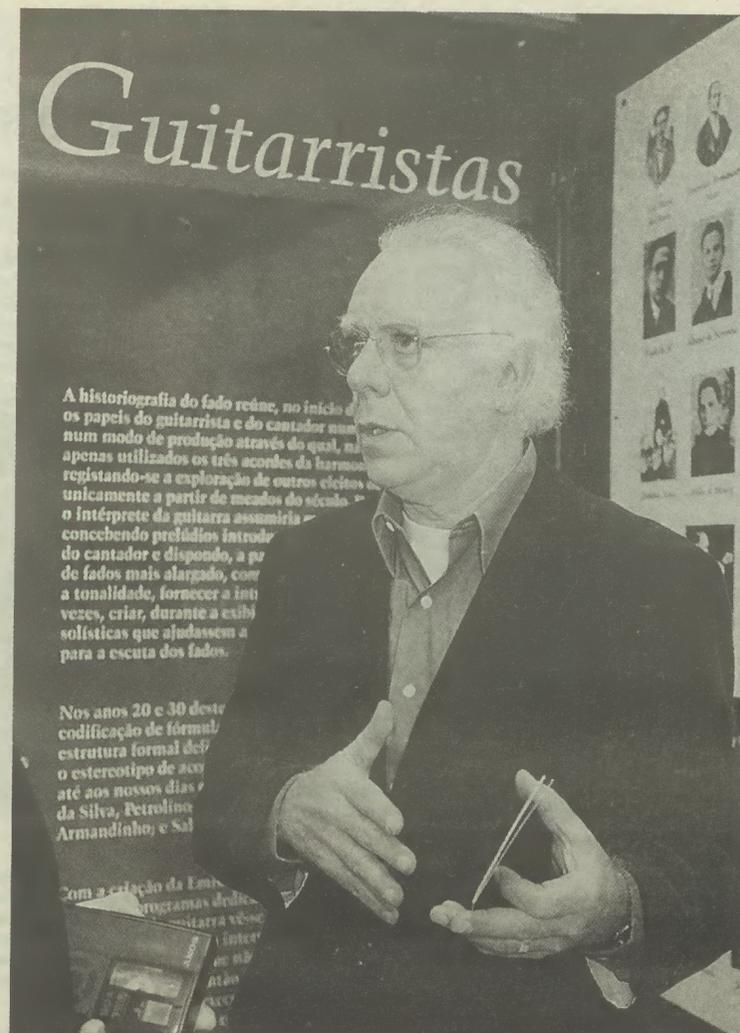
Seguem-se seis quadros temáticos, «neles se apresentando o fado como fenómeno transversal e multidisciplinar da nossa cultura», no dizer do próprio Museu. Lá está, sucessivamente, «o fado no teatro de revista», «o fado na rádio», «a discografia do fado», «o fado no cinema», «o fado na televisão» e uma «oficina de construção de guitarras». Esta última apresenta a reprodução em tamanho natural do guitareiro debruçado sobre a sua bancada e entre ferramentas várias do ofício, tudo doado e construído por um destes artífices ainda no activo, o mestre Gilberto Grácio. Volta a impressionar pelo realismo. Quanto aos cinco quadros anteriores, todos são apresentados com os mais diversos materiais de época e com suporte audiovisual nos casos da rádio, cinema e televisão, sempre fazendo mostra de autênticas relíquias. Hermínia Silva («na minha perspectiva, a grande figura, única, ímpar, do fado de revista, um autêntico «bicho de palco») foi uma das personalidades destacadas por Carlos do Carmo neste painel, a par de Alfredo Marceneiro e Joaquim Campos, este último «um homem de grande talento e simplicidade, funcionário da CP, autor da música do fado Vitória, esse fabuloso fado «Povo que Lavas no Rio», e outras melodias muito fortes». E ainda Berta Cardoso, «a única fadista que eu conheci

«Quando se quis homenagear, no Museu, o guitarrista do século, a escolha foi unânime - Carlos Paredes. Ele é o grande guitarrista, o concertista, o homem que pega na guitarra e consegue a magia que ninguém tem.»

que tinha um hábito diário de leitura e se a ouvimos, reparamos que há uma dicção por onde passa uma certa forma de preparação. Não era por acaso que as coisas eram ditas assim... É uma figura que o fado tem ainda de saber tratar melhor. Acho que merece ser repescada.» O Fado de Coimbra também marca a sua presença, numa homenagem que assinala os seus traços distintivos do fado de Lisboa, a começar na afinação dos instrumentos e na sua própria construção.

Um Museu em movimento

O corredor que se segue conduz-nos a uma galeria das vozes do fado, onde podemos apreciar fotografias de inúmeros fadistas em momentos marcantes das respectivas carreiras, articulada com secções reservadas ao fado na imprensa (com recortes e originais únicos), aos letrados do fado e à internacionalização do fado, roteiro que fecha da melhor maneira: o visitante é convidado a entrar na recriação de uma casa típica de fado, com capacidade para 36 pessoas sentadas, com um palco ao fundo «habitado» por um par de fadistas a desgarrada e a projecção de filmes originais com interpretações ao vivo de grandes figuras do fado. Mas o Museu não se fica pela exibição estática, pelo «espaço morto», no dizer de Carlos do Carmo, e ele próprio nos conduz às iniciativas que ali regularmente decorrem, como a actual exposição itinerante sobre a guitarra portuguesa, onde desfilam os nomes de várias gerações de geniais construtores, e que veio substituir uma outra sobre o xale. Este espaço de exposição articula-se com outros, igualmente vivos e dinâmicos, como o auditório para 90 pessoas, «onde se tem passado tudo o que se possa imaginar, desde



homenagens a grandes fadistas, convívios, palestras, debates, até à câmara ardente, como aconteceu no funeral da minha mãe, que para aqui trouxe no caixão e daqui partiu». Outra zona fundamental do museu é a loja que ali funciona permanentemente, comerciando, num atendimento personalizado, tudo o que se relacione com o fado: discografia, bibliografia, adereços, instrumentos musicais, etc., numa oferta que dá resposta a todas as solicitações, nem que seja para atestar a inexistência de um produto no mercado. Carlos do Carmo destaca também a importância da base de dados construída no museu e exemplifica: «Um dia um estudante quer fazer uma tese sobre o fado, chega aqui, carrega numa tecla e obtém de imediato toda a informação.» E o Museu não pára: para já, está prevista a instalação de uma escola de guitarra na cave e uma cafetaria no 1.º andar, para conforto de todos os seus utentes.

Manuel da Fonseca e Martinho d'Assunção

Carlos do Carmo relatou-nos histórias deliciosas. Como a que se segue. «Quando veio o 25 de Abril, o grande violista Martinho d'Assunção tocava na Faia, a casa de fados que eu tinha com a minha mãe. Era um admirador assumido do Partido Socialista e quando o apresentei ao Manuel da Fonseca, numa das suas visitas à casa, o Martinho, sem que ninguém lhe perguntasse nada, estica a lapela e mostra o emblema do PS, revira-a e apresenta um autocolante e, não satisfeito, rapa

da carteira para exibir mais um símbolo do PS. Resposta imediata do Manel: «Homem, caramba! Tão socialista, tão socialista, você é quase comunista!». Na altura foi uma gargalhada geral, mas o que tem graça nisto tudo é que o Martinho, mais tarde, tornou-se mesmo comunista, além de um grande amigo do Manel!

E foi ali no Chafariz de Dentro...

A Casa do Fado e da Guitarra Portuguesa - popularmente conhecida por Museu do Fado - está instalada no Edifício do Recinto da Praia, uma antiga estação elevatória de águas do século XIX devidamente recuperada para o efeito. O Museu localiza-se no Largo Chafariz de Dentro, no Bairro de Alfama, e foi inaugurado a 25 de Setembro de 1998. A recuperação e reabilitação do edifício onde se instalou o Museu foram promovidas pelo Pelouro da

Reabilitação Urbana da Câmara de Lisboa através da empresa municipal EBHAL - Equipamentos dos Bairros Históricos de Lisboa, num projecto arquitectónico dos Arq.º José Santa-Rita e João Santa-Rita. A Casa do Fado e da Guitarra Portuguesa funciona das 10h00 às 18h00 e encerra à terça-feira. As reservas e mais informações sobre visitas poderão ser solicitadas pelo telefone 21 882 34 70 ou através do fax 21 882 34 78.



A galeria dos instrumentistas. Com fotos ou sem elas (há quem se desleixe e não mande os retratos), este painel é uma autêntica galeria de génios musicais, em gerações sucessivas



A oficina de construção de guitarras apresenta a reprodução, em tamanho natural, do guitareiro debruçado sobre a sua bancada e entre ferramentas várias do ofício.



Instrumentos e instrumentistas estão harmoniosamente associados: aqui, em primeiro plano, guitarras e violas de várias épocas e da mais delicada construção



O visitante é convidado a entrar na recriação de uma casa típica de fado, com capacidade para 36 pessoas sentadas, donde se assiste à projecção de filmes originais com interpretações ao vivo

Movimento juvenil sem apoio

O Orçamento de Estado para este ano não prevê o apoio necessário ao movimento juvenil. Esta é a conclusão a que chegou a Comissão Política da JCP, perante a proposta apresentada pelo Governo para a área da Juventude, que sofre uma redução de quase 94 mil contos em relação ao ano passado.

No entanto, as actividades do Instituto Português da Juventude continuam a ser privilegiadas em desfavor do apoio directo ao associativismo, cujo montante global é muito inferior ao conjunto de verbas previstas para os encargos e programas do IPJ.

Por outro lado, os grupos informais de jovens, uma das mais comuns e espontâneas formas de associativismo juvenil, só poderão aceder a apoio financeiro através do programa «Iniciativa», que não se destina apenas a organizações juvenis. Isto significa que se verifica uma previsão orçamental muito inferior ao necessário. O Grupo Parlamentar do PCP já anunciou que proporá o reforço das verbas para esta área, na discussão do Orçamento de Estado na especialidade.

Alunos encerram escola de Monção

A Escola Secundária de Monção foi fechada a cadeado pelos alunos, na manhã de segunda-feira, como protesto contra a falta de condições materiais do estabelecimento.

Os estudantes queixam-se de «constantes e repentinas» alterações dos horários, de poucas condições para a prática de educação física devido ao estado deteriorado do pavilhão desportivo, da degradação das casas de banho e da falta de pessoal no bar e na repografia, o que obriga os alunos a fazer um pedido de 48 horas de antecedência para tirar fotocópias.

A associação de estudantes deu um prazo de 15 dias ao conselho executivo da escola para apresentar projectos concretos para a resolução dos problemas. Se até lá isso não acontecer, os alunos prometem partir para novas formas de luta, nomeadamente uma greve às aulas durante uma semana.

Situação agrava-se: propinas são usadas no pagamento dos salários dos funcionários

JCP quer mais qualidade no Ensino Superior

A JCP lançou, na semana passada, uma campanha nacional contra a política educativa do Governo. Objectivo: reivindicar um ensino público gratuito e de qualidade. E fazem duras críticas ao Ministério de Oliveira Martins.

A Direcção Central do Ensino Superior da JCP acusa o Governo de dar mais um passo no caminho do subfinanciamento do Ensino Superior com a proposta de orçamento para a área de educação.

Numa conferência de imprensa dada na semana passada, os jovens comunistas consideram que a situação se agrava de ano para ano, sem se vislumbrar uma solução. Para a JCP, a melhoria da qualidade do ensino e o sucesso escolar são temas desprezados pelo Ministério da Educação.

«O Governo continua a usar e abusar da demagogia dos números, apoiando-se no aumento nominal do orçamento para a Educação, sendo certo e sabido que este orçamento não cumpre sequer a fórmula de financiamento legalmente consagrada na Lei de Financiamento (uma lei do PS!) e representa na realidade mais um corte de 22 milhões de contos para as instituições», afirma.

A JCP lembra que, para além do aumento do número de alunos, o salário dos docentes também cresceu. «O resultado é que nunca as escolas de ensino superior ficaram tão longe de receberem o financiamento suficiente para poderem funcionar com o mínimo de condições», afirma.

Não são apenas os estudantes a reclamar a revogação da lei de financiamento. Pela primeira vez, os reitores juntam-se aos protestos denunciando «a erosão insustentável do



Para a JCP, o estudante elegível é uma forma de exclusão dos jovens

orçamento» e chamando a atenção para o facto de já estar em causa o próprio funcionamento normal das escolas.

Desresponsabilização do Estado

Os jovens comunistas sublinham que o Governo está a fazer «tábua rasa» da letra da lei de financiamento, que obriga que as propinas dos alunos

sejam apenas um complemento para o aumento da qualidade do sistema público. Isto porque estas receitas são utilizadas nas despesas correntes do funcionamento das instituições, como o

pagamento dos ordenados dos funcionários.

Este facto fica claro quando

se assiste à subtração do valor das propinas (9,5 milhões de contos) na transferência que o Estado deveria fazer para as universidades e politécnicos.

responsabilização do Estado nesta área», salientam.

Quanto ao conceito de estudante elegível, a JCP considera que se trata de um instrumento que «comprometerá

ainda mais o financiamento das escolas e será uma forma de exclusão de milhares de jovens do sistema, sem que sequer se toque nas verdadeiras causas de insucesso com vista à sua resolução».

“Lei-quadro é um bluff”

A JCP qualifica a proposta da lei-quadro do ensino superior como um «bluff legislativo», «uma lei inócua, que não traz nada de novo e que deixa para regulamentações futuras uma quantidade esmagadora de aspectos».

Um mês depois da primeira reunião com o ministro da Educação e as associações estudantis, os estudantes continuam sem uma resposta clara a uma série de questões que há muito vêm a ser colocadas sobre a lei-quadro.

Nunca tendo sido consultados pelo Governo, os estudantes foram recentemente informados que o prazo para sugerirem alterações ao projecto é de apenas 10 dias úteis. E isto durante a época de exames. Como comenta a JCP, é «a demagogia do diálogo» ao estilo do PS.

A organização do ensino superior apresenta de imediato várias reservas. Em primeiro lugar, considera que a distinção entre ensino universitário e ensino politécnico é feita de uma forma «ambígua, redutora e claramente insatisfatória».

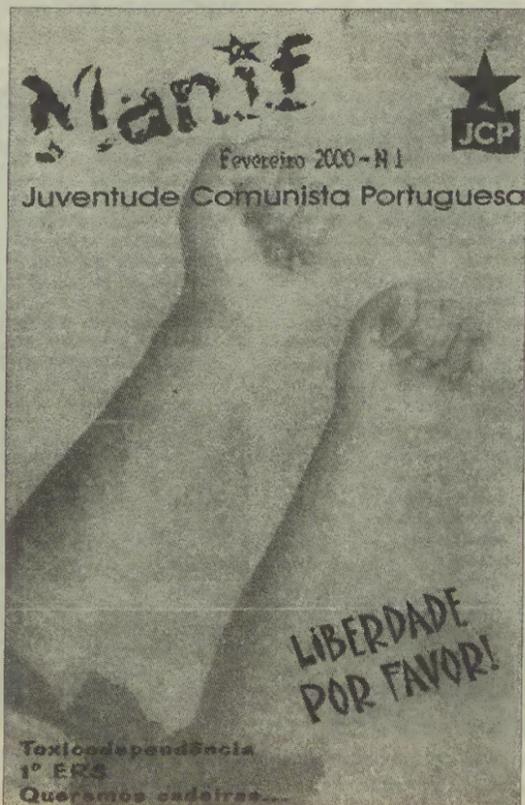
Por outro lado, o conceito de rede pública não é claro e preciso, o que pode abrir caminho para uma ilegítima interferência governamental na esfera de autonomia das instituições.

Os jovens comunistas chamam ainda a atenção para o facto de, no essencial, o anteprojecto ser um conjunto de remissões para legislação posterior, «que serve para ofuscar as verdadeiras intenções políticas do Governo e para inviabilizar a participação dos diversos agentes educativos, nomeadamente dos estudantes, na discussão da lei».

Manif - O primeiro número do «Manif», o jornal da Organização do Ensino Secundário da Região de Setúbal da JCP, saiu a semana passada. Com edição mensal, a publicação pretende mostrar que «existe uma solução, existem ideias diferentes e novos valores».

Muitos são os temas abordados neste primeiro número, como a inexistência de pavilhões gimnodesportivos, a falta de condições materiais nas escolas, o encerramento de carreiras de camionetas e a toxicodependência.

Destaque para os «Ecos de Garagem», secção sobre música de intervenção, que no seu primeiro artigo aborda a história do punk e grupos como Clash, Redskins e Depeche Mode.



Encontro Regional do Litoral Alentejano da JCP...

Grândola foi palco do 1.º Encontro Regional do Litoral Alentejano da JCP, no sábado, numa iniciativa que envolveu cerca de 40 pessoas.

A educação foi um dos temas abordados, nomeadamente a dificuldade de acesso ao ensino superior público e o insucesso escolar dos jovens alentejanos devido à elevada carga horária.

A precariedade no trabalho e o trabalho temporário são outras preocupações da JCP. Os participantes reivindicaram a construção de um hospital distrital em Santiago do Cacém com serviço de maternidade e a instituição de consultas de planeamento familiar em todos os centros de saúde da região. A necessidade do aumento do número de médicos foi também referida.

Na iniciativa foram ainda abordadas as más condições dos transportes e acessos às sedes de concelho e o encerramento de estações ferroviárias e rodoviárias.

... e de Santarém

O 5.º Encontro Regional de Santarém da JCP teve lugar no mesmo dia, em Alcanena, contando com a presença de 75 participantes.

Na iniciativa, destacou-se o debate sobre a situação dos jovens trabalhadores e a necessidade de criar um grupo de trabalho nesta área com vista a um aumento da intervenção da JCP.

O crescimento do número de jovens sindicalizados foi um dos objectivos apontados no encontro.

Na discussão sobre o ensino, foi sublinhada a falta de condições nas escolas secundárias e a vontade de discutir de forma mais aprofundada a política educativa do Governo.

O encontro elegeu ainda a nova Comissão Regional e, pela primeira vez, a Coordenadora Regional do Ensino Secundário.

A iniciativa terminou com um desfile pelas ruas de Alcanena e um concerto na escola secundária.

De realçar os resultados da campanhas de recrutamento, que ultrapassou em muito os objectivos propostos e que conseguiu a entrada de cem novos membros na JCP.

Os 140 000 recursos apresentados por Marrocos paralisam processo de paz

ONU adia referendo no Sahara

Num relatório ao Conselho de Segurança, o secretário geral da ONU, Kofi Annan, afirma que os recursos apresentados por Marrocos após a publicação das listas definitivas do recenseamento inviabilizam o cumprimento do calendário previsto para a consulta.

O referendo sobre o futuro do Sahara Ocidental, agendado para meados deste ano, foi uma vez mais adiado. «O calendário já não é válido», afirma Annan no seu relatório, sublinhando que «os acontecimentos destes últimos nove

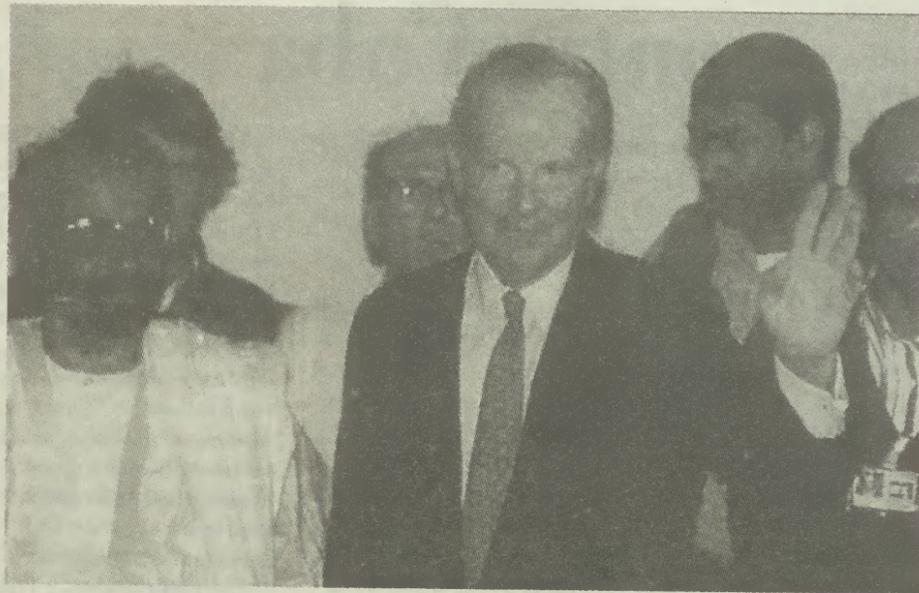
todo o processo, uma vez que é a partir dele que se determina quem é a população saharauí com direito a voto, ou seja, com direito a pronunciar-se sobre o futuro do território ocupado por Marrocos.

O recenseamento final da ONU dá como reconhecidos cerca de 90 000 eleitores, um número que fica muito aquém dos 220 000 propostos por Marrocos

anos, e em particular os registados neste último mês, constituem uma autêntica preocupação e levantaram sérias dúvidas sobre a possibilidade de levar a cabo os acordos aprovados (em 1991) por ambas as partes». O novo impasse criado no processo de paz para o Sahara Ocidental resulta de mais uma manobra de Marrocos, que apresentou nada menos do que 140 000 recursos contra o recenseamento levado a cabo pelas Nações Unidas. O recenseamento é uma pedra basilar de

O recenseamento final da ONU dá como reconhecidos cerca de 90 000 eleitores, um número que fica muito aquém dos 220 000 propostos por Marrocos. A lista final dos eleitores foi encerrada em Janeiro, tendo sido aceites

2130 candidatos dos mais de 50 000 apresentados por Rabat como pertencentes a três tribos marroquinas que se consideram com direito a voto no Sahara Ocidental. Estes potenciais eleitores, suficientes para inverter a tendência de voto, não são reconhecidos



O representante especial da ONU para o Sahara Ocidental, James Baker (ao centro), está de novo na região para tentar que as negociações de paz saiam do impasse

pela Frente Polisário, organização que luta há décadas pela independência daquele território.

Kofi Annan pediu entretanto ao Conselho de Segurança a renovação por mais três meses do mandato da Missão das Nações Unidas para o Referendo no Sahara Ocidental (Minurso), esperando que neste período seja possível chegar a um acordo aceitável quer por Marrocos quer pela Frente Polisário.

Apesar do abismo que

separa as forças em presença, Mohamed Abdelaziz, dirigente da Frente Polisário e presidente da autoproclamada República Árabe Saharai Democrática (RASD), considera que «o referendo é possível», embora advogue que «se a ONU não pretende seguir em frente o melhor é que o diga, proclame o fracasso da sua missão e se retire». «O povo saharauí assumirá as suas responsabilidades», garante Abdelaziz, sublinhando que essa não é a opção pre-

ferida da Frente Polisário, mas é a única que lhe resta «perante tais atrasos e as manobras dilatórias marroquinas».

Numa tentativa de conseguir um compromisso entre as partes, Kofi Annan voltou a enviar para a região o seu representante pessoal, o ex-secretário de Estado norte-americano James Baker, que em 1997 apadrinhou os Acordos de Houston, nos EUA, que abriram caminho para as negocia-

Declaração de Bangkok

A Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), cujos trabalhos terminaram sábado em Bangkok, aprovou uma declaração em que apela a mais solidariedade e responsabilidade na política internacional.

«A solidariedade e um forte sentido de responsabilidade devem guiar a política nacional e internacional. Não se trata apenas de imperativos éticos, mas de condições prévias para um mundo próspero, seguro e pacífico», lê-se na declaração. O texto defende ainda o acesso facilitado aos mercados para os produtos e serviços mais importantes dos países em vias de desenvolvimento, de forma a permitir que os benefícios da globalização sejam acessíveis a todos de forma equitativa.

Berlusconi e Bossi firmam acordo

O Pólo das Liberdades, de Silvio Berlusconi, e a Liga Norte, de Umberto Bossi, firmaram um acordo eleitoral tendo em vista as próximas eleições regionais italianas de 16 de Abril. Incompatibilizadas desde 1994, quando a Liga retirou o seu apoio ao então presidente do governo, Silvio Berlusconi, as duas formações voltaram a entender-se, nas palavras de Bossi, «empurradas pelas esperanças de mudança, para derrotar o centralismo e o dirigismo». O Pólo e a Liga esperam ainda conseguir um acordo com o Partido Radical, liderado por Marco Panella e pela ex-comissária europeia Emma Bonino, para derrotar o governo de Massimo d'Alema.

Protestos em Beirute

Milhares de pessoas manifestaram-se no final da semana passada em Beirute em protesto contra os ataques israelitas no Líbano. Os norte-americanos foram igualmente visados pelo seu apoio à política de Telavive. Os protestos, que se iniciaram de forma pacífica junto à sede das Nações Unidas na capital libanesa, acabaram em confrontos entre manifestantes e polícias quando alguns dos 10 000 manifestantes procuraram assaltar as instalações da cadeia de televisão norte-americana CNN. O Parlamento sírio

Protestos contra Haider

Mais de 150 000 austríacos concentraram-se sábado em Viena numa impressionante manifestação de protesto contra o governo de coligação que integra o Partido da Liberdade, de extrema-direita, de Joerg Haider.

«Não ao racismo. Não à extrema-direita. Por uma Áustria aberta, pluralista e social. Por uma Europa sem racismo» foi a palavra de ordem que se fez ouvir na capital austríaca, entoada pela maior coligação de sempre: representantes de todas as forças políticas e sociais, à excepção dos partidos que integram o poder.

O chanceler austríaco, Wolfgang Schüssel, que não hesitou em coligar o seu partido (ÖVP) com o de Haider, afirmou que declarações ao jornal suíço Neue Zürcher Zeitung esperam que a situação acalme no país após a «explosão emocional» que foi a manifestação de sábado. Haider, por seu turno, não escondendo o seu desagrado com os protestos populares, sublinhando que em 13 anos de oposição numa utilizou a rua para se fazer ouvir, e acusando os social-democratas de «pagarem» aos manifestantes. O porta-voz do grupo parlamentar do FPÖ, Peter Westenthaler, acusou por seu turno os social-democratas de se aliarem com os comunistas alemães, franceses e italianos, e de levar para a rua o debate que deveria travar no Parlamento.

Quem não parece ter problemas de levar as suas ideias para a imprensa é Joerg Haider, que num artigo publicado antecorrem no Daily Telegraph afirma ter muitas semelhanças com o primeiro-ministro inglês Tony Blair, embora se considere mais moderado nalgumas matérias, como é o caso da sua política de emigração e de asilo, que classifica de «menos radical» do que a britânica.

«Por que é que Blair não aceita o acordo de Schengen (tratado europeu para fixa as regras de circulação de pessoas entre alguns países europeus) e defende estritas leis migratórias?», pergunta o ultranacionalista austríaco no seu artigo, para concluir que «se Blair não é radical, Haider também não é». O dirigente do FPÖ vai mesmo mais longe, dizendo que «os dois partidos» (o seu e o de Blair), embora situados em espectros políticos diferentes, «têm incógnitas semelhanças», pelo que não entende por que razão «os trabalhistas são um partido de governo respeitado na União Europeia, enquanto o Partido da Liberdade é um movimento odiado em todo o continente». Perguntas incómodas.

PS da Sérvia em Congresso

Sob o lema «Reconstrução, Desenvolvimento, Reforma» realizou-se em Belgrado, a 17 de Fevereiro, o 4.º Congresso do Partido Socialista da Sérvia (PSS). Nos trabalhos participaram 2314 delegados eleitos em representação dos mais de 600 000 membros do PSS.

O PCP participou no evento através de Carlos Abofín Inglez, membro do Comité Central. Na saudação enviada ao Congresso, o PCP sublinha que «nas duras provas a que as ingerências imperialistas têm desde há uma década submetido os povos da Sérvia e da Jugoslávia, sempre os comunistas

portugueses condenaram firmemente as intervenções e os diktats estrangeiros, o uso da violência, as sanções injustas, e a criminoso agressão, violadora de todas as normas do direito internacional, de que a Jugoslávia foi alvo por parte dos EUA e da NATO».

A mensagem do PCP exprime ainda ao PSS e a todas as forças progressistas e patrióticas os maiores votos de sucesso na «árdua tarefa de reconstrução do seu país, na criação de condições de vida digna para os seus povos, na pacificação e convivência cívica entre as várias nacionalidades que integram as

multiétnicas Sérvia e Jugoslávia».

Após o Congresso, teve lugar na capital jugoslava em encontro subordinado ao tema «As relações internacionais à entrada do século XXI – por um mundo de iguais». No âmbito desta iniciativa, em que participaram os representantes dos 93 partidos e organizações de 56 países que assistiram ao Congresso, Abofín Inglez foi recebido por Milan Milutinovic, presidente da República da Sérvia, num encontro para troca de informações sobre a situação nos respectivos países.

Viragem política no Irão

As eleições legislativas no Irão saldaram-se por uma expressiva vitória dos reformistas, que conquistaram logo na primeira volta a maioria absoluta (178 lugares) dos 290 em disputa no Parlamento (Majlis), até agora dominado pelos conservadores. Considerados como uma expressão inequívoca da vontade de mudança da sociedade iraquiana, os resultados traduzem o apoio explícito ao programa do Presidente Mohamed Jatamí e às tentativas de modernização e abertura do

país encetadas desde a sua vitória em 1997.

A questão que agora se levanta é a de saber qual será a reacção do até agora todo poderoso poder religioso, que sempre se opôs às iniciativas de abertura do regime - mais liberdades individuais, liberdade de imprensa, do sistema judicial e redução do poder dos chefes religiosos.

O grande vencedor do escrutínio é a Frente de Participação (FP, esquerda reformadora), onde coexistem religiosos e laicos, que se torna o

partido dominante na vida política iraniana. Na capital, Teerão, cidade com mais de 10 milhões de habitantes e com direito a 30 assentos parlamentares, o cabeça de lista dos reformadores, o irmão do chefe de Estado, Mohammad-Reza Khatami, foi eleito, bem como Ali-Rza Nouri, irmão do antigo ministro do Interior Abdollah Nouri, que obteve domingo uma permissão de saída da prisão, onde cumpre pena por «propaganda anti-islâmica». No total, seis mulheres foram eleitas na capital.

comparou entretanto a política israelita no Líbano à do regime nazi durante a Segunda Guerra Mundial. Segundo um comunicado do Parlamento, «ao destruir as infra-estruturas do Líbano para aterrorizar esse país, a Síria, os árabes e o mundo inteiro, Israel usa as mesmas práticas do nazismo».

Da Argentina para o Brasil

Um relatório da União Industrial Argentina (UIA) revela que em 1999 «emigraram» para o Brasil mais de 100 empresas. Segundo o presidente da UIA, Osvaldo Rial, «cerca de 70 são médias ou grandes empresas», que transferiram total ou parcialmente as suas instalações para o país vizinho, enquanto «outras trinta estão classificadas como pequenas empresas». As deslocalizações provocaram entre 10 000 a 25 000 perdas de postos de trabalho. O novo negócio da «emigração de empresas» é estimulado pelo Brasil com uma série de incentivos fiscais e financeiros. A embaixada do Brasil em Buenos Aires editou recentemente um guia que fez chegar a 100 empresários, intitulado «Como instalar uma empresa ou sucursal no Brasil», em que se esclarece quais os requisitos legais e benefícios fiscais oferecidos nas diferentes regiões do país.

Crise na CDU

Wolfgang Schäuble demitiu-se a semana passada dos cargos de presidente da União Democrática Cristã (CDU) e de dirigente do grupo da CDU e da CSU (a União Social Cristã da Baviera) no Bundestag (Câmara baixa do Parlamento federal). Schäuble, de 57 anos, que não se referiu uma única vez ao seu antecessor, Helmut Kohl, nem ao escândalo dos financiamentos ilegais da CDU, leu uma declaração à imprensa onde se afirma que «a crise da CDU não deve converter-se na crise da nossa democracia», pelo que considera da maior importância que «a União se mantenha como a maior força integradora do centro», devendo «tudo o mais ser subordinado a esse fim». Assinalando que a crise da CDU é «a mais grave» da sua história, Schäuble justificou a sua demissão com a necessidade de «um novo começo» para o partido, visível e com novas caras.

Processo de Elián de novo adiado por doença do juiz do tribunal federal de Miami

Conspiração contra Cuba

Mais de 200 000 pessoas manifestaram-se segunda-feira em Havana exigindo a libertação de Elián González, o menino cubano sequestrado desde Novembro nos EUA.

As manifestações a favor do regresso de Elián realizam-se quase diariamente desde há três meses, mas desta vez havia razões suplementares para o protesto cubano. Por um lado, estava agendada para terça-feira a audiência do tribunal federal de Miami que deveria determinar se o tribunal tinha ou não jurisdição para dar seguimento ao pedido de asilo político apresentado pelo tio-avô da criança, Lázaro González. Por outro lado, segundo as autoridades cubanas, está em curso uma «conspiração» da «mafia de Miami com a cumplicidade de funcionários corruptos do FBI» para impedir o regresso de Elián a Cuba. A «conspiração» começou a dar os

Está em curso uma conspiração da mafia de Miami com a cumplicidade de funcionários corruptos do FBI

seus frutos no sábado, quando Washington declarou «persona non grata» um diplomata cubano acusado de espionagem.

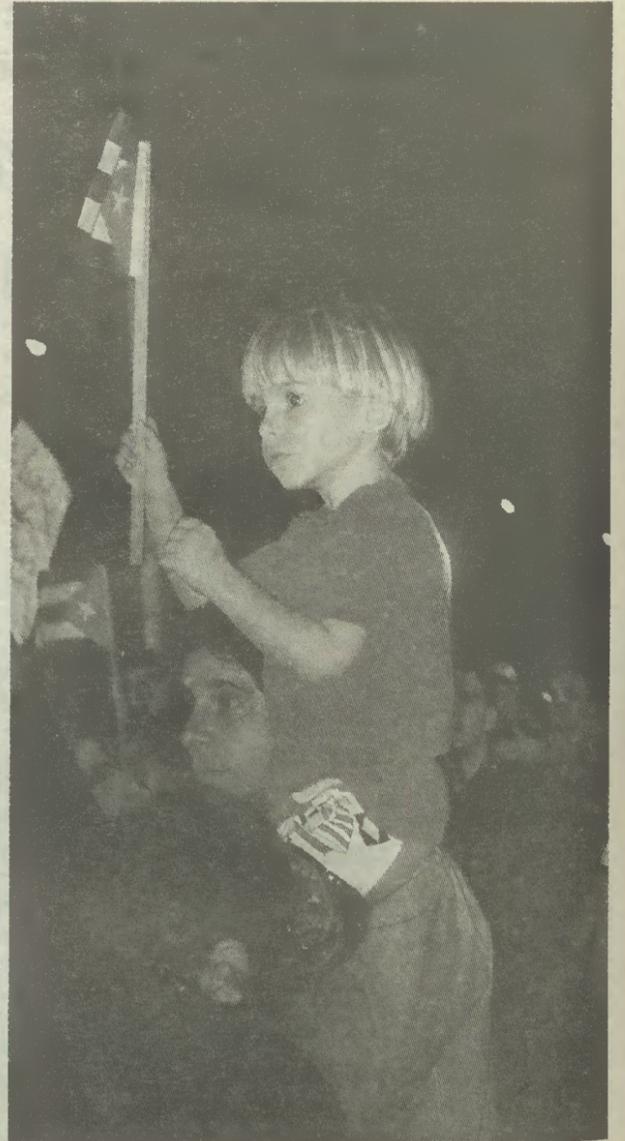
As acusações ao diplomata cubano aparecem relacionadas com a detenção de um alto funcionário dos Serviços de Imigração dos EUA (INS) de origem cubana, Mariano Faget, processado por alegada espionagem em favor de Cuba. Este insólito caso de espionagem foi desencadeado apenas três dias

antes da audiência sobre o caso Elián, que, curiosa coincidência, veio a ser adiada por alegada «doença» do juiz.

Segundo o responsável pela Secção de Interesses de Cuba em Washington, Fer-

nando Remírez, «é claríssimo o propósito de influenciar com esta desesperada e espectacular manobra a decisão do juiz federal». Cuba fez saber de imediato que «não retirará nenhum funcionário» dos EUA, sublinhando que «nunca, em 22 anos, a Secção de Interesses de Cuba desenvolveu actividades de espionagem, como sabe perfeitamente o governo» norte-americano.

Sintomaticamente, a Fundação Nacional Cubano-Americana, principal organização dos exilados cubanos, pediu de imediato ao governo norte-americano que paralisasse o processo de deportação de Elián enquanto não se esclarecer o «caso» do funcionário do INS, acusado de prestar informações a pessoas não autorizadas e de prestar falsos testemunhos a agentes federais. De referir que o presidente da Fundação, Jorge Mas Santos, se tornou nos últimos tempos uma visita assídua da casa dos González.



As manifestações exigindo o regresso de Elián são praticamente diárias em Cuba desde há três meses

A família González

Os novos desenvolvimentos do caso Elián ocorrem quando a imagem da família González radicada nos EUA começa a perder o brilho que lhe pretenderam atribuir, e os seus antecedentes suscitam sérias dúvidas quanto ao «futuro melhor» que poderiam dar à criança. A história veio à luz no The New York Times e está longe de ser edificante.

Lázaro González, o tio-avô de Elián, tem cadastro por conduzir alcoolizado; em 2 de Fevereiro de 1997, apanhado pela polícia, perdeu a licença de condução durante um ano, foi condenado a realizar trabalhos comunitários, a fazer um curso de desintoxicação e multado em 884 dólares, para além das custas judiciais. Uma sentença pesada para uma família de escassos recursos (González trabalha esporadicamente como mecânico de automóveis e a mulher trabalha numa fábrica de confeções), mas justificada pelo facto de González ser reincidente: em 1991 já havia sido condenado por conduzir embriagado.

O abuso do álcool parece ser igualmente o problema de Del-fín, o irmão mais velho de Lázaro, um pescador de 63 anos que conta com duas condenações no seu cadastro. Numa das vezes, a euforia etílica levou-o a circular em sentido contrário numa das principais vias de Miami. Quanto a um sobrinho, José Cid, cumpre desde há um mês uma pena de 13 anos por roubo, após cinco prisões anteriores; um irmão deste, Luis Cid, espera julgamento por roubo de um turista, e conta já com outras duas detenções.

Acresce que Lázaro, de 49 anos, vive com a mulher e a filha numa modesta casa de dois quartos e uma casa de banho, pelo que se torna impossível deixar de fazer algumas perguntas: por exemplo, como custearam as despesas nas semanas que deixaram de trabalhar para se dedicar ao processo de Elián? Como é que desde 14 de Fevereiro Lázaro aparece com um trabalho fixo? Quem paga as despesas dos seis advogados que tomaram conta do caso do menino naufrago? Como podem ter como porta-voz um dos mais conhecidos consultores políticos de Miami?

Pelas bandas de Miami ninguém responde a estas questões. Os jornalistas deixaram de ser bem-vindos junto da família González.

Eleições em Cabo Verde

Os resultados das eleições autárquicas de domingo em Cabo Verde saldaram-se pela vitória do PAICV nas principais cidades do país, incluindo a capital, Praia. De acordo com os resultados provisórios, quando faltavam apurar 221 das 627 mesas de voto do país, o Movimento para a Democracia (MpD, governamental), contava com 30,65 por cento dos votos expressos, enquanto o PAICV registava 27,44 por cento dos votos. Em terceiro lugar situava-se a Associação para o Trabalho e para a Solidariedade (ATS, liderada por Onésimo Silveira), seguida pelo Grupo Independente para o Desenvolvimento da Ribeira Grande (GIDR, de Jorge Santos).

Em termos de presidências de Câmaras

Municipais, o PAICV venceu nos círculos eleitorais da Praia, Santa Catarina, Santa Cruz (na ilha de Santiago, onde não detinha anteriormente qualquer autarquia), Sal, Brava, S. Filipe e Mosteiros (ilha do Fogo).

Em aberto estava ainda a presidência da Câmara Municipal do Tarrafal, devido a atraso no processo de apuramento. Quanto ao MpD, venceu nos círculos de S. Domingos e S. Miguel (ilha de Santiago), Maio, Boavista, Paúl e Porto Novo (Santo Antão).

O Secretário Geral do PCP, Carlos Carvalhas, enviou ao Presidente do PAICV, Pedro Pires, uma mensagem de felicitações «pelos excelentes resultados alcançados» nas eleições autárquicas.

Ford despede 1500 trabalhadores

A multinacional norte-americana Ford anunciou a semana passada o despedimento de 1500 trabalhadores britânicos em consequência do encerramento de parte da sua produção em Dagenham, no noroeste de Londres. O pretexto invocado é a necessidade de combater o excesso de produção, calculado entre 25 e 30 por cento, e a perda de lucros na Europa. De acordo com o presidente da Ford Europa, Nick Scheele, «com um único turno trabalhando cinco dias por semana, Dagenham poderá no futuro responder à procura de unidades com o volante à direita». A empresa, que até à data contava com um total de cerca de 8000 trabalhadores, trabalha essencialmente para os mercados britânico e irlandês.

O encerramento de parte da produção na Grã-Bretanha constitui a primeira fase de um plano para reduzir os custos da Ford na Europa. Segundo a empresa, os lucros registaram em 1999 uma quebra de 28 milhões de dólares, contra os 193 milhões de dólares registados no exercício do ano anterior, apesar de um aumento da facturação.

Os sindicatos britânicos reagiram com amargura a mais este golpe contra o sector automobilístico. «Precisamos de saber se existe uma ameaça real de encerramento no futuro. Pelos vistos é mais fácil e barato despedir os empregados britânicos do que os do resto da Europa, mas não estamos dispostos a que nos tratem de forma injusta ou desproporcionada», afirmou um dirigente sindical, Tony Woodley. Na decisão da Ford terá pesado a produtividade de Dagenham, inferior a outras unidades, bem como a valorização da libra (que terá provocado um aumento dos custos em cerca de 28 por cento) e o aumento das tensões laborais, embora Scheele afirme que «a procura é o factor prioritário na nossa decisão, a posição da libra e as relações industriais são secundárias».

As perspectivas de futuro são ainda incertas, e segundo Nick Scheele só daqui a alguns meses será possível ter uma visão global da situação a nível europeu. Não é no entanto de excluir que venham a ser encerradas unidades noutros países, designadamente em Portugal.

Dois milhões de presos nos EUA,
dos quais 3700 condenados à morte

América bate recorde de prisões

Os Estados Unidos são o país do mundo com o maior número de presos, tendo batido o seu próprio recorde a semana passada ao atingirem o número de dois milhões de pessoas encarceradas, revelou o Instituto de Política Judicial, um organismo independente de Washington.

Os EUA ocupam igualmente o primeiro lugar em número de execuções: 98 pessoas foram executadas em 1999, enquanto outras 3700 aguardam a sua hora nos corredores da morte.

«Os anos noventa foram a década mais dura em penas de toda a história norte-americana», afirma Vicent Schiraldi, director do Instituto de Política Judicial, e os dados confirmam. Em 1990, o número total de presos nos EUA era de um milhão; uma década depois, o número duplicou.

Incapaz de pôr cobro à crescente criminalidade, as administrações republicanas de Ronald Reagan e de George Bush apostaram no endurecimento das leis e no agravamento das penas, em detrimento da prevenção. A mesma política foi seguida por Bill Clinton, mais empenhado em combater as consequências do que em atalhar as causas da criminalidade. Uma opção com custos crescentes, já que se estima em cerca de 40 000 milhões de dólares anuais as despesas com o sistema prisional.

A sociedade norte-americana, marcada por profundas desigualdades, está a tornar-se cada vez mais repressiva. De acordo com a legislação em vigor, quer a nível federal quer estadual, é agora cada vez mais fácil encarcerar um delincente por longo tempo, mesmo por pequenos delitos. Também os menores são cada vez mais frequentemente julgados como adultos, ao mesmo tempo que a concessão da liberdade provisória está mais dificultada.

Apesar da comunidade negra representar apenas 13 por cento do total da população dos EUA, constitui 50 por cento da população prisional.

Racismo e xenofobia

As principais vítimas deste sistema são os negros e os hispânicos, a comprovar que o racismo continua bem vivo na sociedade americana. De acordo com as estatísticas, um negro tem sete vezes mais possibilidade de ser preso do que um branco. Apesar da comunidade negra representar apenas 13 por cento do total da população dos EUA, constitui 50 por cento da população prisional federal e estadual. Os dados revelam ainda que um negro tem 33 por cento de possibilidades de passar parte da sua vida

encarcerado, contra os quatro por cento de idênticas possibilidades para um branco. A discriminação é particularmente visível na luta contra a droga. Segundo o departamento de Justiça, embora os brancos representem 75 por cento dos consumidores de estupefacientes, os negros representam 75 por cento dos consumidores presos. Esta situação já entrou nos temas em debate na campanha para as presidenciais norte-americanas. Bill Bradley, candidato democrata à Casa Branca, não hesita mesmo em afirmar que o governo de Bill Clinton e Al Gore, o seu mais directo adversário, pouco ou nada fizeram para combater a xenofobia e o racismo nos EUA.

De assinalar que Bill Clinton não só é um defensor da pena de morte como se recusa a aplicar uma moratória às execuções por delitos federais. Ainda na semana passada Clinton rejeitou uma petição apresentada pelo senador democrata Russ Feingold, propondo que se seguisse o exemplo do estado de Illinois, onde foram suspensas as execuções até se apurar sem margem para dúvidas que não existe a possibilidade de enviar inocentes para a morte. O estado de Illinois apresenta a mais elevada taxa de erros judiciais dos EUA.

A pena de morte vigora em 38 estados norte-americanos, podendo ser ainda aplicada pelo governo federal. Actualmente, 21 pessoas estão condenadas à morte por decisão federal, dois terços das quais são de origem negra ou hispânica.

O IRA tem razão

● Manoel de Lencastre

Na Irlanda do Norte, o Acordo de Paz de Sexta-Feira Santa (10-04-1998) foi parar ao caixote do lixo. O processo que, tão tortuosamente, se viveu ao longo dos últimos dois anos entrou em colapso. O «Sinn Fein» declarou que não está preparado para mais conversações. O IRA (Irish Republican Army ou Exército Republicano Irlandês) disse que não admite novos contactos com personalidades ou grupos para falar de desarmamento. O governo de Dublin culpa o de Londres. Os protestantes, como se esperava, lançam todas as responsabilidades pelo sucedido para os ombros dos católicos e republicanos. Em toda esta grave questão da Irlanda do Norte, que dura há mais de



100 anos e ameaça uma desestabilização cujos contornos mal se divisam, existe um aspecto a que, realmente, se empresta o necessário esclarecimento. Fala-se muito da paz entre as partes, de reconciliação entre protestantes e católicos, do apaziguamento entre as duas Irlandas, do desarmamento das forças paramilitares existentes no Ulster. E pareceria justo supor que o desarmamento dos grupos unionistas e, no máximo, da reforma do funcionamento da Polícia (Royal Ulster Constabulary). O aspecto fundamental em tudo isto é o da presença do Exército britânico e da ocupação do Ulster pela Grã-Bretanha. Enquanto esta situação não for resolvida, não haverá paz na Irlanda do Norte.

Pôr o dedo na ferida...

O IRA foi claríssimo ao ser confrontado com a crise recente que daria (e deu!) lugar à suspensão do parlamento de Stormont e do governo presidido por David Trimble. Segundo o próprio general canadiano John de Chastelain, encarregado das negociações com as partes para o respectivo desarmamento, o IRA fez a seguinte declaração: «Consideraremos e maneira de pôr de lado as armas e os explosivos que possuímos e colocá-los fora de uso no contexto de uma implementação por inteiro do Acordo de Sexta-Feira Santa e do afastamento das verdadeiras causas do conflito.» O que pretende o IRA dizer? Em primeiro lugar, que as negociações para a formação do Executivo de Belfast terminaram após ilimitadas concessões feitas pelos partidos nacionalistas (Sinn Fein e SDLP) em resposta a chantagens constantes dos partidos unionistas-protestantes, o que desenraizou o Acordo e fez ignorar diversos aspectos do mesmo. Mas, em segundo lugar, o IRA, quando refere «o afastamento das verdadeiras causas do conflito» põe o dedo na ferida e aponta aquilo que o governo de

Londres e os círculos protestantes ocultam e não desejam que jamais seja discutido – a saída do Exército inglês e a anulação do estatuto actual da Irlanda do Norte como parte do Reino Unido.

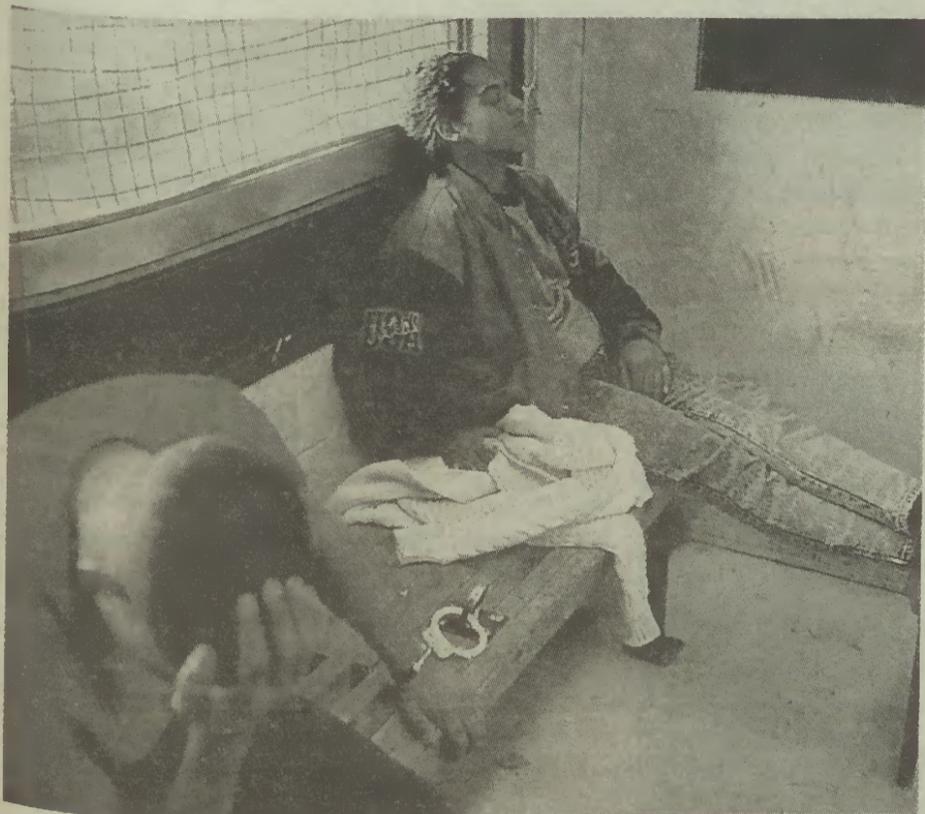
Logo que esta declaração foi assinada, o referido general De Chastelain indicou ao governo de Blair que acabava de resolver uma informação segura da parte do IRA que poderia conduzir, de facto, a um real desarmamento. Mas Blair e o secretário de Estado para o Ulster, Peter Mandelson, não quiseram ouvir o general e avançaram com a legislação necessária para que o processo de Belfast fosse suspenso. A verdade é esta:

não querem ouvir falar daquilo que, efectivamente, é essencial. Mas, cedo ou tarde, acabarão por reconhecer que, sem a remoção desses obstáculos, não haverá qualquer possibilidade de efectivo progresso.



Caiu a máscara colonial

Os meios reaccionários britânicos, evidentemente, compreenderam a mensagem. Por isso, disseram: «Se deixarmos os republicanos governar o Ulster, então o IRA contemplará o respectivo desarmamento.» Isto significa que a presença colonial dá fundo verdadeiro a toda a questão. O governo de Londres sabe que está a ocupar uma parcela de um país estrangeiro, que as suas forças armadas levam a cabo uma presença que esse país estrangeiro não deseja – mas insiste em pretender que tal ocupação não existe e não deve, portanto, ser discutida. Exibindo o mais incrível cinismo, David Trimble, chefe do principal partido protestante-unionista, disse que o Ulster Unionist Party tinha feito absolutamente o máximo possível para que o acordo de paz fosse bem sucedido e que era aos republicanos e ao Sinn Fein que devia ser imputada a responsabilidade pela grave situação a que se chegou. Mas o governo da República da Irlanda (Dublin) esclareceu tudo ao declarar que a mensagem do IRA fora transmitida a Tony Blair 12 horas antes de ter tido lugar o cancelamento do governo de Belfast e a reimposição da administração do Ulster directamente por Londres. A máscara caiu. Toda a gente abriu os olhos para a realidade. O governo de Londres tem de adoptar uma política sincera e completamente despida da sua tradicional hipocrisia. Terá de discutir a saída do Ulster e o reembarque das forças armadas britânicas. E os protestantes que têm vivido da exploração dos católicos e da repressão dos patriotas sempre protegidos pelas forças policial e militar britânicas terão de aceitar que a Irlanda é só uma.



Os EUA, que tanto gostam de se apresentar como o país da liberdade, modelo a seguir pelo resto do mundo, estão a transformar-se numa sociedade cada vez mais repressiva onde imperam a pena e o castigo. Ao invés de analisar as causas da marginalidade e da delinquência, da violência e da perda de valores, o sistema americano prefere esconder atrás das grades e eliminar o que não consegue controlar. Mesmo incorrendo em erros irreparáveis. Mesmo condenando inocentes

Urban reduz financiamento

O novo Urban, iniciativa comunitária de desenvolvimento urbano, teve uma redução de 30 por cento nas suas verbas, para o período de 2000-2006. Para a deputada Ilda Figueiredo, a proposta apresentada pela Comissão Europeia é altamente lesiva para Portugal, apesar de ser o país com mais carências nesta área. De facto, dos seis projectos financiados pelo Urban nos municípios do Porto, Gondomar, Lisboa, Odivelas, Oeiras e Amadora, apenas dois continuarão a merecer o apoio da União Europeia. Em contrapartida, prevê-se que a Alemanha beneficie de dez projectos, o Reino Unido de nove e a Itália de oito.

A deputada do PCP exigiu que a Comissão reveja a sua posição, em especial no que se refere ao nosso país, de forma a que possa ser prosseguido o importante trabalho de revitalização económica e social de zonas de cidade e subúrbios.

África do Sul cede nos vinhos

A África do Sul aceitou renunciar às cinco denominações de bebidas alcoólicas europeias para desbloquear a aplicação do acordo comercial concluído em Outubro com a União Europeia. A decisão foi comunicada na passada semana pelo ministro do Comércio e Indústria, Alec Iwin. As denominações em causa, onde se incluem, o vinho do Porto, a grappa italiana ou o ouzo grego, serão abandonadas naquele país no prazo de cinco anos conforme proposta da UE. O acordo comercial entre a África do Sul e a União Europeia, que atinge o montante de 17 mil milhões de dólares (mais de 340 milhões de contos), foi assinado em 11 de Outubro passado e deveria ter entrado em vigor no mês de Janeiro, se a Grécia e a Itália não o tivessem bloqueado exigindo que Pretória deixasse de utilizar as suas denominações de origem.

Novos acessos ameaçam Lima

A eurodeputada do PCP, Ilda Figueiredo, visitou a zona ribeirinha da Vila de Darque, em Viana do Castelo, onde criticou as propostas de acessos rodoferroviários ao cais comercial, por irem separar a população do rio, alertando que a extracção de inertes no rio Lima poderá destruir o equilíbrio ecológico do curso de água. Durante a visita, promovida pela CDU, foi divulgado um parecer não favorável elaborado por técnicos da Câmara sobre o anteprojecto dos acessos ao porto de mar, tendo Ilda Figueiredo exigido que o Governo apresente uma solução que garanta a preservação do rio Lima.

Deputados do PCP introduzem duas alterações positivas na iniciativa comunitária de desenvolvimento rural

Menos fundos para mais regiões

O novo Leader irá abranger todas as regiões rurais da comunidade, mas conta com metade das verbas disponibilizadas pelo anterior programa.

Os deputados do PCP criticaram desde o início a proposta apresentada pela Comissão Europeia, principalmente em dois pontos: o financiamento insuficiente e o facto de não apontar para o desenvolvimento da agricultura e da produção agrícola.

Na sessão plenária da passada semana, em Estrasburgo, em que foi discutido e aprovado o relatório Procacci sobre esta iniciativa comunitária, os deputados do PCP apresentaram três alterações, duas das quais foram aprovadas. Estas últimas foram precisamente no sentido de sublinhar que não existe mundo rural sem agricultura e agricultores, considerando por isso «importante que uma forte estratégia de desenvolvimento rural», também suportada pelo Leader+, «deve assentar no desenvolvimento da actividade agrícola em todas as regiões da comunidade».

Para o PCP, esta orientação terá «os seus efeitos directos sobre a actividade económica a montante e a jusante, nos níveis de emprego e na manutenção de serviços públicos essenciais, com vista a combater a desertificação que atinge o mundo rural».

Uma terceira alteração, não aprovada, visava ainda garantir que as actuais regiões do Leader II continuassem a beneficiar de financiamento da nova iniciativa, mantendo-se como prioritárias as regiões mais desfavorecidas.

Subdotação

Apesar de as duas primeiras alterações terem sido incluídas na resolução final do Parlamento Europeu, os deputados do PCP abstiveram-se na votação final, ao contrário dos restantes deputados portugueses que votaram favoravelmente.

A decisão foi motivada sobretudo porque se manteve o financiamento insuficiente da iniciativa, cujas verbas foram reduzidas para metade, para um período maior e com a abertura da elegibilidade a todas as regiões da Comunidade. Este aspecto é tão evidente que o próprio relator

«manifesta receio de que a dotação financeira do Leader+ seja demasiado limitada», contudo não apresenta nenhuma proposta de incremento ou revisão dos beneficiários.

Os recursos disponibilizados para o período 2000-2006 são da ordem dos dois mil milhões de euros (cerca de 400 milhões de contos), contra mais 4 mil milhões de euros disponibilizados entre 1994/1999. Estima-se que Portugal possa receber cerca de 8 por cento das verbas Leader+, ou seja 152 milhões de euros (cerca de 30 milhões de contos).

Novos critérios

Este novo Leader estabelece que todas as regiões rurais passam a ser elegíveis, ao contrário do anterior que se destinava apenas às zonas de objectivo 1 (as



O desenvolvimento do mundo rural tem de passar pelo incentivo da actividade agrícola.

regiões com menos de 75% do PIB per capita comunitário) e às do objectivo 5b (zonas rurais em reconversão) dos fundos estruturais. Em contrapartida, são definidos critérios mais rigorosos de elegibilidade, como por exemplo a obrigação de um território ter mais de 10 mil habitantes. Refira-se que este limite foi estabelecido pelo Parlamento Europeu, já que a proposta inici-

al da Comissão pretendia um mínimo de 20 mil habitantes.

Também o leque de possíveis beneficiários do programa Leader + foi limitado aos Grupos de Acção Local (GAL), nos quais a participação de administrações públicas e representantes eleitos não pode ultrapassar 50 por cento dos membros. Estas novas regras podem deixar muitas

regiões portuguesas de fora, porque, por um lado, grande parte das zonas rurais sofre o problema da desertificação humana; por outro, a limitação do peso da administração pública nos GAL poderá implicar dificuldades na sua constituição, sobretudo nas regiões onde o investimento e mobilização dependem muito das administrações locais.

O « pilar coxo » da PAC

O princípio do desenvolvimento rural, como o «segundo pilar da Política Agrícola Comum» (PAC), foi inscrito na base programática da Agenda 2000 com dois eixos fundamentais: a multifuncionalidade da agricultura e uma estratégia integrada para as regiões rurais.

No entanto, para além de ser um « pilar coxo » da PAC, representando apenas 10 por cento do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola, o facto é que foi a política agrícola comum e a sua reforma de 1992 que mais contribuíram para atacar a multifuncionalidade, promovendo a concentração da terra e baixando os preços agrícolas. Desapareceram assim milhares de explorações familiares e postos de trabalho.

Agora, a Comissão Europeia pretende transformar o agricultor em algo que ele não é, «um empresário ou administrador» ou um prestador de serviços sociais, num quadro de reconversão da actividade agrícola, já

que, constata a CE, «a maioria das oportunidades de trabalho nas zonas rurais situa-se fora do sector agrícola tradicional».

Algumas medidas de apoio adoptadas em Portugal para os pequenos e médios agricultores, escamoteavam por completo a sua actividade principal e viravam o agricultor para o mercado social de emprego, dando-lhe por exemplo tarefas de «contador de lendas e narrativas».

A estratégia dos programas Leader I, II e + entra deste modo em clara contradição com o objectivo declarado de desenvolver o mundo rural. Não apostando na produção agrícola, nos produtos regionais de qualidade, na sua certificação e na criação de estruturas de comercialização, estes programas comunitários passam ao lado da questão fulcral: a agricultura, verdadeira base económica das regiões rurais, em torno da qual se desenvolvem todas as outras actividades.



Contra Haider

Muitos milhares de pessoas participaram na manifestação realizada no sábado passado em Paris contra a subida ao poder da extrema-direita em Áustria e alertando contra os perigos do renascimento do nazismo na Europa. Convocada por organizações de esquerda, nomeadamente pelo PCF, e por organizações da comunidade judaica em França, a manifestação partiu de Saint-Germain des Près e seguiu até aos Invalides, onde muitos participantes se concentraram junto da embaixada da Áustria, defendida por numerosas forças de choque da polícia, que chegou a disparar alguns petardos.

UEO e NATO realizam exercício conjunto

Jogos de guerra

Durante seis dias a União da Europa Ocidental (UEO) e a Aliança Atlântica (NATO) deram os primeiros passos para a criação do braço armado da União Europeia.

Com o objectivo de testar a possibilidade de utilização dos meios da Aliança Atlântica em missões lideradas pela UE/UEO, o exercício envolveu 30 países das duas organizações e, mesmo antes de ter terminado, já era considerado como «um sucesso».

Como foi referido em conferência de imprensa partilhada pelos secretários-gerais da NATO e da União da Europa Ocidental, George Robertson e Javier Solana, e pelo presidente em funções da UEO, o embaixador português Andresen Guimarães, o exercício foi «conceptual e de decisão», não de «tropas no terreno» e destinou-se a avaliar a articulação das cadeias de comando, utilizando meios informáticos.

Para todos os efeitos, o teste representa o primeiro ensaio da utilização da UEO

como braço armado da União Europeia em missões de paz e humanitárias, as chamadas missões de Petersberg. Como admitiu o embaixador português, citado pela Agência Lusa, «o recente recrudescimento da tensão interétnica entre sérvios e albaneses no Kosovo seria um dos possíveis cenários para a actuação da organização com meios da NATO.

Até 2003 a UE criará um exército de 60 mil homens

Exército na forja

A gradual concretização da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) dará lugar, aliás, à constituição, até 2003, de uma força de intervenção rápida de 50 a 60 mil homens, constituível num prazo máximo de 60 dias e capaz de actuar pelo menos um ano em teatros de operações.

Segundo Javier Solana, o alto representante da União Europeia para a PESC, a UE está interessada numa «complementaridade estreita» com a NATO e não «em competição». Deste modo, disse, «a UE apenas lançará e conduzirá operações quando a NATO não se quiser envolver».

Também o ministro português dos Estrangeiros, Jaime Gama, veio a público considerar que o exercício «tem um valor fundamental na construção da Identidade Europeia de Segurança e Defesa (IESD) e que «a circunstância» de se realizar durante a presidência portuguesa da UE e da UEO «é a todos os títulos significativa do compromisso e da determinação que estamos a pôr na edificação» da IESD.

O ministro adiantou ainda que os órgãos político-militares a criar em breve no seio da UE terão carácter provisório durante um período de tempo não quantificado. Dentro de poucas semanas serão criados um Comité Político de Segurança, um Comité Militar e um Estado-Maior internacional.



O exercício foi simulado e não envolveu tropas no terreno

Numa ilha imaginária

O exercício denominado CMX/Crisex 2000 teve como cenário uma ilha imaginária designada como «Kiloland», em pleno oceano Atlântico, onde surgiram problemas de desordem interna que motivaram a intervenção de uma força internacional de paz para garantir a aplicação de um acordo político entre as partes em conflito e a entrega de ajuda humanitária às populações.

Com a ajuda de computadores foi simulada uma intervenção da UEO em «Kiloland» com mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas e sob a coordenação dos quartéis-gerais da UEO e da NATO, em Bruxelas. Segundo, uma nota da Lusa, foi ainda testado um outro cenário, a sul do Mediterrâneo, que poderá ser abrangido pelo artigo 5.º da NATO sobre defesa colectiva.

Estas operações virtuais decorreram entre os dias 17 e 23 ao nível das cadeias de comando, em todas as capitais das duas organizações, que estiveram ligadas entre si por computador, e permitiram avaliar os procedimentos colectivos de consulta e de decisão nos órgãos competentes.

Foi ainda possível verificar o funcionamento do sistema de comunicações, o papel do Estado-Maior militar da UEO e o seu Centro de Satélites, as várias fases do planeamento da operação e o respectivo envolvimento dos diferentes países da organização. Estiveram ainda envolvidos os comandos estratégicos da NATO, SHAPE e SACLANT. A participação portuguesa passou pela constituição de três células: militar, política e de planeamento civil de emergência.

O despertar dos pobres

• Joaquim Miranda

Em Banguecoque, na Tailândia, decorreu na passada semana a X Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED), cujos trabalhos iniciais tive a oportunidade de seguir. Não conheço, no momento em que escrevo estas linhas, o texto final adoptado, nomeadamente o previsto Programa de Acção. Nem é de esperar que ele reflecta mudanças sensíveis, em termos objectivos, relativamente ao que hoje se passa, face às posições intransigentes e iníquas vindas da parte das principais potências mundiais. De qualquer forma, os trabalhos preparatórios, particularmente os documentos elaborados pelo Grupo dos 77 mais a China e pelos seus sub-Grupos africano, asiático e latino-americano, mas também a generalidade das intervenções efectuadas nos primeiros dias da Conferência bastaram para dar o tom quanto às preocupações dominantes no momento actual, especialmente no

conhecem como muitos já a reconhecem publicamente. Mesmo aqueles que por ela são principais responsáveis. Ao ponto de o ainda Director-Geral do Fundo Monetário Internacional – instituição com tantas responsabilidades na situação desastrosa que vivem muitos dos países mais pobres, nomeadamente por força dos programas de ajustamento estrutural a que os vem obrigando – ter sido obrigado a referir também na referida Conferência que «a comunidade internacional dá com uma mão (a esses mesmos países mais pobres) o que retira com a outra mão».

Globalização em causa

Não se trata de uma novidade o que ali afirmou Michel Camdessus. Sabemo-lo de há muito. Nem um tal reconhecimento serôdio significará uma mudança qualitativa de atitude da parte da instituição que representa ou das potências que a mesma indiscutivelmente serve.

O que porventura é novo é que ele e outros tenham sentido agora a obrigação de o afirmar.

E é seguramente este o dado novo que a X CNUCED trouxe: a globalização se não foi definitivamente posta em causa, foi ao menos inequívoca e seriamente questionada, num evento representativo de 182 países.

E este facto não aconteceu por acaso, nem de forma inesperada: ele é um resultado inequívoco do fracasso da OMC em Seattle, nos finais do ano passado. O qual, importa recordar, já se seguiu a um outro fracasso anterior, o do AMI.

Ora aquele fracasso, ainda que indissociável de contradições de interesses entre os grandes blocos económicos (EUA, Japão e União Europeia) e também das movimentações sociais que a acompanharam (porventura as primeiras a uma tal escala e logo numa cidade norte-americana), não pode igualmente desligar-se da sensível movimentação que já aí se fez sentir da parte dos países de menor desenvolvimento, confrontados que estavam com problemas acrescidos que resultariam numa aprovação de regras no domínio comercial orientadas para dar continuidade ou mesmo reforçar as anteriormente ratificadas em Marraqueche, e já de si tão flagrantemente lesivas dos seus interesses e tão contraditórias com o seu necessário desenvolvimento.

A falta de acordo naquela cidade norte-americana – que em si mesmo não deve suscitar excessivas ilusões e, em especial, não pode levar a uma falta de atenção ao próprio desenrolar do processo derivado de Marraqueche – teve, porém e entre outros, o profundo mérito de animar, de dar uma nova alma aos países mais pobres do mundo.

E isso sentiu-se de forma marcante em Banguecoque.

E, fundamentalmente e a meu ver, coloca na ordem do dia a luta por uma nova ordem económica mundial.



tocante às «relações norte-sul».

E elas têm a ver com os efeitos brutais da globalização em curso – e em especial da orientação que lhe é conferida e dos interesses que serve – nos países menos desenvolvidos do planeta.

Aumenta a desigualdade

É uma evidência, com efeito, que essa globalização apresenta resultados profundamente desiguais, bastante vantajosos para os países ricos – que a determinam e comandam – e profundamente negativos para os de menos desenvolvimento.

Ao ponto de se constatar hoje que os chamados Países de Menor Desenvolvimento passaram, em número e em menos de três décadas, de 25 para 48 países, representando já cerca de 13 % da população mundial, mas apenas 0,4 % das exportações e 0,6 % das importações globais, conforme afirmou o brasileiro Rubens Ricupero, secretário-geral da CNUCED, na abertura dos trabalhos desta.

Situação essa a que não é indiferente ainda o decréscimo sensível da ajuda concedida a esse países, com uma diminuição de 23% só na última década; e ao que se podem somar os efeitos desastrosos do peso da dívida; também os baixos preços das matérias-primas e, mais em geral, as desiguais relações de troca; ou ainda a falta de acesso à informação e às novas tecnologias; etc., etc. Esta é hoje uma realidade tão evidente que não só todos a

A legalização das drogas

● Sérgio Martins

A JCP realizou recentemente uma Iniciativa Nacional sobre a Toxicodependência. Um dos temas mais focados foi a legalização das drogas.

As reacções divergiram, mas uma sobressaiu nas palavras do presidente do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência, Dr. João Goulão: «Liberalização e venda controlada pelo Estado... tenho grandes dúvidas.» («Avante!», 27-01-00.)

«Grandes dúvidas» não significará exactamente um «não», e podem ir ao encontro de uma necessidade de estudar/debater mais profundamente as propostas relativas à legalização das drogas, sob controlo estatal (não estamos a falar de comércio livre ou liberalização). Este debate deve partir da análise da evolução e resultados das actuais políticas proibitivas. Uma análise atenta à realidade poderá demonstrar que:

a) A ilegalidade das drogas não tem um efeito dissuasor sobre os consumidores. O consumo de drogas está socialmente generalizado na juventude. Todos nós conhecemos, mesmo no nosso grupo de amigos, muitos consumidores de drogas (principalmente haxixe). Apesar de ile-

gais, podemos comprar drogas, a qualquer hora do dia, tanto em bairros citadinos como aldeias rurais. É a isto que podemos chamar de um autêntico mercado livre. Por outro lado, a proibição funciona como um apelo ao consumo por ir ao encontro da rebeldia juvenil e ao seu gosto por desafios;

b) Os narcotraficantes são mais eficazes que as polícias. Por ano, 400 biliões de dólares a nível mundial e 200 milhões de contos em Portugal, um dos pilares do desenvolvimento capitalista. Estes \$\$ representam um poder mafioso incomparavelmente superior às polícias e governos, muitas vezes controlados e corrompidos por esses milhões. Dos poucos casos descobertos, lembremo-nos do pelotão de segurança da PSP-Porto, julgado em 1996 por corrupção e abuso de poder. Mas se os grandes tubarões conseguem fugir da lei, as polícias também não conseguem destruir as redes de distribuição, que fazem dos consumidores traficantes, estando sempre em auto-renovação, ao mesmo tempo que é criada uma pressão no sistema para criar novos consumidores;

c) A prevenção primária nunca funcionará plenamente se continuar baseada no combate ao consumo, recorrendo a moralismos de abstinência ineficazes numa

sociedade em que o consumo é generalizado.

d) Os custos da situação actual, danos físicos, psíquicos e sociais associados ao uso das drogas atingiram níveis de ruptura insuportáveis. A ilegalidade empurra os consumidores para a marginalidade, para longe da ajuda, introduzindo-os num meio criminoso que mistura no mesmo mercado drogas leves e duras. Eis o principal motivo que conduz os consumidores de drogas à toxicodependência. A esmagadora maioria dos consumidores de drogas leves nunca passou (nem passará) para as pesadas, e os que o fazem é por verem facilitada a compra de drogas duras no mesmo local onde compram as leves. Por outro lado a ilegalidade é responsável por condições de consumo muito degradadas, impedindo o controlo da qualidade das drogas e é responsável por situações de risco como a contaminação por doenças infecciosas. Finalmente, a ilegalidade é responsável pelo preço exorbitante das drogas, conduzindo à criminalidade como meio para se manter o consumo. Resultando numa pequena criminalidade que se torna o centro de acção de polícias e tribunais, que tendem a menosprezar a investigação e julgamento da grande criminalidade praticada pelas classes sociais mais altas (contribuindo para o descrédito do sistema policial e judicial). Tudo indica que o proibicionismo falhou e dificilmente será eficaz. Mas mais grave é que parece ser parte integrante do problema e cúmplice do seu agravamento. Um exemplo perfeito da perversão do proibicionismo é o caso do *ecstasy*. Produzido inicialmente na Holanda por estudantes de Química que utilizavam-no nas *raves*, começou a dar que falar quando em 1988 uma jovem dançou até morrer desidratada. Sob pressão da direita o *ecstasy* foi ilegalizado. E o resultado imediato foi que o crime organizado pegou na sua produção, aumentou-a 500 vezes, assim como aumentou o comércio, a difusão, os preços, e os produtos com misturas cada vez mais perigosas e os riscos associados. Perante tais resultados negativos, o governo holandês recuou e actualmente o consumo de *ecstasy* voltou a ser tolerado, existindo inclusive laboratórios ambulantes que atraem os consumidores para testar a qualidade da droga (procurando evitar o consumo de drogas quimicamente mais perigosas).

A legalização

Falando da Holanda, convém comparar o consumo de haxixe e seus derivados neste país onde o consumo é tolerado e o comércio é praticamente legal, e os EUA, onde são praticadas as políticas mais proibicionistas e repressivas do planeta. Nos EUA, 40% dos jovens consomem regularmente *cannabis* e derivados, enquanto que na Holanda esse número fica pela metade. Tudo indica que a legalização não potencia um crescimento do consumo, mas sim o contrário. Aliás, na Holanda não foi só número de novos consumidores que desceu mas também o de toxicodependentes e o de mortes por Sida e *overdoses*. A legalização parece cumprir o que o camarada Joaquim Santos (AGIT, Janeiro de 2000) reivindicou: «Todas as

medidas por nós tomadas, devem ir ao encontro de fazer recuar o fenómeno da toxicodependência e nunca o contrário.» Em primeiro lugar, é necessário ter em conta que o consumo de drogas é um comportamento que tem acompanhado a humanidade ao longo dos tempos e, mesmo com as características que hoje apresenta, ele tenderá a perdurar. O problema não é o uso/consumo, mas o abuso/toxicodependência. Mesmo em sociedades comunista (desalienadas, evoluídas desportiva e culturalmente, não repressivas) o consumo de drogas continuará, porque há sensações que as drogas nos dão que continuarão a ser procuradas. Não é pois adequado traçar como objectivo (impossível) da intervenção a erradicação do consumo, mas sim o evitar os abusos e a toxicodependência, contendo o consumo dentro de níveis socialmente toleráveis e reduzindo os seus efeitos sanitários e sociais. A legalização não é uma filosofia moral de resignação, mas sim uma estratégia política global e pragmática para controlo das drogas, que analisa a realidade, olha em frente e associando-se à melhoria social e económica das condições de vida, pretende:

a) Respeitar o direito individual ao corpo. O Estado Democrático tem de respeitar as opções individuais e privadas dos cidadãos, assim como respeitar um direito penal que deve apenas reflectir a protecção de bens jurídicos e não a preservação de uma moral. É obvio que em direito a repressão só deve ser admitida sobre um indivíduo para impedi-lo de prejudicar terceiros.

b) Eliminar o mercado clandestino, desviando depois as verbas da repressão para a prevenção;

c) Reduzir os riscos associados ao consumo, separando drogas leves e duras, e garantido a sua qualidade;

d) Reduzir o número de consumidores em especial os jovens, dificultando a entrada de novos consumidores, controlando melhor o acesso ao circuito de distribuição;

e) Promover uma pedagogia das drogas, valorizando a temperança e a utilização controlada de substâncias dentro de limites não nocivos e dando a conhecer os riscos previamente à entrada do sistema. Assim, a organização do mercado legal deve ser enquadrada em:

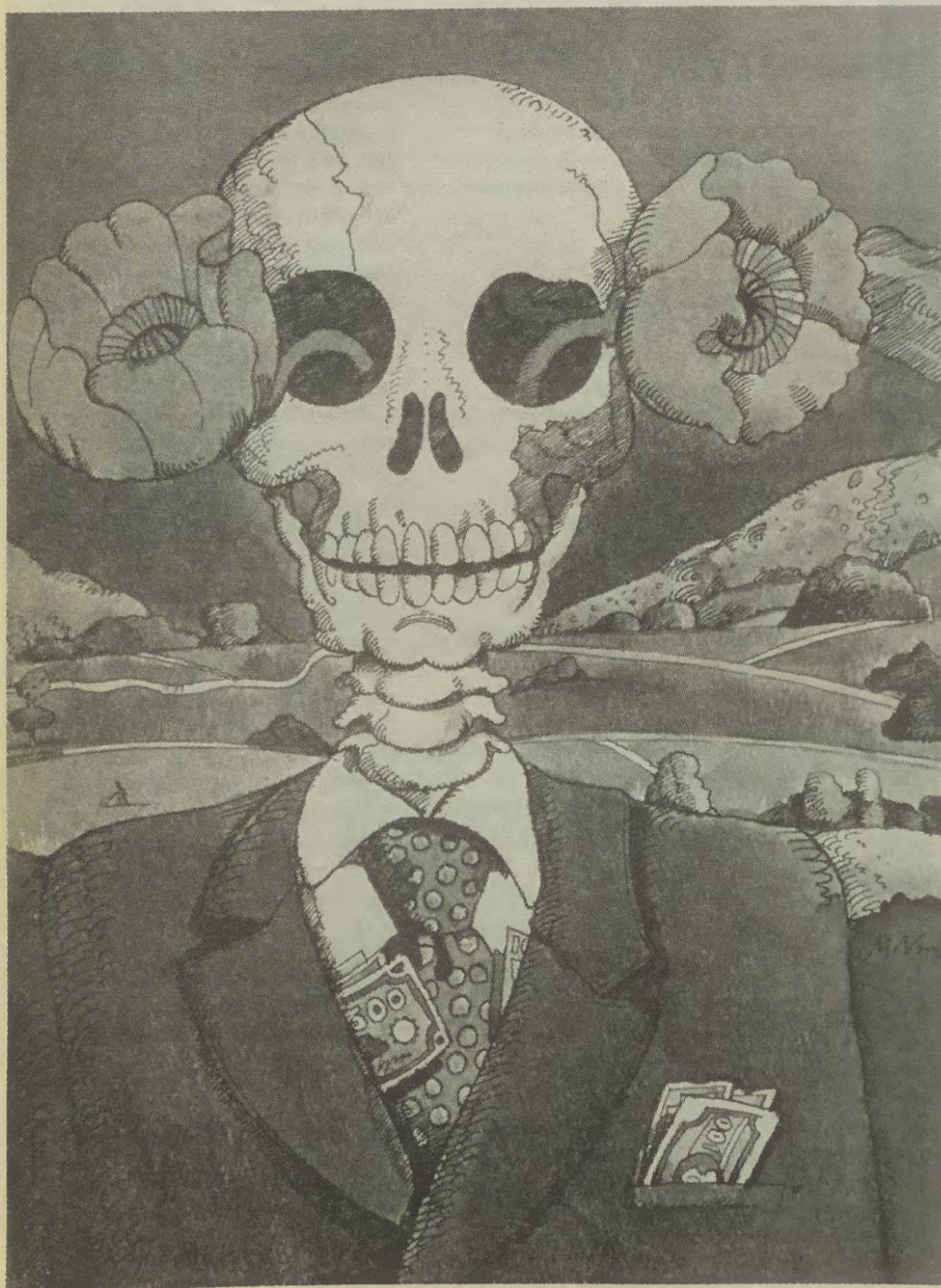
1) Monopólios nacionais (a regular pelos Estados) para a produção, importação e distribuição;

2) Políticas de venda a preços estudados para eliminar os traficantes e orientar os consumidores para produtos menos nocivos;

3) Exclusão do direito de marcas e publicidade;

4) Informação clara ao consumidor sobre os perigos de cada droga (e não um simples alerta de moderação), procurando promover uma «cultura dos limites e auto-responsabilização», só possível de ser interiorizada se decorrer no âmbito de um contexto cultural não marginal e não moralista.

Poderá esta análise ao proibicionismo estar errada? Poderão estes objectivos da legalização não se concretizar? É isto que temos de debater... O que está em questão é demasiado importante para que se fuja a este debate.





Poeticamente se tem falado sobre o novo milénio como sendo a era da espiritualidade em que os povos, tendo resolvido os seus problemas materiais de sobrevivência, se voltam para a solidariedade humana e a investigação filosófica do sentido da vida.

É um quadro bonito, o de uma humanidade defensora do património natural e histórico, preocupada com o bem-estar colectivo, desprendida e generosa, dedicada a aperfeiçoar os métodos de ensino e de tratamento da saúde para proporcionar a toda a população os recursos da educação e da medicina hoje restritos à elite. Gostaria de poder acreditar nesta interpretação, mas vivo num país subdesenvolvido onde a realidade demonstra exactamente o contrário, com uma crescente concentração de renda que coloca a grande maioria longe dos benefícios traçados pela Constituição. O que aqui se vê é a busca desesperada de um caminho qualquer que conduza à esperança de vida perdida. É bem materialista a preocupação com a sobrevivência, apesar da capa religiosa com que é vestida. Abrange a maioria da população pobre e atinge a nova classe média que perde o pé na sociedade, vitimada pelo desemprego e o consumismo. Eles apenas procuram outro Deus que esteja ao seu alcance.

No Brasil, para a classe média intelectual, as religiões tornaram-se práticas folclóricas, sobretudo no confronto com as igrejas oficiais que *amarraram Deus a uma Terra que não se move* e a uma elite que não se corrompe. Numa afirmação de rebeldia individual a esta ficção que ainda conta com o respeito e a protecção do sistema, muita gente adere aos rituais de umbanda e às práticas de magia negra em grandes espectáculos que os *media* divulgam e promovem. Pouco ou nada tem a ver com crença religiosa ou filosofia de vida. As praias ficam cobertas de oferendas a Iemanjá, deusa das águas, dos que pedem benefícios ou agradecem o que receberam antes. Muita gente adere pelo encantamento do cenário que reúne pessoas de todas as idades e condições sociais, vestidas de branco, immanadas num culto pagão sem chefia, livre das restrições institucio-

Muita gente adere pelo encantamento do cenário

(foto de Sebastião Salgado)

A busca desesperada de esperança

● Zillah Branco

em destruir a utopia que animava a participação popular na luta pelo desenvolvimento do país, a válvula será a crença religiosa. Acrescente-se ainda uma história nacional de convívio e miscigenação das mais diferentes culturas com filosofias de vida contraditórias, ao longo de muitos

nais. É bonito, exótico, agride as tradições da chamada civilização dando uma sensação de liberdade ao que se afirma pela rebeldia.

As seitas

Diferente é o caso de grandes massas que abraçam as novas Igrejas nascidas nos Estados Unidos e que se expandiram por todo o mundo na tentativa de sobrepujarem o catolicismo e o protestantismo tradicionais. As várias seitas evangélicas organizam formas de assistência social que incutem hábitos de vida e linguagem própria caracterizando os seus seguidores com um novo padrão de comportamento que os distingue dos demais. São formadores de opinião que disputam o poder político e negociam os votos em véspera de eleições.

Há os dois casos, os que usam o símbolo religioso como *status*, e os que realmente procuram uma tábua de salvação que sirva de apoio dentro da sociedade em que se sentem órfãos. São agrupamentos, ou *comunidades* como hoje preferem chamar, com funções sociais bastante claras.

Por toda a parte, no Brasil, vêem-se os anúncios de «Jesus voltará». São grandes cartazes nas ruas, adesivos nos carros, frases nas roupas. Em São Paulo os mais realistas, ou os cínicos que pretendem mos-

trar que estão acima das crenças, acrescentam a frase: «Que venha armado!» A ironia não revela cepticismo, mesmo no caso do que pretende disfarçar com cinismo. É o hábito dominante de fazer graça para amenizar a tristeza e de estabelecer laços de solidariedade entre os que crêem e os que não crêem. Ou ainda, a preocupação em deixar todos os caminhos abertos, já que não se tem certeza de nada.

Procura-se Deus (ou deuses, já que as crenças misturam o cristianismo com outras religiões politeístas) por toda a parte. Não é um passo adiante, no sentido da humanização e da investigação filosófica, mas vários atrás depois de ter sido esgotada a fé na condução humana da sociedade. Significa a capitulação da consciência de cidadania e a renúncia aos valores do conhecimento acumulados pela humanidade nos dois milénios da civilização ocidental.

Questão de sobrevivência

O brasileiro será mais místico que outros povos? Penso que não se trata de uma cultura religiosa e sim de uma condição de sobrevivência numa sociedade hostil. É impossível suportar uma vida sem qualquer esperança. Se o panorama social e económico fecha todas as portas, principalmente com o empenho da elite

séculos. É um povo aberto, receptivo, sem um padrão cultural consolidado uniforme e com todas as incertezas possíveis.

Esta diversificação religiosa separou o Deus das pessoas, do Deus das Igrejas, na consciência popular. Não consideram que a vida infernal e as injustiças constantes que a sociedade impõe derivem da vontade divina. Confiam no socorro paternal, pelo menos depois da morte. Assim, têm uma crença que os alivia dos medos quotidianos e o amor a Deus é a expressão de esperança, a única que resta.

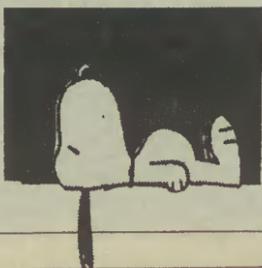
A competição institucional entre as Igrejas não consegue levantar barreiras de oposição entre os seus adeptos. Como pouco ou nada se conhece acerca dos cismas que dividiram historicamente as religiões, a adesão a uma ou outra Igreja depende mais da proximidade do templo e da capacidade de proselitismo que desenvolve junto à população. Há casos de mudança de crença e de Igreja em função da migração interna. Num país pobre e sofrido como o Brasil, o papel de assistência social de uma Igreja é determinante para reunir os seus adeptos. Acima de todas está a *esperança* traduzida no nome de Deus ou, mais familiarmente, de Jesus, como um fetiche. Mesmo as religiões africanas ou dos índios já estavam bastante misturadas com os conceitos cristãos trazidos pelos europeus, sem que se estabelecesse qualquer ordem hierárquica entre as imagens divinas. O convívio é pacífico e aponta para a união. Não é nenhum absurdo a sequência de divindades chamadas na hora do aperto: «Jesus Cristo, Virgem Maria, Saravá meu Santo!», que pode vir acompanhado até de um «My God!».

Livros



As Voltas de um Andarilho

Com prefácio de **Sérgio Godinho**, um livro de **Viriato Teles**, a comemorar pelo menos dois aniversários - os 30 anos da editora **Ulmeiro**, e os 70 de **José Afonso** - que os faria se continuasse entre nós. Mas raramente alguém perdura tanto na memória como **José Afonso**, e este livro ajuda a que se não perca a recordação daquele que muitas vezes é chamado de «pai» da música de intervenção, se bem que o artista teria sido o primeiro a recusar, na sua modéstia, o epíteto. Escreve **Sérgio Godinho**: «O livro do Viriato dá a conhecer muito melhor o Zeca, e mais: dá vontade de ouvi-lo e gozá-lo e perceber como é que ele foi capaz de unir tantas referências numa obra criativa única.» **Zeca Afonso**; **As Voltas de um Andarilho** inclui ainda uma crónica «semi-inédita» de um outro nome caro aos poetas e aos jornalistas - **Fernando Assis Pacheco**; e apontamentos de uma mega-homenagem que ao Zeca foi prestada na Galiza, em 1987. E, para além das notas que enquadram o tempo desse extraordinário movimento não só artístico mas também político e social em que o Zeca participou, este livro conta ainda com uma bem organizada discografia comentada. Por fim, referência tem de fazer-se às fotos de **Fernando Negreira**, **Inácio Ludgero** e **Joaquim Lobo**. Quanto ao autor, **Viriato Teles** que é hoje chefe de redacção do *Grand'Amadora*, é jornalista profissional desde 1979 e é extensa a lista de jornais em que escreveu e publicou trabalhos. Foi, nomeadamente, redactor em *o diário*. Trata-se aqui de uma segunda edição - a primeira foi publicada na mesma editora há poucos meses - Novembro de 1999. Esta nova edição - aumentada - diz bem do interesse que alcançou a anterior. A capa é de **Sérgio Fidalgo**, sobre foto de **Joaquim Lobo**.



Crónicas da Idade Média

• Ruben de Carvalho

Pensamentos...

«O Independente» dedicou algumas linhas à última reunião do CC do PCP e à preparação do Congresso apondo-lhe um título verdadeiramente sugestivo: «Livres de pensar».

A razão de ser (se tanto se pode chamar-lhe...) de tal frase reside na divulgação naquela reunião do documento com o singelo título de «Nota de Trabalho» e que, no entender dos analistas daquele semanário, dá aos militantes do PCP inteira liberdade para discutirem o que entenderem na preparação do Congresso em moldes diversos do que sucederia anteriormente com a existência das Teses.

O conjunto da notícia e respectivo título releva de dois aspectos igualmente desagradáveis: ignorância e preconceito.

Em primeiro lugar, em todos os congressos legais do PCP a elaboração de Teses foi precedida de amplos debates que prosseguiram após a sua sistematização naqueles documentos. De resto, ninguém ignora que nem o PCP fecha para Congresso nem os seus militantes limitam o debate e a vida partidária aos períodos de Congresso.

Segundo, já no anterior Congresso as Teses foram precedidas por uma nota de trabalho com propostas para organização dos debates e suas conclusões.

Terceiro, é desde sempre uma constante da elaboração dos documentos dos Congressos do PCP o muito elevado número de propostas de modificações apresentados por militantes e organismos, dos quais aliás há o cuidado de der meticulosa conta, numa manifestação de democraticidade que não tem grandes paralelos no panorama partidário português. No XII Congresso foram registadas 1700 propostas de emenda, no XIII 1814 e no XIV só o Projecto de Alteração do Programa recebeu 700 sugestões.

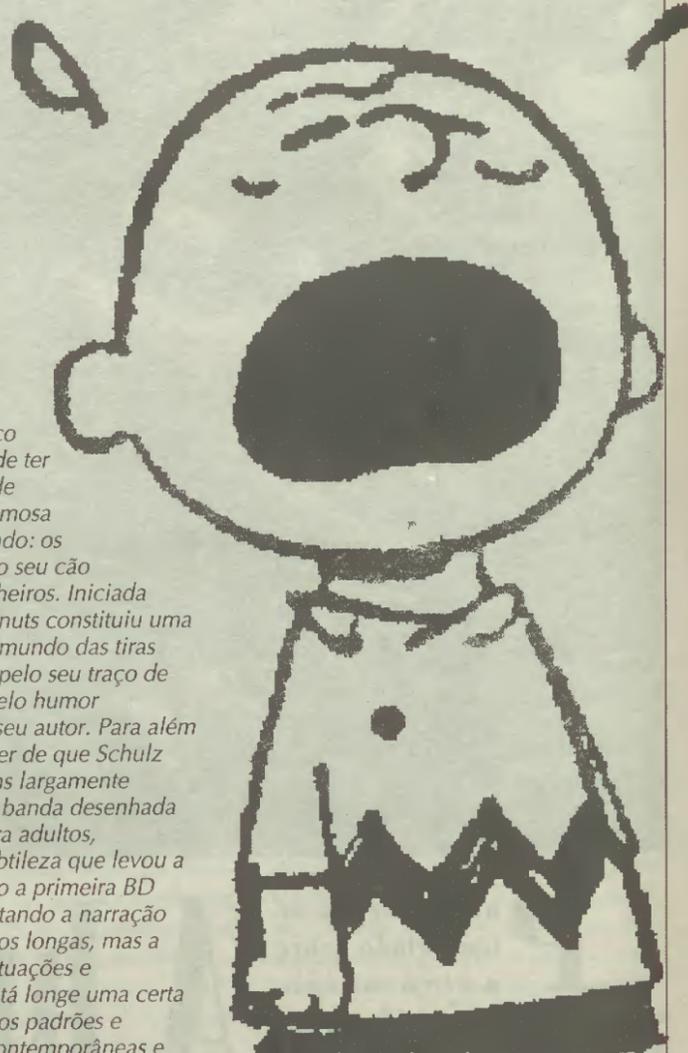
Mas o mais significativo do título em epígrafe é a exploração preconceituosa e obtusa da velha insinuação sobre o imobilismo teórico e ideológico dos comunistas ou do imposto monolitismo orgânico. «O Independente» não se limita a achar que até agora os comunistas não discutiam as Teses ou outros documentos partidários; vai mais longe, até agora os comunistas não... pensavam!

A dimensão do preconceito espanta, até pelo absurdo. Na verdade, pode admitir-se que se impeça alguém de deslocar-se, de escrever, de se manifestar, de publicar ou mesmo de falar. Durante quase meio século o salazarismo montou mesmo diversas organizações com a finalidade de impedir os portugueses em geral e até em especial os comunistas de fazerem livremente muitas daquelas coisas, mas o que jamais conseguiu foi, já se vê, impedi-los de... pensar!

... e debates

Vasco Graça Moura assumiu por diversas vezes que conseguia a peculiar postura de ser mais cavaquista que o próprio Cavaco Silva... Retirado o ex-primeiro-ministro para a sua actual e ambígua postura, Graça Moura colocou a sua pena ao serviço da defesa de Durão Barroso, na realidade deveras necessitado dessas e de quaisquer outras ajudas. Mas há qualquer coisa de patético no que hoje escreve. A situação que o PSD atravessa em vésperas de mais um congresso é lamentável para aquele par-

Foi como se até ao fim o criador se tivesse confundido com a sua obra. Charles Schulz desapareceu pouco tempo decorrido depois de ter anunciado que deixaria de desenhar a talvez mais famosa banda de comics do mundo: os Peanuts, Charlie Brown, o seu cão Snoopy, os seus companheiros. Iniciada em 1950, a série dos Peanuts constituiu uma verdadeira revolução no mundo das tiras caricaturais da imprensa pelo seu traço de enorme simplicidade e pelo humor inteiramente original do seu autor. Para além disso, os traços de carácter de que Schulz dotou as suas personagens largamente ultrapassaram o estilo da banda desenhada infantil ou caricatural para adultos, introduzindo-lhe uma subtilidade que levou a que fosse baptizada como a primeira BD «intelectual», não se limitando a narração de histórias mais ou menos longas, mas a uma caracterização de situações e personagens onde não está longe uma certa amargura e uma crítica aos padrões e valores das sociedades contemporâneas e particularmente da norte-americana. Em 1987, enquanto Astérix vendera 180 milhões de exemplares em todo o mundo, os Peanuts atingiam a fabulosa divulgação de 300 milhões. O poético mundo dos Peanuts, a ambição de Lucy, as angústias de Charlie Brown e Linus, os sonhos de Snoopy continuarão como um dos mais brilhantes retratos da nossa contemporaneidade



tido, mas revela talvez mais do que uma situação de crise interna.

Ao longo da sua existência, os social-democratas revelaram uma peculiar capacidade de mutação nas suas lideranças. É possível afirmar que, em muitos aspectos, o PSD é a formação partidária portuguesa que mais corresponde aos padrões eleitoralistas das democracias tradicionais: correspondendo socialmente a um leque bastante vasto, apresenta-se como a mais desideologizada, oscilando entre posições abertamente de direita até ao centro escorregadio, constituindo essencialmente um instrumento de acesso ao poder para camadas sociais e interesses que nele se agrupam.

As qualidades requeridas à liderança do PSD não são assim aferidas a partir de minudências programáticas ou ideológicas, mas sobretudo através da eficácia que apresente para conduzir o partido à ocupação do poder. Se tal eficácia se não verificar ou deixar de verificar, com todo o desembaraço se procede a substituições em maior ou menor extensão, sujeitas desde logo ao teste eleitoral seguinte.

Os dez anos de cavaquismo introduziram, porém, modificações que perturbaram este processo. O primeiro factor é o de terem, de forma aparentemente contraditória, empobrecido o partido em termos de quadros de primeira linha. A realidade é que, após uma década, os dirigentes PSD que ocuparam cargos ministeriais e que, pela ordem natural, constituiriam a reserva para renovação do topo partidário, acabaram não apenas a fazer uma carreira essencialmente governativa e não no aparelho do partido, mas essencialmente por, após a derrota do cavaquismo em 95, se terem instalado profissional e economicamente afastando-se da política mais activa.

Após o episódio de Fernando Nogueira, o PSD foi forçado a recorrer a «reservas» desde sempre polémicas - Marcelo Rebelo de Sousa - ou a figuras objecto entretanto de

desgastes vários, como Durão Barroso, derrotado em congresso anterior e com uma trajectória susceptível de motivar reservas (afastamento para os Estados Unidos). Neste quadro, a resposta típica aos desaires eleitorais enfrentou e enfrenta dificuldades acrescidas e a conflitualidade interna que dinamizara os processos de substituição em momentos anteriores revela-se agora incomparavelmente mais desgastante e inconclusiva.

Todavia, se os factores internos do próprio PSD pesam na crise atravessada, um outro exterior contribui largamente para o panorama apresentado: a verdade é que os social-democratas têm manifesta dificuldade em se demarcarem de um governo do PS que, no essencial, segue uma política idêntica à sua e acaba a servir social e economicamente as mesmas áreas de interesses.

Sem um programa ou uma estrutura ideológica própria, identificável, substancialmente diversa, o PSD acaba assim a ter como quase único factor de vivência política a disputa da liderança sobre um abalado aparelho partidário e uma ainda mais perturbada implantação eleitoral e orgânica. A sua crise é assim uma crise interna, mas reflecte igualmente um problema bem mais grave e profundo: o facto de a derrota eleitoral da política de direita do cavaquismo ter dado lugar à instalação no poder dos governos PS com uma política no essencial idêntica ao anterior. Enquanto o cavaquismo protagonizou um «bloco central» fazendo o PS atravessar uma crise interna que durou dez anos, o guterrismo protagoniza idêntico «bloco central» conduzindo os social-democratas a uma turbulência semelhante que, a avaliar pelo que se vê, poderá perfeitamente ter idêntica duração...

E a verdade é que nem Vasco Graça Moura consegue, além de elogios a Barroso e protestos contra Guterres, dar algum cimento ideológico à dilaceração social-democrata.

● Manuel Gusmão

Relendo Esteiros

O *Avante!* homenageou já Soeiro Pereira Gomes. Gostaria, entretanto, de voltar ao seu livro *Esteiros*, para falar do modo como, na sua construção, se manifesta aquilo a que chamarei uma *responsabilidade política da forma*, e que julgo ser *um* dos factores da perenidade literária do romance.

O livro organiza-se em 4 capítulos que têm como título os nomes das quatro estações do ano, ordenadas do "Outono" ao "Verão". Duas anotações, na abertura do 1.º capítulo e na do último subcapítulo do livro, indicam-nos que o ciclo temporal abre e fecha em Setembro, por ocasião de uma feira anual, mas esse retorno dá-se numa diferente situação. Cada capítulo está por

dilatação e na contracção do tempo narrativo e dos acontecimentos narrados. As regularidades na arquitectura do texto articulam-se assim com uma diferenciação que é narrativa e também rítmica.

Mas há coisas mais interessantes, ligadas a esta arte (ou técnica) da composição. As estações que ritmam o ciclo anual são um dos modelos da nossa experiência sensível do tempo: tal como o ciclo dia e noite, elas configuram o tempo cíclico, que a literatura muitas vezes contrapõe a um outro modelo temporal que é o do tempo linear e irreversível, orientado para um fim que é a morte. Nessa contraposição, o tempo cíclico é o tempo da esperança: depois da noite vem o dia, depois do Inverno vem a Primavera. Em *Esteiros*, encontramos

algo de parecido com isso. Mas não só. Começar no Outono (fase de declínio) para acabar no Verão (estação da plenitude solar) parece indicar o movimento de uma esperança ou de uma promessa: e de facto o romance termina, em aberto, sobre o desejo e a procura de uma liberdade a vir. Mas o que é admirável é que este modelo de representação do tempo natural é em parte mantido e em parte submetido à dimensão social da vida humana: as estações do ano *são e não são* as mesmas, de acordo com a situação e a experiência social das personagens. É que o "Verão" de *Esteiros* abre, logo no 1.º parágrafo, sobre o negro, "cor" surpreendente para tal estação, mas que é a cor do trabalho penoso e explorado, da vida oprimida que é contada. O "Verão" de *Esteiros* conta, é certo, o fugaz banho dos garotos no rio, numa

pausa do trabalho; mas, sobretudo, abre contando cenas de trabalho em situação de grande violência. Este aspecto fulcral da composição do romance está aliás representado - a tempestade, as cheias contadas no "Inverno", são desastre, naufrágio, morte e solidariedade, para aqueles que as sofrem no seu trabalho ou na busca dele, e são espectáculo "da natureza", para aqueles que as vão ver, "de cima" e "de fora".

É claro que estes aspectos da composição do livro se combinam com outros modos de construção deste mundo ficcional, de que apenas poderei indicar um outro. *Esteiros* é um romance cujo *herói é, ao mesmo tempo, colectivo e individualizado*. Graças a uma grande sobriedade de meios e a uma segura agilidade no contar, os rapazes (e alguns adultos) adquirem uma individualidade própria, complexa e *não idealizada*; o que significa que a sua comum ou próxima condição social não apaga a espessura concreta do humano, feita de generalidade e de particularidade. Como o disse, em 1950, Adolfo Casais Monteiro, eles não nos atraem apenas por serem vítimas, mas porque são, pelo menos em parte, actores dos seus destinos.



sua vez organizado em sequências ou subcapítulos numerados. Reparámos, então, que o seu número revela uma clara ordenação: o primeiro e o último capítulos têm 5 subcapítulos; os capítulos interiores têm 4. Podemos ainda verificar que cada um desses subcapítulos comporta uma divisão interna em segmentos, assinalados por intervalos maiores na página. Esta segmentação, que tem a ver com mudanças na acção contada ou no modo de contar, apresenta também uma notável regularidade: os capítulos ímpares (o 1.º e o 3.º) comportam 11 segmentos, e os capítulos pares (o 2.º e o 4.º) comportam 10.

Podemos então fazer uma espécie de primeiro mapa do romance: o 1.º capítulo, "Outono", tem 5 subcapítulos, 11 segmentos, e demora 41 páginas; o 2.º, "Inverno", tem 4 subcapítulos, 10 segmentos e 57 págs.; o 3.º, "Primavera": 4 subcapítulos, 11 segmentos e 36 págs.; e o 4.º e último capítulo, o "Verão", tem 5 subcapítulos, 10 segmentos e 46 págs. Podemos assim dizer que o romance, na sua arquitectura, combina uma manifesta e complexa regularidade com uma também evidente irregularidade, que se verifica sobretudo na

Pontos Naturais

● Mário Castrim

Maria Lúcia Namorado

A frágil flor. Serenamente. Ou uma doce brisa aflagando o arvoredo. Nenhum clamor, ali. Nenhum segredo a querer romper a bruma.

Insensível aroma onde nenhuma aresta fere o luar da manhã cedo. O sorriso, o brinquedo sobre as ondas raivosas fina espuma.

Vai! Anda no ar o pólen que deixaste cair pelo caminho. Foi a haste e não tu quem dobrou. Serena vais

e não há despedida. A tua sombra está na nossa vida viva. A morte é a morte, nada mais.

Diálogo

Ó pá, mas tudo bem, pá. Se és capaz de viver e de amar, de andar na lide e em boa paz com a alma pendurada no cabide tudo bem, pá. Eu cá sabes que à tua lauta mesa lestageiramente me esquivo.

Mas ouve, pá. Tu tens bem a certeza de que ainda estás vivo?

Atenção!

A malha da intriga já antiga trabalha

baralha a formiga a liga canalha.

Conduta das faces p'ra já:

a luta de classes lá está.

É preciso beber a água

Os deuses não morrem de sede.

Primeiro porque os deuses não morrem de maneira nenhuma depois porque os deuses ignoram a água

os deuses afogados em si próprios.

Explicação

Diz o comentador: não é por haver muitos ricos que há muitos pobres.

Aceito a opinião como é vulgar dizer-se democraticamente. Mas se ele está de boa-fé diga então porque é.

Ao fim e ao cabo se há tantos pobres, que diabo, será por gosto de fazer tricô?

Ou em suma não há razão nenhuma?

Ou temos de chamar o Poirot?

Cartoon

● Monginho



Monginho

As liberdades religiosas

• Jorge Messias

Subiu à cena no teatro nacional a opereta das liberdades religiosas. Encenação de luxo e intérpretes à altura. Mas o libreto escolhido é uma autêntica miséria! Com efeito, a proposta de liberdade religiosa que o piedoso governo socialista perfilhou deve ser lida como simples base comercial de um acordo antecipadamente garantido.

À mesa das negociações vão sentar-se irmãos em comunhão de ideias e objectivos.

As máquinas de calcular irão substituir o crucifixo.

A palavra «soft», vazia de conteúdo, será rainha da reconciliação.

E o que poderia constituir excelente ponto de partida para um debate nacional em torno do papel da igreja católica portuguesa, dos seus interesses, dos seus direitos, das suas garantias, ficará reduzido a simples combinações entre colarinhos brancos e togados.

Revisão da Concordata? Certamente que sim, respondem a uma só voz o Vaticano e o episcopado português. Revisão negociada, minuciosa, apoiada (como agora se diz), com

cedências mútuas e compensações. «Vai ser um processo moroso» - adverte desde já o Núncio Apostólico em Lisboa. E sem dúvida que assim será.

São majestosos e majestáticos os interesses em jogo. Em dinheiro, em poder político e em cruzamento de influências. Coisas que exigem cuidado e tempo de decisão...

Nas tribunas, os políticos não-de discursar sem nada de novo acrescentarem. No mercado, Igreja e Estado ganharão espaço para arrecadar mais lucros. Por entre os bastidores, em bicos de pés e de mão estendida, perpassam os pastores de outros rebanhos. Invisíveis coros de «lobbies» dão um toque místico à actuação do elenco.

Lamentável é que assim seja? Mas quem se poderá admirar com o que vê? Ou não saberemos nós em que mundo é que vivemos?

O cidadão médio da nossa sociedade vive e age como uma folha ressequida, falando como se acreditasse ainda nos valores em que alguma vez acreditou. É católico, mas o cristianismo não pesa nos seus comportamentos. É protestante, mas a Reforma não lhe diz coisa nenhuma. É, quantas vezes,

comunista, mas a sua prática e o seu ideário pessoal foram-se, insensivelmente, afastando das fontes originais.

Esta é a grande vitória do capitalismo moderno. Quando numa nação, como a portuguesa, surge um tema explosivo - tal como o debate sobre a Concordata poderia desencadear - os cidadãos e as badaladas «forças vivas» ficam anestesiados. As pessoas, porque temem o desconforto da mudança. As instituições, por preferirem as vantagens de um estado de coisas baseado nos entendimentos tácitos e nos discursos subtis. Perdeu-se, creio que provisoriamente, o sentido e a força da ruptura revolucionária e da pedagogia da acção popular.

Dentro de poucas semanas este assunto terá sido esquecido. O Estado terá o seu Orçamento, a Igreja a reforma de estatuto que lhe convém. Ambos as suas clientelas, políticas e religiosas, se sentirão mais ricas, mais irresponsáveis e mais poderosas.

Chegou-se a um novo entreacto. Se nos aninharmos na cadeira, a saborear um café quentinho, nunca mais de lá sairemos.

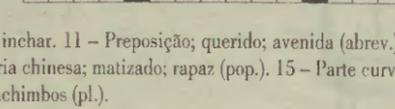
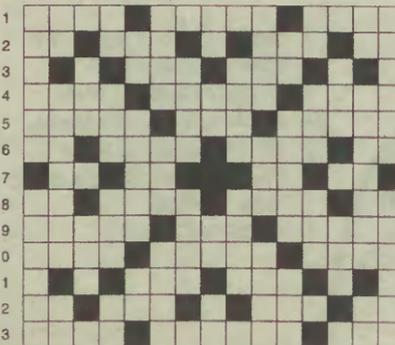


Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Engaste de pedras preciosas; aquele que governa na abadia; pano preparado para a pintura. 2 - Comparecer; emissão de voz; vadiagem (pop.); sufixo nominal, de origem latina, com sentido diminutivo e por vezes pejorativo. 3 - Chiste (fig.); modo de dizer. 4 - Discursam; macias; ajustar (ant.). 5 - Pequena inchação na cabeça ou testa, produzida por pancada (pl.); grande extensão de água salgada; fruto silvestre. 6 - Antemeridiano (abrev.); capital italiana; caminhos. 7 - Conj. que indica alternativa ou incerteza; Lítio (s. q.); dirigia-se (fig.); existes. 8 - Carta de jogar; pernada de árvore; parte esquerda ou direita de qualquer objecto; campeão. 9 - Domesticar; claridade solar; ermida fora do povoado. 10 - Sufixo nominal, de origem latina, existente em substantivos femininos (pl.); charua; incentivo. 11 - Cem metros quadrados; bolo de farinha de arroz e azeite de coco, usado na Ásia. 12 - Sim, no dialecto provençal; acolá; nome de mulher; poeira. 13 - Agulha de pinheiro; combinar; senhoras (abrev.).

VERTICAIS: 1 - Embarcação comprida e estreita feita de um tronco escavado, usado na África; funcionário agregado a outro como auxiliar (pl.). 2 - Atmosfera; frondosos; Cálcio (s. q.). 3 - Tempero; enfermidade. 4 - Arsénio (s. q.); maior; chefe etíope; rio costeiro de França. 5 - Ósmio (s. q.); morada de família nobre e antiga; outra coisa (ant.). 6 - Condutor de palanquim, na Índia; a minha pessoa; cantiga. 7 - Fruto da limeira; vasilha ou saco de couro para transporte de líquidos. 8 - Ouro (s. q.); apelido; aparecia; mofa. 9 - Desarranjo mental (fig.); margem do rio. 10 - Anel de cadeira (pl.); braço de rio; inchar. 11 - Preposição; querido; avenida (abrev.). 12 - A tua pessoa; estima muito; reza; aquelas. 13 - Eternidade; a barlavento (náut.). 14 - Medida itinerária chinesa; matizado; rapaz (pop.). 15 - Parte curva das obras do costado de um e de outro bordo junto à roda da proa (pl.); resíduo de nicotina no fundo dos cachimbos (pl.).

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



SOLUÇÃO:
HORIZONTAIS: 1 - Pala; abade; tela. 2 - Lr; som; léu; im. 3 - Sal; tom. 4 - Oram; liss; avir. 5 - Galos; mar; amor. 6 - A. m.; Roma; arma; is. 7 - Ou; Li. 8 - As; ram; lado; as. 9 - Domar; dia; orada. 10 - Lss; arado; alor. 11 - Ate; apa. 12 - Oc; ali; Ava; pa. 13 - Sama; alhar; sras. 14 - Rd4; B6; 5. Bg5 +; R3; 6. T67, Bg8; 7. T68 + e g.

SOLUÇÃO:
VERTICAIS: 1 - Prega; adidos. 2 - Ar; ramosos; Ca. 3 - Sal; mal. 4 - As. mor; ras; Aa. 5 - Os; solar; al. 6 - Annal; min; ara. 7 - Lima; odre. 8 - Au; Sã; ra; r. 9 - Tara; lada. 10 - Flos; ra; opar. 11 - Em; amado; av. 12 - Tu; ama; ora; as. 13 - Evo; ab. 14 - Li; irsado; pá. 15 - Amuras; sarros.

Pontos Cardeais

Ideias

O líder do PSD, Durão Barroso, resolveu lançar um livro. Chama-se *Uma ideia para Portugal* e mereceu todas as trombetas do partido, em particular, e dos órgãos de comunicação social em geral. A sessão de lançamento teve honras de primeira página e uma assistência de primeira água o que, acrescentado ao sugestivo título - *Uma ideia para Portugal* - prometia novidade. Teríamos, finalmente, Barroso a desencantar uma ideia, a surpreender com uma novidade?

Qual quê! Querem saber em que consiste o novíssimo livro de Durão Barroso? Na compilação dos principais discursos e conferências de imprensa que debitou desde que está na chefia do partido! Mas que ideia...

Comentários

Quem afirmou não fazer comentários à situação no PSD é o presidente do governo regional da Madeira, Alberto João Jardim, que é assim como ouvir um praticante de *jogging* afirmar que vai passar a fazer o seu exercício preferido de automóvel. Diz ele que não fala antes das eleições regionais para não lhes afectar os resultados, ao mesmo tempo que sorri, evasivo, perante a hipótese de ele próprio se candidatar à liderança nacional do PSD.

Seria interessante e quem ganhava era a Madeira, que se via livre dele.

Queijos

A luta do deputado do PP em prol do queijo «Limiano» está a sair cara aos contribuintes, dado que a original forma de intervenção do também presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima consiste numa «greve da fome» a pão e água realizada nas instalações da própria Assembleia da República, o que está a obrigar a instituição a manter-se em funcionamento 24 sobre 24 horas. Seria mais barato instalá-lo num hotel, mesmo com tudo pago e ajudas de custo proporcionadas pelo Parlamento.

Lutas

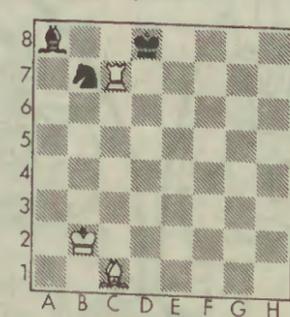
A violência que grassa na cidade de Mitrovica, no Kosovo, opondo albaneses, que vivem na parte Sul, e sérvios, na parte Norte, já causou mais de 10 mortos e desacreditou ainda mais as forças da NATO ali instaladas para «manter a paz». Os confrontos começaram há semanas com a tentativa de invasão da zona sérvia pela população albanesa instigada pelo célebre UÇK, num aparente recrudescer do conflito étnico. Todavia, esta ofensiva albanesa é capaz de ter muito menos a ver com os tais conflitos étnicos do que se pensa. É que perto dali, em Trepca, está situado um conglomerado de 40 minas e fábricas que, apesar de meio desactivadas e obsoletas, continuam a constituir a mais importante riqueza do Kosovo...

Xadrez

DCCXLI - 24 DE FEVEREIRO DE 2000
PROPOSIÇÃO N.º 2000X07

Por: N. Andrieyev
•64•, 1930

Pr.: [3]: Cb7 - Ba8 - Rd8
Br.: [3]: Bç1 - Tç7 - Rb2



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2000X07 [N. A.]
1. Bf4, Ca5; 2. Ta7, Cc4+; 3. Rc6, Bd5; 4. Rd4, B6; 5. Bg5+, R3; 6. T67, Bg8; 7. T68 + e g.

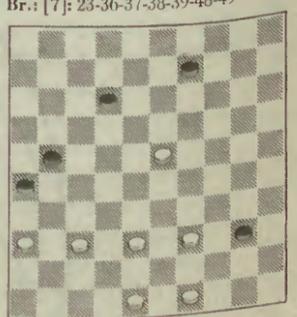
A. de M. M.

Damas

DCCXLI - 24 DE FEVEREIRO DE 2000
PROPOSIÇÃO N.º 2000D07

Por: Louis Dalman
«Combat dans l'Arène» (n.º 309)
Nîmes (Fr.) - 1976

Pr.: [5]: 9-12-21-26-40
Br.: [7]: 23-36-37-38-39-48-49



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2000D07 [L. D.]
1. 49-44, (40x49 = D); 2. 38-32, (49x27); 3. 37-31, (x); 4. 48-42, (x=D); 5. 36-31, (48x18); 6. 31x4 = D +

A. de M. M.

Carlos Carvalhas visita amanhã o concelho de Mora

Com a visita à Fábrica de Tomate Sopragol, às 15h, Carlos Carvalhas dá início a uma deslocação ao concelho de Mora, na próxima sexta-feira, que inclui uma recepção pelo Presidente e Executivo da Câmara na sede do Município, contacto com os trabalhadores da autarquia e visitas a outras instituições do concelho.

A partir das 19h30, Carlos Carvalhas participa num jantar-convívio de militantes e simpatizantes do PCP no Restaurante Quinta de Sto. António, em Mora.

5.ª Assembleia da Organização da Zona Ocidental de Lisboa

Sábado, 26, 14h30

Junta de Freguesia de Alcântara

ALMADA

Encontro concelhio da CDU - No CIRL, Laranjeiro, Sábado a partir das 14h30, com a participação de Jorge Pires. **Feijó - Almoço-convívio:** Domingo, 27, 12h30, Tendinha do Feijó, com Manuel Valente

AMADORA

Sector de Empresas - Plenário no CT da Amadora: Quinta, 24, 18h30. **Falagueira - Assembleia da Organização da Freguesia:** Salão da Junta de Freguesia, Sábado, 26, 15h. **S. Brás - Assembleia da Organização da Freguesia:** Centro de Trabalho da Amadora, Sábado, 26, 15h. **Venteira - Plenário de militantes:** Quinta-feira, 24, 21h, CT da Amadora. **Mina - Plenário de militantes:** Sábado, 26, 15h, CT da Amadora.

BARREIRO

Empresas do Concelho - Plenário de militantes, com a participação de Virgílio Azevedo: Sábado, 26, 15h, CT Concelhio.

CASCAIS

Estoril - **Assembleia da Organização da Freguesia:** a partir das 15h30, no CT de Cascais. Às 13h: **almoço-convívio** no mesmo local (inscrições quinta-feira, 24). **S. Domingos de Rana - Plenário de militantes** da freguesia, sobre as conclusões da reunião do CC e acções em curso: Domingo, 27, 15h, CT de Tires. Às 13h, no mesmo local: **almoço-convívio**

LISBOA

Bancários reformados - Reunião no CT Vitória: Quinta, 24, 14h30. **Célula da CML - Plenário de militantes** com a participação de Alexandra Gonçalves, vereadora do PCP na Câmara, sobre as áreas da sua responsabilidade: Quinta, 24, 19h, CT Vitória. **«Mais justiça fiscal - Menos impostos sobre o trabalho» - debate** sobre o sistema fiscal e as propostas do PCP: Quinta, 24, 18h30, CT Vitória, com Octávio Teixeira. **«Habitação, Habitar, Vida Urbana - Sessão de trabalho** promovida pelo SAPAD/Sector Intelectual de Lisboa: Quinta, 24, 21h, CT Vitória. **Anjos - 1.ª Assembleia da Organização da Freguesia:** Sábado, 26, 15h, CT da Graça, com Marília Villaverde Cabral. **Arroios - 5.ª Assembleia da Organização da Freguesia:** Sábado, 26, 15h, CT Vitória. **São João - Plenário de militantes** da freguesia: Sábado, 26, 15h, Junta de Freguesia. **Santa Catarina - Plenário de militantes** da freguesia: Terça, 29, 18h30, CT Vitória. **Ameixoeira - Plenário de militantes** da freguesia, preparatório da Assembleia de Organização da Zona: Quarta, dia 1, 21h, CT do Lumiar.

PALMELA

Encontro concelhio da CDU - Sábado, 26, 18h, Cine-Teatro São João, com a participação de João Saraiva e de Fernando Pezinho, da DN de Os Verdes. **Reunião de militantes com eleitos na CM de Palmela - Sexta, 25, 21h, em casa do irmão do cam. Pedro Paciência.**

PENAFIEL

Boelhe - **Assembleia da Organização da Freguesia - Sábado, 26, 16h, Junta de Freguesia.**

SANTO TIRSO

«Ser Comunista» - **Debate** com a participação de Jorge Sarabando: Sábado, 26, 15h, Centro Comercial Carneiro Pacheco, 2.ª, Sala 10, Santo Tirso. **Vilarinho - Assembleia da Organização da Freguesia - Sábado, 26, 21h30, Junta de Freguesia.**

SEIXAL

Trabalhadores da Indelma - Reunião da célula para discutir questões da Organização e XVI Congresso: Sexta, 25, 16h30, CT do Seixal. **Encontro de militantes do Partido nas empresas do concelho** sobre a situação política e o XVI Congresso: Sábado, 26, 15h, CT do Seixal.

TORRES VEDRAS

Organização concelhia - Plenário de militantes, com a participação da camarada Rosa Rabiais: Sexta, 25, 21h30, no CT.

VIANA DO ALENTEJO

Encontro concelhio da CDU - Domingo, 27, 15h, Piscinas Municipais, com a participação de João Saraiva.

VILA FRANCA DE XIRA

Allandra - Encontro CDU da Freguesia, antecedido de visita à freguesia (concentração às 9h15 na Pç. 7 de Maio) e almoço (no Rest. «O Forte», Quinta da Marquesa). **Debate** no salão da Junta de Freguesia, das 15 às 17h30: Sábado, 26. **Alverca do Ribatejo - Assembleia da Organização da Freguesia:** Sábado, 26, 15h, Auditório Scala S. João dos Montes. **Assembleia da Organização da Freguesia:** Domingo, 27, no União Desportiva Columbofilia A-dos-Louquenses.

ENCONTRO REGIONAL DE SETÚBAL DA JCP

Sábado, 26 - das 11 às 18h

Escola Superior de Tecnologia - Manteigadas/Setúbal
Com a presença de **Carlos Carvalhas**,
que fará uma intervenção na sessão de encerramento

*

Faro - Sábado, 26 às 15h - Sede da JCP

1.º Encontro Regional do Algarve

Por uma juventude com futuro

Vila Nova de Ourém

Domingo, 27, às 15h

Convívio CDU/JCP na Adega da QUINTA DO REGATO
Com Sérgio Ribeiro, Margarida Botelho, Dias Lourenço



Castelo Branco Encontro de Montanha

Penhas da Saúde

25, 26 e 27 de Fevereiro

Desporto - Conversa - Música - Convívio...

... e muito mais num fim-de-semana diferente!

Campanha Nacional de Promoção e Difusão do Avante!

• Barreiro

Terça-feira, 29 - CT Concelhio - 21h
Debate com José Casanova

• Braga

Sexta-feira, 25 - CT do PCP - 21h30
Debate público sobre o «Avante!» com José Casanova

• Évora

Quinta-feira, 24 - Monte Alentejano - 18h30
Convívio «à volta da mesa» com José Casanova

• Guarda

Sexta-feira, 25 - CT do PCP - 21h
«O Avante!» no processo de democratização em Portugal - debate com Leandro Martins

• Guimarães

Sábado, 26 - CT do PCP - 15h
Debate com José Casanova

• Lisboa

Domingo, 27 - União Desportiva de Olival Basto - 15h
Debate público sobre o «Avante!» com José Casanova

• **Vila Nova de Famalicão**
Sábado, 26 - CT do PCP - 21h30
José Casanova em encontro com os leitores de Famalicão



LISBOA

Jantares comemorativos

Sexta-feira, 25:

- No CT Vitória, às 19h30, com **Álvaro Cunhal**, promovido pelo Sect. Transportes da ORL
- No Clube Operário, às 20h, com **António Andrez**, promovido pela cél. da Voz do Operário

BORBA

Almoço de militantes e simpatizantes do PCP com migas e cachola - dia 27 (na véspera é a tradicional Matança do Porco...)

FEIJÓ

Almoço-convívio promovido pela Org. da Freguesia Na «Tendinha do Feijó» - Domingo, 27 às 12h30

QUEIJAS

Almoço e baile no Centro de Trabalho - Domingo, 27

BARCARENA

Almoço no CT de Tercena - Sábado, 26, às 13h

PORTO

Grande Noite de Fado no CT da Boavista
Promovida pelos Sects. Profissionais da ORP - Dia 3 de Março



Forum

INDÚSTRIA E DESENVOLVIMENTO

Lisboa - Vitória Espaço Cultural - Terça, 29, às 18h30
com **Agostinho Lopes**

Forum

CRIAÇÃO DO PARQUE NATURAL REGIONAL DO DOURO LITORAL

Porto - Auditório da JF Sto. Ildefonso - Sábado, 26, às 15h
com **Honório Novo**

Debate

POR UMA ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE

Aveiro - Biblioteca Municipal - Hoje, dia 24, às 21h30
com **Paulo Sucena**

REVISÃO DOS CURRÍCULOS EM DEBATE

(as questões da Revisão Curricular do Ensino Secundário)
Lisboa - Casa do Fado e da Guitarra Portuguesa - Sábado, 26, 10h30

AGRICULTURA EM DEBATE

Lourinhã - Ass. Cult., Desp. e Recr. de Reguengo Grande - Domingo, 27, 15h
com **Agostinho Lopes**

Mais justiça fiscal

Menos impostos sobre o trabalho

TEMPO DE ANTENA DO PCP

HOJE RTP.1

(Após o Telejornal das 20.00 h)



CDU

ENCONTRO CONCELHIO DA CDU SINTRA - Trabalho autárquico - A luta das populações - O reforço da CDU: Sábado, 26, 15h, com Jorge Cordeiro e Carlos Chaparro

Visita à freguesia de Alhandra e encontro com a população - Sábado a partir das 9h30. Encontro com a população às 15h30 no salão da JF

Jornadas autárquicas em Loures/Sto. António dos Cavaleiros - Sábado partir das 10h, com a participação de **Adão Barata**

Jornadas autárquicas em Barcelos - Sexta-feira em **Carapeços** (encontro com a população às 21h30), sábado em **Fragoso** (encontro com a população às 18h)

Lisboa/Olivais - Visita CDU à Associação de Moradores da Quinta do Laranjeiro, com a participação de **Rui Godinho:** sexta-feira, 25, às 18h

ATVer



Uma cena de «Ele», de Luis Buñuel

Maria de Medeiros, actriz de «Paraíso Perdido», de Seixas Santos

Ele

(Quinta, 22.50, RTP 2)

O ciúme e o fetichismo, as referências ao sadismo e ao feroz anticlericalismo capaz de transformar o altar num cenário de erotismo, fazem de mais este filme incluído no ciclo dedicado a Luis Buñuel uma das obras cinematográficas nas quais se foi mais longe na pintura de todas as perversões – uma história na qual um rico proprietário, durante uma cerimónia religiosa, se apaixona por uma mulher, conseguindo afastá-la do seu noivo e casando com ela, transformando o matrimónio num inferno conjugal. Um dos filmes mais fortes do grande realizador espanhol.

Paraíso Perdido

(Quinta, 01.20, RTP 2)

Através de uma história que nos fala das memórias e traumas da Guerra Colonial e da descolonização, Alberto Seixas Santos, realiza um filme no qual uma rapariga, regressada de África, encontra casualmente numa igreja um

outro homem, também ele regressado de uma ex-colónia, cuja crise amorosa o leva a ligar-se a ela. Com Maria de Medeiros, Rui Mendes e Manuela de Freitas nos principais papéis.

Atirar a Matar

(Quarta, 22.30, TVI)

Perseguido por um agente da FBI, um perigoso criminoso intromete-se num grupo de turistas de alta montanha e, depois de os eliminar, toma a guia como refém, obrigando-a conduzi-lo à fronteira com o Canadá mas sendo capturado após uma armadilha bem urdida pelas autoridades. Um bom filme de acção por entre paisagens deslumbrantes, com boas interpretações de Sidney Poitier, Kirstie Allen e Tom Berenger.

E ainda...

Sangue e Vinho, de Bob Rafelson (Quinta, 02.35, TVI)

O Monte dos Vendavais, de Luis Buñuel (Sexta, 23.30, RTP 2)

Aracnofobia, de Frank Marshall (Terça, 23.00, TVI)

Cidadãos de corpo inteiro

Prosseguindo a série de programas nos quais se debruça sobre casos humanos dignos de registo, o excelente programa «Loja do Cidadão», na sua emissão desta semana, dá a conhecer ao alargado universo dos espectadores de televisão António Dias Lourenço, Conceição Matos e Manuel Pedro, três cidadãos, três democratas, três comunistas, que contam num dos quatro temas do programa – «O Interrogatório» – as suas experiências pessoais face às torturas da PIDE, três histórias simbólicas, entre tantas outras, da heróica resistência durante a ditadura fascista. (Sábado, RTP 1, 00.20)



Cabo e Satélite

Regatas e Aventuras

Para os amantes da vela, a noite temática do Arte, a transmitir este domingo, está particularmente indicada. Intitulada «As Grandes Corridas à Vela», ela comporta três documentários: o primeiro, «Duelos no Mar», acompanha a tripulação de um barco francês na sua participação na Taça da América (1999-2000); o segundo, «Em Corrida à Volta do Mundo», conta-nos seis casos de aventuras notáveis de navegadores à volta do mundo; finalmente, o terceiro, foi filmado pelos próprios tripulantes de vários barcos durante a competição Vendée Globe Challenge, também a volta ao mundo, mas sem escala e em navegação solitária.

(Domingo, Arte, das 19.35 às 23.15)

Melodias e Canções

Se conhece e gosta de Summertime, I Got Rhythm ou Um Americano em Paris, então deverá estar atento ao documentário que o canal People & Arts vai transmitir já à uma da manhã da próxima terça-feira e que nos dará a conhecer a biografia e a música de um dos maiores compositores populares de todos os tempos: George Gershwin.

(Segunda, People & Arts, das 01.00 às 02.00)

Quinta, 24

▼ RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria/Culinária
12.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Usurpadora
14.50 Boa Tarde
16.30 Espaço Infantil-Juvenil
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
20.50 Judite de Sousa: Entrevista
21.05 Remate
21.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
22.00 Parque Maior
23.15 A Lenda da Garça
00.20 Senadores
01.20 24 Horas
01.50 1.ª Página
02.20 «Quem é Pat?» (Filme de Adam Bernstein, EUA/1994, com Julia Sweeney, David Foley. Comédia.)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
14.45 Jazz num Dia de Verão
15.00 Informação Gestual
16.00 Caminho das Estrelas
16.55 Memórias de Hotéis de Luxo
18.00 Informação Religiosa
18.30 A Bíblia e a Arqueologia
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
21.30 Jornal 2
22.15 RTP / Economia

Sexta, 25

▼ RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria/Culinária
12.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Usurpadora
15.00 Boa Tarde
16.30 Espaço Infantil-Juvenil
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
20.50 Remate
21.05 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
21.40 A Raia dos Medos
22.40 A Lenda da Garça
23.30 «Gritos» (Filme de Wes Craven, EUA/1996, com Neve Campbell, David Arquette, Courtney Cox. Comédia / Terror.)
01.25 24 Horas
01.50 1.ª Página
02.20 NBA: New York-Phoenix

▼ RTP 2

07.00 Euronews
14.45 Jazz num Dia de Verão
15.00 Informação Gestual
16.05 Caminho das Estrelas
16.55 Jacques Cousteau
18.00 Informação Religiosa
18.30 Macacos e... Macacos (Estreia)
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
20.30 Campeonato da Europa de Atletismo (Pista Coberta)
21.30 Jornal 2



«Todo o Tempo do Mundo», uma série portuguesa, a espreitar na TVI

22.30 Acontece
22.50 «Ele» (Filme de Luis Buñuel, Méx./1952, com Arturo de Córdoba, Delia Garcés, Luis Beristain. Ver Destaque.)
00.25 Mistérios de Ruth Rendell
01.20 «Paraíso Perdido» (Filme de Alberto Seixas Santos, Port., com Maria de Medeiros, Rui Mendes. Ver Destaque.)

▼ SIC

08.00 Buééré
10.00 SIC 10 Horas
12.00 Os Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 A Loja do Camilo
21.30 Terra Nostra
22.30 Esta Semana
23.45 «Tudo por Dinheiro» (Filme de Brett Rainer, EUA/1997, com Chris Tucker, Charlie Sheen, Paul Sorvino. «Thriller».)
01.45 Último Jornal

▼ TVI

09.00 Animação
12.30 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
16.00 Animação
19.00 Olh'ó Vídeo
19.30 Directo XXI
20.00 Combate Mortal
21.00 Apanhados – Especial: Batalha dos Sexos
23.00 Especial TVI
00.35 A Bola É Nossa
02.35 «Sangue e Vinho» (Filme de Bob Rafelson, EUA/1997, com Jack Nicholson, Jennifer Lopez, Judy Davis, Michael Caine. Policial.)

22.45 Acontece
23.05 Andamentos
23.20 «O Monte dos Vendavais» (Filme de Luis Buñuel, Méx./1953, com Jorge Mistral, Irasema Dillian. Drama.)
01.15 Crime Violento

▼ SIC

08.00 Buééré
10.00 SIC 10 Horas
12.00 Jornalistas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 Terra Nostra
22.10 Chuva de Estrelas
23.35 Jogo Limpo
02.00 Último Jornal

▼ TVI

09.00 Animação
12.30 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
16.00 Animação
19.00 Olh'ó Vídeo
19.30 Directo XXI
20.00 Marés Vivas
21.00 Ri-te Ri-te
22.30 Reis da Música Nacional
01.35 «Álbum de Família» (Filme de Jack Bender, EUA, com Tom Mason, Michael Ontkean, Joe Flanigan. Drama.)

Sábado, 26

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.15 Academia de Polícia
16.05 «O Gendarme e as Gendarmetas» (Filme de Jean Girault, Fr./1982, com Louis de Funés. Michel Calabru. Comédia.)
17.40 «Herói por uma Noite» (Filme de Pino Amenta, EUA/1990, com Andrew Shepherd, Pat Evison, Max Phipps. Fantasia.)
18.55 Aqui, Europa
19.10 Jet 7
20.00 Telejornal
21.05 Santa Casa
22.50 Con(s)ertos na Cave
23.20 Serviço de Urgência
00.20 Loja do Cidadão
01.20 Máquinas
02.00 24 Horas
02.20 Futebol: Resumo F.C.Porto-Belenenses
02.35 «Laços de Sangue» (Filme de Terence Young, EUA/1979, com Audrey Hepburn, Ben Gazzara, James Mason. Policial.)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Saga Europeia: A Pesca do Bacalhau
12.40 A Terra
13.30 Quem Sai aos Seus
14.00 Parlamento
15.00 Desporto
19.10 A Outra Face da Lua
21.00 Magazine 2001
21.30 Jornal 2
22.15 Dinheiro Vivo
22.45 O Lugar da História
23.45 Allô, Allô
00.15 Hobbies
00.45 French and Saunders
01.15 «O Apóstolo» (Filme de Robert Duvall, EUA/1997, com Robert Duvall, Farrah Fawcett, Todd Allen. Drama.)

▼ SIC

07.30 Zip Zap
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «Que se Passa com Bob?» (Filme de Frank Oz, EUA/1991, com Bill Murray, Richard Dreyfuss, Julie Hagerty. Comédia.)
16.00 Big Show Sic
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.10 Negócio Fechado
23.40 «Emanuelle IV» (Filme de Francis Leroy, Fr./1983, com Sylvia Kristel, Mya Nigren. Erótico.)
01.40 Último Jornal
02.15 «Vidas Selvagens» (Filme de Franklin Brauner, EUA/1995, com Christopher Walken, Joan Chen. «Thriller» Erótico.)

▼ TVI

09.00 Animação
12.00 Top Rock
13.30 Desporto: Contra-Ataque
14.30 «Regresso da Guerra» (Filme de Franklin J. Shaffner, EUA/1994, com Brian Keith, Jobeth Williams, Sam Waterson. Drama.)



«Os Mistérios de Ruth Rendell», na RTP 2

17.30 «Arma Infrutífera 1» (Filme de Gene Quintano, EUA/1993, com Emilio Estevez, John Lovitz, Samuel L. Jackson. Comédia.)
19.30 «First Strike: Pilotos de Elite» (Filme de Barry James Hickey, EUA/1995, com David Jean Thomas, Jeff Rector. Acção.)
21.30 Todo o Tempo do Mundo
22.40 «Uma Segunda Família» (Filme de Mel Damski, EUA, com Lindsay Wagner, Chris Owens, Melanie Shatner. Drama.)
00.40 Directo XXI
01.20 «Mulher em Perigo» (Filme de Rod Hewitt, EUA/1997, com Michael Parré, Lucie Laurier, MacKenzie Gray. Acção.)
03.20 Histórias Fantásticas



Domingo, 27

- ▼ RTP 1**
 07.00 Infantil / Juvenil
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 Made in Portugal
 15.15 Academia de Polícia
 16.10 «Um Espião Impossível» (Filme de Jon Goddard, EUAGr.Br./1987, com John Shea, Eli Wallach. *Telefilme / Espionagem.*)
 18.20 Major Alvega
 18.55 Futebol:
 Estrela da Amadora-Benfica
 21.00 Telejornal
 22.05 Agora é que São Elas
 23.20 Domingo Desportivo
 00.50 Nada É Sagrado
 01.50 Prazeres



Em «Andamentos» fala-se de Callas

- 02.45 24 Horas
 01.35 «Obsessão e Vingança» (Filme de Christopher Menaul, Gr.Br./EUA/1995, com Embeth Davitz, Tom Bell. *Drama.*)

- ▼ RTP 2**
 07.00 Euronews
 09.00 Programa Religioso
 10.30 Missa
 11.20 O Nome da Nossa Gente
 11.55 Novas Aventuras de Robin Hood
 12.40 Caminho das Estrelas
 13.30 Quem Sai aos Seus
 14.00 A Minha Vida com os Animais
 14.30 Onda Curta:
 Curtas Metragens
 15.00 Desporto 2 (Inclui: Campeonato de Atletismo de Pista Coberta)
 19.00 Rotações
 19.30 Jornal de África
 20.00 Jornal 2
 20.45 Bombordo
 21.45 Artes e Letras:
 «Balanchine Lives»
 22.15 Horizontes da Memória
 22.45 Ecos na Sombra
 23.35 Travessa do Cotovelo
 00.40 Artes de Palco: «La Bohème» (Ópera de Giuseppe Verdi)

- ▼ SIC**
 07.30 Zip Zap - Baja: 6 Horas
 12.00 BBC Vida Selvagem
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 «O Clube dos Poetas Mortos» (Filme de Peter Weir, EUA/1989, com Robin Williams, Robert Sean Leonard, Ethan Hawke. *Drama.*)
 16.50 Rex, O Cão Polícia
 18.00 «Seis Dias, Sete Noites» (Filme de Delvan Reitman, EUA/1998, com Harrison Ford, Anne Heche. *Comédia / Aventuras.*)
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Residencial Tejo
 22.15 Herman Sic
 00.15 Futebol:
 Alverca-Guimarães
 02.30 Último Jornal
 03.05 O Guarda-Costas

- ▼ TVI**
 09.00 Animação
 11.00 Programas Religiosos (Inclui Missa)
 13.00 Portugal Português
 14.15 «Mr. Bean» (Filme)
 15.15 Segredo das Estrelas
 17.15 «Operação Alvo em Fuga» (Filme Michael Watkins, EUA/1997, com Freddie Prinze Jr., Henry Winkler. *Drama.*)
 19.15 Directo XXI
 19.45 «Céu em Chamas» (Filme de Dan Lerner, EUA/1998, com John Corbett, Josie Bisset, Ben Browder. *Drama / Catástrofe.*)
 21.30 Todo o Tempo do Mundo
 22.40 Os Médicos
 23.40 «O Círculo do Engano» (Filme de Alan Metzger, EUA/1997, com Joanna Cassidy, Tracy Griffith, Janine Turner. *Drama.*)
 01.40 Futebol: Final da Taça da Liga Inglesa

Segunda, 28

- ▼ RTP 1**
 07.00 Hora Viva
 10.00 Praça da Alegria / Culinária
 12.30 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 A Usurpadora
 15.00 Boa Tarde
 16.30 Espaço Infantil-Juvenil
 19.00 Regiões
 20.00 Telejornal
 20.50 Remate
 21.05 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
 21.40 A Senhora Ministra
 22.15 A Lenda da Garça
 23.00 Jogo Falado
 00.50 24 Horas
 01.15 1ª. Página
 03.10 «Obsessão e Vingança» (Filme de Joey Travolta, EUA/1997, com C.Thomas Howell, Amber Smith. *«Thriller» / Erótico.*)

- ▼ RTP 2**
 07.30 Euronews
 14.45 Jazz num Dia de Verão
 15.00 Informação Gestual
 16.00 Caminho das Estrelas
 16.55 Dr. Sally Ride
 18.00 Informação Religiosa
 18.30 Macacos e... Macacos
 19.00 Espaço Infantil-Juvenil
 20.35 Animais & Cia
 21.30 Jornal 2
 22.30 Acontece
 22.50 «Luta de Colossos» (Filme de Wei Lo, Hong-Kong/1976, com Jackie Chan, Jimmy Wang Yu. *Artes Marciais.*)
 01.25 Perigo Iminente

- ▼ SIC**
 08.00 Buééré
 10.00 SIC 10 Horas
 12.00 Médico de Família
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 O Juiz Decide
 15.00 Ponto de Encontro
 16.00 Fátima Lopes
 18.00 Vila Madalena
 19.00 A Força de um Desejo
 20.00 Jornal da Noite



«Major Alvega» regressou com qualidade à RTP 1

- 21.00 Clube dos Campeões
 21.30 Terra Nostra
 22.30 Roda dos Milhões
 00.40 «Linha Vermelha» (Filme de Zoltan David, EUA/1997, com Rutger Hauer, Mark Dacascos. *Ação.*)
 03.00 Último Jornal

- ▼ TVI**
 09.00 Animação
 12.40 Estrela de Fogo
 13.30 TVI Jornal
 14.30 Louca Paixão
 16.00 Animação
 19.00 Oh! ó Vídeo
 19.30 Directo XXI
 20.00 Marés Vivas
 21.00 Quero Justiça
 22.40 «Os Excessos da Paixão» (Filme de Steven Schachter, EUA/1995, com Ben Masters, Jack Wagner, Judith Light. *Drama.*)
 00.45 «O Vizinho Misterioso» (Filme de Lamont Johnson, EUA/1995, com Michael Onkian, Pamela Reed, Sam Anderson. *Drama.*)

Terça, 29

- ▼ RTP 1**
 07.00 Hora Viva
 10.00 Praça da Alegria / Culinária
 12.30 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 A Usurpadora
 14.50 Boa Tarde
 16.30 Espaço Infantil-Juvenil
 19.00 Regiões
 20.00 Telejornal
 20.50 Remate
 21.05 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
 21.40 Não És Homem Não És Nada
 22.15 A Lenda da Garça
 23.00 Maria Elisa
 00.30 Liga dos Campeões: Real Madrid-Bayern Munique
 02.30 24 Horas
 02.55 1ª. Página
 03.15 Os Hughleys

- ▼ RTP 2**
 07.30 Euronews
 14.45 Jazz num Dia de Verão
 15.00 Informação Gestual
 16.05 Caminho das Estrelas
 16.55 Anne Frank
 18.00 Informação Religiosa
 18.30 Macacos e... Macacos
 19.00 Espaço Infantil-Juvenil
 20.35 Animais & Cia
 21.30 Jornal 2
 22.30 Acontece
 22.50 «O Regresso do Invenível» (Filme de Wei Lo, Hong-Kong/1976, com Jackie Chan, Sing Chan. *Artes Marciais.*)
 00.50 A Queda das Monarquias Europeias
 01.40 Hitler's Henchemmen (Estreia)

- ▼ SIC**
 08.00 Buééré
 10.00 SIC 10 Horas
 12.00 Residencial Tejo
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 O Juiz Decide
 15.00 Ponto de Encontro
 16.00 Fátima Lopes
 18.00 Vila Madalena



- 19.00 A Força de um Desejo
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Médico de Família
 23.30 «Diário Erótico» (Filme de Nicholas Weber, EUA/1998, com Lila Baurmann, Jason Davis. *Erótico.*)
 01.30 Último Jornal

- ▼ TVI**
 09.00 Animação
 12.40 Estrela de Fogo
 13.30 TVI Jornal
 14.30 Louca Paixão
 16.00 Animação
 19.00 Oh! ó Vídeo
 19.30 Directo XXI
 20.00 Marés Vivas
 21.00 «Kickboxer V» (EUA/1994, com Mark Dacascos, James Ryan, Geoff Meed. *Artes Marciais.*)
 23.00 «Arenofobia» (Filme de Frank Marshall, EUA/1990, com Jeff Daniels, Harley Jane Kozak, John Goodman. *Terror / Comédia.*)
 01.05 Um Mundo de Ódio (Filme de Leora Barish, EUA/1995, com Bill Wirth, Costas Mandylor, Meredith Salenger. *Ficção Científica.*)

Quarta, 1

- ▼ RTP 1**
 07.00 Hora Viva
 10.00 Praça da Alegria / Culinária
 12.30 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 A Usurpadora
 15.00 Boa Tarde
 16.30 Espaço Infantil-Juvenil
 19.00 Regiões
 19.30 Liga dos Campeões: Barcelona-Porto
 21.45 Telejornal
 22.35 Remate
 22.50 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
 23.25 As Lições do Toncas (Resumos)
 24.00 Liga dos Campeões (Resumos)
 01.05 Esquadra de Polícia
 01.50 24 Horas
 02.15 1ª. Página
 02.35 Diário de Maria
 03.40 «O Contrato» (Filme) - Nenhuma informação actualizada por parte da RTP

- ▼ RTP 2**
 07.30 Hora Viva
 10.00 Euronews
 14.45 Jazz num Dia de Verão
 15.00 Informação Gestual
 16.00 Caminho das Estrelas
 16.55 Os Comboios de Champagne (Estreia)
 18.00 Informação Religiosa
 18.30 Macacos e... Macacos
 20.00 Jornal 2
 21.00 Acontece
 21.15 Animais & Cia
 22.15 «Morte e Intriga» (Filme de Wei Lo, Hong-Kong/1977, com Jackie Chan, Hui Lou Chen. *Artes Marciais.*)
 23.50 Zoom

- ▼ SIC**
 08.00 Buééré
 10.00 SIC 10 Horas
 12.00 Mundo VIP
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 O Juiz Decide
 15.00 Ponto de Encontro
 16.00 Fátima Lopes
 18.00 Vila Madalena



- 19.00 A Força de um Desejo
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Jornalistas
 22.15 Terra Nostra
 23.40 «Arma Mortífera 3» (Filme de Richard Donner, EUA/1992, com Mel Gibson, Danny Glover, Joe Pesci, René Russo. *Policia / Acção.*)
 02.00 Último Jornal
 02.35 Toda a Verdade: Poligamia

- ▼ TVI**
 09.00 Animação
 12.30 Estrela de Fogo
 13.30 TVI Jornal
 14.30 Louca Paixão
 16.00 Animação
 19.00 Oh! ó Vídeo
 19.30 Directo XXI
 20.00 Marés Vivas
 21.00 Ri-te Ri-te
 22.30 «Atirar a Matar» (Filme de Roger Spottiswoode, EUA/1988, com Clancy Brown, Kirstie Allen, Tom Berenger, Sidney Pottier. *Policia.*)
- Nota:*
 A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



Wisto

Correia da Fonseca

Na raia da TV possível

No ano não tão distante quanto parece de 1936, guardas civis espanhóis ao serviço da rebelião franquista atravessavam a fronteira alentejana, com a amável aquiescência do fascismo português, e aprisionavam fugitivos republicanos, ou suspeitos de o serem, que, de novo do lado de lá da raia, iam acrescentar-se aos milhares de homens, mulheres e até crianças, assassinadas na zona de Badajoz para que a Espanha, limpa de «rojos», pudesse voltar a consagrar-se ao serviço do Cristo Rei e da oligarquia há séculos dominante. Foi, é claro, uma das mais vergonhosas páginas da história de Portugal, mas poucos seriam decerto os que não a desconheciam: a cumplicidade infame de Salazar com o crime de Franco foi mantida durante décadas em lume brando de ignorâncias ou, quando muito, coberta por um piedoso manto de «compreensões». Veio agora «A Raia dos Medos» revelar ao país a dimensão da ignomínia e, sem que seja o único, esse é sem dúvida o mais significativo dos seus méritos.

A série em transmissão na RTP1, escrita por Francisco Moita Flores (que assim se afirma como um dos mais importantes, se não o mais importante autor português para televisão) e realizada por Jorge Paixão da Costa, poderia ser encarada, com uma boa dose de difícil optimismo, como marcando uma viragem nas opções da RTP no chamado «prime time». A questão é que «A Raia dos Medos», para além de outras virtudes, se enquadra sem favor num entendimento ao «serviço público» que integre, como é necessário, a promoção cultural e cívica dos cidadãos. A informação acerca da história portuguesa no século que agora finda é cultura, por muito que isso pese aos que sustentam ser apenas cultura «pura», aquilo que não os incomoda e, para mais, só chega a minguidas franjas. A revelação dos crimes fascistas praticados em solo português, quer por nacionais quer não, é contribuição para a formação cívica que entre nós pouco ou nada se pratica. Pode-se lembrar, e com verdade, que também as estações privadas podem fazer serviço público do mesmo teor, e até que a anunciada série baseada no livro «Até amanhã, camaradas» vai nesse sentido. Porém ao passo

que uma estação como a SIC resolve ter uma iniciativa dessas talvez para amenizar a sua imagem de «TV Pimba», talvez por ter sabido de «A Raia dos Medos» e não querer ficar atrás, talvez por qualquer outra razão mas de qualquer modo porque lhe apetece e nada a obriga a isso, uma estação pública tem o dever de o fazer e, mais ainda, de não actuar para efeitos de sinal contrário. Quer isto dizer que não pode ter uma acção estupidificante, desculturalizante e eventualmente encobridora de crimes, sem incorrer em autênticas ilegalidades. O que não é irrelevante mesmo numa sociedade onde não é costume cumprir as leis incómodas, a começar pela Constituição da República.

Quando é bom ver TV

«A Raia dos Medos» tem, entendase, mais qualidades que as que se consubstanciam no tema escolhido e no modo como foi abordado. Vai a série no seu segundo episódio e seria prematuro tentar fazer delas um inventário fechado, mas é desde já possível notar a mobilização inabitual de meios e métodos que uma produção rodada ao ar livre e em espaços amplos exige. Quanto à excelência de quase todas as interpretações, não surpreende quanto a actores já experimentados, confirma o talento de quase todos os restantes e acentua um dado que nesta área permite algum reconforto: os actores portugueses trabalham cada vez melhor em televisão, o que naturalmente tem a ver com a continuidade do que já vai podendo ser designado por indústria de ficção televisiva, embora ainda cheia de limitações, dificuldades e forçados compassos de espera. A partir daqui, o mais importante será cuidar para que facilidades popularuchas e cupidez comercial não iniquem a produção. Quanto a isto, tudo ou quase tudo depende das encomendas por parte das estações, e é aqui que de novo se evidencia a importância não apenas de um serviço público que pode ser liquidado por inanição, mas também de uma estação pública que com critérios adequados lhe assegure a continuidade.

Entretanto, temos «A Raia dos Medos», esperando que até ao seu final mereça a esperança despertada e o aplauso recebido. É bom vermos a verdade revelada depois de décadas de ocultação. É bom vermos que a televisão pode valer a pena. Creio que até se pode dizer que é bom ver um «serviço público» assim.

A talhe de foice

• Anabela Fino

Pai tirano

Em vésperas do congresso do PSD, Durão Barroso passou à clandestinidade, diz-se, para encontrar a paz de espírito que lhe há-de guiar a pena nas teses demolidoras a apresentar ao conclave. Marques Mendes arrumou os holofotes que lhe têm servido para ganhar estatura de homem de Estado e desapareceu igualmente de cena, presume-se que atrás da resma de papel onde vai verter as momentosas propostas a apresentar ao partido e ao País. Santana Lopes, esse, discreto como sempre, subiu o som dos microfones e, como bom homem do espectáculo, levantou a ponta do véu para aguçar apetites anunciando que em Viseu vai pôr a boca no trombone e dizer tudo, mas tudo, o que deve ser dito.

Tanto quanto me foi possível apurar deste turbilhão informativo que rodeia a reunião magna dos social-democratas, seja lá o que isso significa aplicado ao PSD português, parece que na origem deste cabo das tormentas anunciado para Viseu está um buraco de ozono que afecta de forma irremediável o planeta laranja. Que toda a gente vê o buraco e ninguém faz nada, acusa Lopes, dedo demolidor em riste e sobrolho franzido. Facto tanto mais incompreensível quando ele próprio já encontrou a solução, não uma mezinha qualquer, não uma peneira a tapar o sol, não uma laranjada de pacote, mas o remédio eficaz que salvará o doente, a saber, directas já! E directas para quê?, perguntará o leitor distraído destas questões político-ambientais, sem perceber a gravidade de um buraco de ozono num planeta laranja, imaginando porventura que o que se pede às bases laranja é que avancem em massa para cerzir o desastre. Impaciente, Lopes explica o óbvio, que isto de esclarecer as bases também cansa: as directas de que fala são assim como uma espécie de choque de vitamina C para o líder salvador, uma dose de cavalo para dar força anímica ao redentor, um voto em massa no chefe, no pai, que ele sim há-de ser o super-homem capaz de tapar o buraco e dar lustro à laranja para a apresentar recauchutada, como nova, na hora exacta do assalto ao poder.

Não é evidentemente qualquer um a reunir condições para tão gigantesca tarefa. Uma consulta aos astros já mostrou a Lopes que as conjugações exactas só ocorrem de tantos em tantos anos, que a um líder forte sucede um ciclo de franganotes sem brilho nem alma, e que é agora, justamente agora, que estão reunidas as condições para que um novo e intrépido patriarca assuma as rédeas do laranjal, premiando os bons e sendo implacável com os maus, na mais pura defesa da moral e bons costumes. E ele, Lopes, que viu o buraco e encontrou o remédio, que fez contas à história e descobriu ter chegado a sua hora, é o homem providencial, o sebastião, o desejado - mesmo que muitos ainda o ignorem - capaz de virar a mesa e pôr de novo a laranja no lugar que lhe pertence. Se não for um flop, Viseu promete. E se Lopes for enfim reconhecido, como é de justiça, em Março haverá mais. Um novo congresso no dia do pai, que os pais tiranos querem-se consagrados.

Ditosa pátria a nossa, que tais políticos tem!

Recurso inédito para despedir O notário da Roederstein

Para exigir que o Governo actue perante várias situações escandalosas em empresas do distrito, vêm amanhã a Lisboa dirigentes da União dos Sindicatos de Braga.

Na multinacional Roederstein, em Famalicão, um notário foi chamado às instalações da empresa, para reconhecer assinaturas de trabalhadores em declarações de rescisão do contrato de trabalho «por mútuo acordo». Isto custou à empresa dez contos e quinhentos por cada assinatura, para além dos custos de deslocação, o que deverá ter resultado num número próximo do milhar de contos.

Com este procedimento inédito, a Roederstein conseguiu retirar, aos trabalhadores que assinaram a rescisão, o período normal de 48 horas em que a decisão ainda pode ser revertida, explicou ao «Avante!» o coordenador da USB/CGTP. Adão Mendes

referiu que a lei, tal como prevê aquele prazo para que o trabalhador possa voltar atrás, diz também que a decisão é irrevogável logo que a assinatura tenha o reconhecimento notarial.

Mas aquele não é o único caso insólito, no rol de violações de direitos e atentados à legalidade que a União tem denunciado em Braga (protestos que levaram o Grupo Parlamentar do PCP a requer a ida do ministro do Trabalho à Assembleia da República, como noticiamos na pág. 14).

Logo depois de concretizadas aquelas quase cem res-

cisões, no final de 1999, a mesma Roederstein admitiu 95 trabalhadores, mas em regime de aluguer de mão-de-obra. Vários, de entre eles, já tinham trabalhado antes na empresa, com contratos a prazo, durante 6 ou 7 anos.

Outra ajuda, desta vez para despedir uma telefonista, foi dada à Roederstein pelo director do Instituto do Emprego e Formação Profissional, que fez chegar à empresa um ofício onde dizia que durante toda a tarde o telefone

não tinha sido atendido. O ofício chegou por estafeta, conta Adão Mendes, e passados minutos a trabalhadora foi despedida, sem necessidade de outras provas, para além do testemunho de Adolfo Sousa. Em tribunal

nada foi apresentado que confirmasse haver falta grave da telefonista, nem o próprio IEFPP provou a necessidade urgente de contactar a empresa.

A União vai também questionar o secretário de Estado sobre o modo como - dos 107 trabalhadores da Grundig Indústria Portuguesa, que há quase 3 anos aguardam uma resposta do tribunal à sua contestação do despedimento colectivo - algumas mulheres viram o IEFPP cortar-lhes o subsídio de desemprego, depois de recusarem ser colocadas em empresas sem nome e com comportamentos duvidosos. Antes, já o mesmo Instituto as tinha obrigado a frequentar cursos de formação para costureiras, que afinal eram «apenas trabalho, com ritmos e produção exigentes, destinado a empresas».

Em Guimarães, a 17 de Março, a USB vai promover uma iniciativa pública



PCP reúne-se com comunidade islâmica e CPPC

Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, e o deputado António Filipe na Mesquita de Lisboa, na terça-feira, onde foram recebidos por uma delegação da Comunidade Islâmica, dirigida pelo presidente Artur Vakil. Este encontro realizou-se a pedido do PCP, no âmbito das consultas que o Partido está a proceder sobre a liberdade religiosa.

No mesmo dia, Carlos Carvalhas e Albano Nunes, da secção internacional do PCP, reuniram-se com o Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), representado por Cunha Serra e Blasco Hugo Fernandes.

Motoristas da Carris em luta

Foi convocada para ontem uma greve dos trabalhadores da Carris, em Lisboa, como protesto contra o aumento salarial de menos de 2 por cento proposto pelo conselho de administração da empresa, que, para a Federação dos Transportes (Festru), não repõe o poder de compra perdido, não considera os valores da inflação previstos nem respeita o aumento da produtividade.

«Ao conjunto de propostas devidamente fundamentadas pela Festru, o conselho de administração responde com um discurso já gasto e miserabilista em total bloqueio à negociação colectiva», acusa a federação.

As razões da greve prendem-se também com a redução do pessoal, que, para os trabalhadores, apenas tem resultado na redução do número de carreiras. A Fes-

tru adianta que devido a esta decisão chegam a ficar retidos em cada estação cerca de 40 autocarros, indispensáveis ao transporte do público.

Por outro lado, o volume de trabalho suplementar ultrapassa claramente os máximos permitidos por lei e constitui por si só a possibilidade de serem criados mais 400 postos de trabalho.

Os trabalhadores acusam ainda a Carris de pôr em

causa um importante conjunto de direitos, nomeadamente com a contratação a termo, a alteração sistemática dos locais de rendição, a não aplicação correcta do prémio de produtividade e o não respeito pelos períodos de refeição.

Porto

Também os motoristas dos transportes colectivos do Porto estão em luta, exigindo uma distribuição de trabalho harmonizada e um serviço público eficaz. No dia 15, foi convocada uma greve que contou com a adesão de 98 por cento dos trabalhadores. Na próxima segunda-feira, realizam-se acções de luta e debate para avaliar a actual situação.

Greve na Petrogal

Os trabalhadores da refinaria de Sines da Petrogal iniciam na próxima quarta-feira uma greve de seis dias, num protesto contra o aumento dos salários em 2,4 por cento, decidido unilateralmente pela administração da empresa. Exigem ainda que seja respeitado o direito de negociação colectiva e que sejam resolvidos os problemas que têm conduzido à

desvalorização profissional e salarial.

Durante esta semana decorrem plenários em outras instalações da Petrogal. A Fequi-metal/CGTP admite a possibilidade de a greve abranger outros locais de trabalho.

Na sexta-feira, em plenário no Edifício Galp, foi reivindicado um aumento salarial de 10 mil escudos no mínimo. Os trabalhadores reclamam a

negociação urgente de um Acordo de Empresa que abranja todo o pessoal da Petrogal e que inclua uma tabela salarial e um plano de carreiras de evolução profissional e salarial. Exigem ainda a instituição de uma gestão de pessoal transparente, que inclua claras delegações de competências e que ponha fim às arbitrariedades socioprofissionais existentes.

